UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPEG
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA / CAMPUS CENTRAL / UERN
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA-PROFHISTORIA

GUSTAVO AUGUSTO DA SILVA CRUZ

ÀS MARGENS DO GRANDE RIO: USOS DIDÁTICOS DO JORNAL *O JAGUARIBE* PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA LOCAL

MOSSORÓ - RN
2022

GUSTAVO AUGUSTO DA SILVA CRUZ

ÀS MARGENS DO GRANDE RIO: USOS DIDÁTICOS DO JORNAL *O JAGUARIBE* PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Dr. Bruno Balbino Aires da Costa

MOSSORÓ - RN

2022

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catalogação da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

C957a Cruz, Gustavo Augusto da Silva
Às margens do grande rio: usos didáticos do jornal O Jaguaribe para o estudo da história local. / Gustavo Augusto da Silva Cruz. - Mossoró-RN, 2022.
153p.

Orientador(a): Prof. Dr. Bruno Balbino Aires da Costa.
Dissertação (Mestrado profissional em Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Ensino de História. História Local. O Jaguaribe. Fontes Históricas.. I. Costa, Bruno Balbino Aires da. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

GUSTAVO AUGUSTO DA SILVA CRUZ

ÀS MARGES DO GRANDE RIO: USOS DIDÁTICOS DO JORNAL *O JAGUARIBE* PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA LOCAL

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Balbino Aires da Costa

Dissertação aprovada em _____ de _____ de _____ pela seguinte Banca Examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
BRUNO BALBINO AIRES DA COSTA
Data: 19/09/2023 09:41:21-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Prof. Dr. Bruno Balbino Aires da Costa - Orientador

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN

Documento assinado digitalmente
gov.br
SAUL ESTEVAM FERNANDES
Data: 17/10/2023 19:54:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Dr. Saul Estevam Fernandes

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARCILIO LIMA FALCAO
Data: 27/10/2023 18:02:15-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Prof. Dr. Marcílio Lima Falcão

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

AGRADECIMENTOS

Ao SENHOR Deus, por sua graça, misericórdia e força.

Aos meus pais, Aucelio e Bárbara, pela cumplicidade, apoio e amor.

A Igreja do Senhor Jesus em Redonda, pelas orações e carinho.

Ao PROFHISTÓRIA, por possibilitar experiências únicas de aprendizado.

Ao professor Dr. Bruno Balbino Aires da Costa, pela paciência, parceria e orientações imprescindíveis.

RESUMO

O estudo da história local se configura como importante instrumento para a aprendizagem histórica, auxiliando e dinamizando o desenvolvimento da consciência dos educandos enquanto cidadãos locais. Na condição de professor da rede básica de ensino, percebi desafios no que tange a temática local, principalmente envolvendo a escassez de materiais didáticos para uso docente e discente. Nesse sentido, pensando em contribuir para um ensino de história mais significativo, humano e inteligível, a presente pesquisa tenciona responder a seguinte problemática: como empregar o jornal *O Jaguaribe* para o ensino da história local em sala de aula? Assim, o objetivo principal desta dissertação consiste em refletir sobre os usos didáticos do jornal *O Jaguaribe*, pensando a história local a partir dessa fonte jornalística produzida em Aracati em meados da década de 1930. Estruturei esta dissertação em três partes. No primeiro capítulo, reflito a respeito da instrumentalização de fontes históricas e história local no domínio escolar. Por conseguinte, abordo o jornal *O Jaguaribe* de uma perspectiva do ensino de história, versando sobre suas potencialidades didáticas. No segundo capítulo, objetivo historicizar o jornal *O Jaguaribe*. Esboçando brevemente a história da imprensa no Ceará e em Aracati, trato do contexto histórico em que o hebdomadário aracatiense surgiu, a fim de elucidar seu lugar de produção. No terceiro capítulo, apresento o Guia Didático de História Local nas páginas do jornal *O Jaguaribe*, desenvolvido a partir de minhas reflexões no decorrer do processo de escrita, propondo um material que considere os variados aspectos do jornal aracatiense investigado, contendo discussões que abrange o local, regional e nacional, servindo como suporte para professores e alunos do Ensino Médio.

Palavras-chave: Ensino de História. História Local. *O Jaguaribe*. Fontes Históricas.

ABSTRACT

The study of local history is configured as an important instrument for historical learning, helping and stimulating the development of the awareness of students as local citizens. As a teacher in the basic education network, I noticed challenges regarding the local theme, mainly involving the scarcity of teaching materials for teaching and student use. In this sense, thinking about contributing to a more meaningful, human and intelligible history teaching, the present research intends to answer the following problem: how to use the newspaper *O Jaguaribe* to teach local history in the classroom? Thus, the main objective of this dissertation is to reflect on the didactic uses of the newspaper *O Jaguaribe*, thinking about local history from this journalistic source produced in Aracati in the mid-1930s. I structured this dissertation in three parts. In the first chapter, I reflect on the instrumentalization of historical sources and local history in the school domain. Therefore, I approach the newspaper *O Jaguaribe* from a history teaching perspective, dealing with its didactic potential. In the second chapter, I aim to historicize the newspaper *O Jaguaribe*. Briefly sketching the history of the press in Ceará and Aracati, I deal with the historical context in which the weekly Aracati appeared, in order to elucidate its place of production. In the third chapter, I present the Didactic Guide to Local History in the pages of the newspaper *O Jaguaribe*, developed from my reflections during the writing process, proposing a material that considers the various aspects of the investigated Aracatiense newspaper, containing discussions that cover the place , regionally and nationally, serving as support for high school teachers and students.

Keywords: Teaching History. Regional History. *O Jaguaribe*. Historical Sources.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

CAPÍTULO 1. FONTES HISTÓRICAS E HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS USOS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS DO JORNAL *O JAGUARIBE* 18

1.1 O jornal como fonte e/ou objeto de estudo da História: algumas reflexões metodológicas 22

1.2 Algumas questões de metodologia no trato dos jornais impressos 33

1.3 Fontes históricas no ensino de História: uma reflexão sobre os usos didáticos do jornal *O Jaguaribe* no espaço escolar..... 36

1.4 Algumas considerações acerca das mudanças metodológicas e epistemológicas no uso de fontes históricas na esfera escolar..... 46

1.5 O uso do jornal *O Jaguaribe* no estudo da história local no chão da escola 55

CAPÍTULO 2. À REFREGA JORNALÍSTICA: UMA HISTÓRIA DO JORNAL *O JAGUARIBE* E UM BREVE ESBOÇO DA IMPRENSA CEARENSE E ARACATIENSE NO SÉCULO XX 71

2.1 O Ceará em tinta e papel: um breve esboço da imprensa cearense no século XX..... 72

2.2 Um interprete genuíno do pensamento popular: a emergência do jornal *O Jaguaribe*..... 81

CAPÍTULO 3. APRESENTAÇÃO DO GUIA DIDÁTICO PARA ESTUDO DA HISTÓRIA LOCAL A PARTIR DO JORNAL *O JAGUARIBE*..... 100

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 106

ANEXO I. GUIA DIDÁTICO DIAGRAMADO..... 115

HISTÓRIA LOCAL NAS PÁGINAS DO JORNAL O JAGUARIBE 116

INTRODUÇÃO

> Não que a História não suponha gestos heroicos, não permita a ação revolucionária, não dê aos sujeitos relativa autonomia para tomarem decisões, mas o de que estes nunca podem ter certeza é que seus gestos, suas ações, suas decisões resultarão naquilo que esperam. Por isso a História é surpresa, é perigo, é suspense, é medo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.73).

A escrita de uma dissertação compreende uma história marcada pelo labor da pesquisa, a qual implica em questões sociais e culturais que permeiam sua redação. Não se produz ciência no vácuo, mas em um contexto específico e determinado. Por conseguinte, relatar brevemente parte de minha trajetória na escrita deste texto faz parte do diálogo com o mundo dos leitores.

Meu interesse pelo jornal *O Jaguaribe* remonta ao período da graduação, quando, em 2015, iniciei meus estudos no curso de Licenciatura em História na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Nos primeiros períodos fui orientado a iniciar o trabalho de pesquisa em história, o que foi intelectualmente bastante produtivo e instigante. Como um "ogro" a farejar carne humana, para utilizar termo do historiador March Bloch (BLOCH, 2001), comecei o processo investigativo na cidade de Aracati-CE.

Na tentativa de encontrar algum material, visitei o *Museu Jaguaribano*, ocasião em que surgiu certo interesse por uma série de livros da área do direito que estava na biblioteca do museu. Contudo, por questões burocráticas não pude ter acesso aos documentos. Desapontado, continuei caminhando pela chamada "Rua Grande" preocupado a respeito do que fazer.

Recebi informações sobre a existência da chamada *Casa de Cultura*,[1] local que continha alguns jornais produzidos em Aracati no século XX, que poderiam me auxiliar no processo de pesquisa. Na *Casa de Cultura*, fui notificado que os periódicos não estavam disponíveis fisicamente por conta de sua frágil materialidade, mas alguns deles estavam digitalizados, existindo no espaço virtual chamado *Hemeroteca Casa de*

[1] A *Casa de Cultura* de Aracati é uma entidade mantida pelo *Instituto José Freire d'Andrade* e situada no patrimônio histórico nacional de Aracati, é um espaço de criação, difusão e desenvolvimento da cultura. Fonte: < https://mapacultural. secult.ce.gov.br/agente/10337/>. Acesso em 28.12.2021.

Cultura,[2] ambiente que me permitiu iniciar o exercício da leitura dos diversos jornais lá existentes, dentre eles, *A Reforma* (1929), *O Rosário* (1908), *Folha do Comércio* (1913), *O Sol* (1908), *O Tempo* (1914), *Estrela do Mar* (1921), *Gazeta do Jaguaribe* (1950) etc.

A partir daquele momento inicial de exploração, tive contato com um jornal em particular, a saber, o jornal *O Jaguaribe* (1930), decidindo estudá-lo. Sob a orientação do professor Lindercy Francisco Tomé de Sousa Lins, produzimos um texto monográfico, intitulado *A queda da bastilha: a Revolução de 1930 no jornal O Jaguaribe* (1930-1934), trabalho dedicado a investigar a construção do discurso político acerca da Revolução de 30 no referido periódico aracatiense.

Em 2020, ao ingressar no Mestrado Profissional em Ensino História (PROFHISTÓRIA-UERN), permaneceu o desejo de continuar o estudo do jornal *O Jaguaribe*. Dialogando com o professor orientador Bruno Balbino Aires da Costa, apareceram novas problemáticas em relação ao jornal *O Jaguaribe*, dessa vez, de uma perspectiva do ensino de história. De que maneira o periódico aracatiense poderia ser utilizado como fonte histórica para o trabalho do professor de História no contexto da sala de aula? Quais as potencialidades dos diferentes usos didáticos e pedagógicos do jornal *O Jaguaribe* para o estudo da história local? Como instrumentalizar o jornal *O Jaguaribe* a fim de possibilitar a aprendizagem histórica e o pensar historicamente? Quais habilidades poderiam ser trabalhadas com a inserção do jornal *O Jaguaribe* no contexto das atividades didáticas dos estudantes? Como um jornal local contribuiria para a construção do saber histórico? Foram questões teóricas e metodológicas pertinentes que me direcionaram a repensar o hebdomadário aracatiense a partir de uma abordagem do ensino de História.

Atrelado à oportunidade de continuar pesquisando o jornal *O Jaguaribe*, advinda com o Mestrado Profissional em Ensino de História, carrego na memória um momento de minha vivência docente que me marcou profundamente em minha ainda insípida carreira. Em 2016, na EEF Horizonte da Cidadania, na comunidade de Redonda,

[2] Atualmente o espaço digital da *Casa de Cultura* não está funcionando por conta de alguns problemas técnicos envolvendo o site. Contudo, grande parte de seu material está disponível também no ambiente virtual chamado *Portal da História do Ceará*. Nesse texto mencionaremos a *Hemeroteca Casa de Cultura* apenas em termos do local inicial que disponibilizou para o público o jornal *O Jaguaribe* e diversos periódicos, o qual teve contato no início da pesquisa. O *Portal da História do Ceará* é o espaço atual que contém o jornal *O Jaguaribe* e outros materiais que podem possibilitar a pesquisa histórica, desde imagens até cartas escritas no século XIX.

localizada em Icapuí-CE, em uma tarde bastante quente, estava lecionando sobre o Egito Antigo na turma de 6º ano. Ao passo em que explicava oralmente sobre as características religiosas e sociais do Antigo Egito, uma estudante levantou a mão e fez a seguinte pergunta: "professor Gustavo, por que estamos estudando esse assunto? Eu moro em Icapuí. Qual a razão de estudarmos sobre esse lugar tão distante de nós?". Confesso que titubeei. Tentei formular uma resposta, pois todos da turma me olhavam fixamente, mas o que falei não foi nada convincente.

Outro momento de minha vida docente que me influenciou a pensar a história local deu-se em Mossoró-RN, na Escola Estadual Professor José Freitas Nobre. Na ocasião, participava do RESPED – Residência Pedagógica, programa que visa construir e aplicar projetos de âmbito educacional, tencionando formar a capacitar professores para a ação docente.[3] Discutindo em conjunto com a turma de 2º ano do Ensino Médio, percebi certo desprendimento ao assunto da aula. Naquele momento estávamos estudando a Guerra Fria. Pude notar claramente a necessidade de introduzir a temática local para discussão.

A partir desses momentos, senti a necessidade de pensar estratégias voltadas para um ensino de História a partir do próprio espaço de vivência dos educandos. Desse modo, o interesse pela história local no âmbito do ensino partiu da compreensão de que o ensino de história não pode ser dissociado da vida cotidiana dos estudantes. Os educandos estão envolvidos diariamente em múltiplas experiências, em contato com diversos saberes que não podem ser ignorados, mas trabalhados em sala de aula de forma dialogada e construtiva.

Ao utilizar o jornal *O Jaguaribe* no processo de escolarização, é possível contribuir para a produção de um ensino de história caracteristicamente mais dinâmico e próximo do aluno, fazendo sentido para eles em seu dia a dia, de modo que compreendam a função social e política da história, entendendo a si mesmos como agentes históricos ativos (SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011). Uma das competências gerais da educação básica a ser trabalhada na escola consiste em "valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e

[3] Para mais informações a respeito do Programa Residência Pedagógica, ver <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>.

colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva" (BRASIL, 2017, p. 9).

Na condição de professor de história na rede básica de ensino, constatei a existência de limitações e problemas que permeiam a prática docente e discente em relação ao uso de fontes históricas para o ensino da história local. Além disso, o desinteresse dos estudantes e as dificuldades na elaboração de materiais didáticos para a incorporação da história local em sala de aula são outros fatores que direcionaram a reflexão aqui proposta. Por vezes limitado a alguns poucos blogs e apostilas produzidos pela prefeitura e alguns grupos de memorialistas, contendo imagens e pequenos relatos sobre a origem das comunidades locais, esses materiais carecem de uma fundamentação teórico-metodológica, servindo apenas como guia básico de dados geográficos e históricos bastante simplistas, deixando de lado questões como a construção de identidade e a reflexão sobre a memória local.

Nessa perspectiva, a presente discussão engloba um conjunto de problemáticas concernentes à epistemologia do ensino de história e sua efetivação prática no âmbito escolar. Pensar o periódico aracatiense como um instrumento para o desenvolvimento do pensamento histórico certamente colaborará para o entendimento da história como uma prática construtiva a respeito do passado humano, na busca por superar

> [...] um ensino baseado em História linear, casual, evolutiva, política, dos vencedores, dos heróis, cuja marca primordial está na memorização de datas e fatos, fundamentados na construção de um tempo histórico homogêneo e transmitidos via exposição oral, para serem reproduzidos pelos alunos através dos "famosos" questionários, com as respostas fixadas pelo manual do professor (CUNHA, 2011, p. 285).

Este trabalho diz respeito ao próprio ato de ensinar história no século XXI, o que envolve em uma série de questionamentos que envolvem problemas sociais, culturais, econômicos, políticos e religiosos (SILVA; GUIMARÃES, 2012). A formação histórica no processo de escolarização é marcada por tensões e disputas de narrativas, tão característicos no contexto brasileiro. Em um período de negacionismos e inúmeros ataques às ciências humanas, em particular, ao ensino de História, os desafios contemporâneos que os professores dessa disciplina enfrentam são inúmeros. As questões que nos direcionam a pensar a História tem sua origem no tempo presente, o que significa que não podemos ignorar o contexto no qual estamos inseridos. Nesse sentido, compartilho do que escreveu Maria Lígia Prado, ao afirmar que

> Vivemos no Brasil um período em que grupos com tendências marcadamente conservadoras desqualificam as Humanidades em geral, propõem revisionismo historiográfico sem embasamento teórico ou empírico e desacreditam os princípios que fundamentam a ciência moderna (2021, p. 51).

Cresce o número de movimentos no Brasil que afirmam categoricamente empreender investigação histórica séria, mas sequer atentam para o amplo arcabouço teórico-metodológico da historiografia. Negando postulados básicos da ciência histórica, estabelecem análises deturpadas dos documentos históricos, utilizando indevidamente símbolos e outros elementos para fundamentar suas ideias e discursos negacionistas e intolerantes. Posto que, os meios de comunicação de massa facilitam bastante o trabalho desses grupos, não é incomum nos depararmos com falas de sujeitos que atacam o ensino de história, em espaços como *YouTube*, *Instagram*, *Facebook*, programas de TV e até mesmo em jornais e revistas. Nessa conjuntura de ataques, estar munido de ferramentas adequadas para análise e crítica é fundamental para os educandos compreendam e examinem a realidade que os cerca, sendo mais que necessário construirmos um ensino de História significativo, que problematize as questões políticas e sociais que permeiam a sociedade brasileira, permitindo a construção sempre constante da consciência histórica, como destaca Fonseca (2008, p. 56):

> O ensino de história é um espaço complexo, no qual atuam diferentes propostas de saber e poder, cabendo aos professores de história o papel fundamental de desenvolver um ensino que contribua para a formação do pensamento crítico e reflexivo, para a construção da cidadania e para a consolidação da democracia entre nós.

Dessa forma, compreendo que a introdução do jornal *O Jaguaribe* no espaço do ensino de história constitua uma forma interessante e instigante de aprendizagem. Estou ciente do quanto é importante o contato dos estudantes com uma fonte histórica como o jornal impresso, o que pode favorecer a concretização de experiências educativas positivas, oportunizando um contato prático e dinâmico com o conhecimento. Mais do que informações, o ensino de história orienta o indivíduo no processo de participação cidadã.

Dito isso, o objetivo da presente pesquisa é investigar as possibilidades dos diferentes usos didáticos do jornal *O Jaguaribe* enquanto fonte histórica para o ensino

da história local em sala de aula, evidenciando suas potencialidades para a aprendizagem histórica na educação básica.

A reflexão acerca das possibilidades dos usos didáticos do jornal *O Jaguaribe* para o ensino de História, poderá contribuir para um redimensionamento no fazer do professor e dos alunos em sala de aula, permitindo-lhes uma postura investigativa e a consciência de que o passado não é algo dado, mas construído, e que deve ser entendido de uma forma específica e articulada, fundamentada teórica e metodologicamente. Com isso, é possível proporcionar aos educandos uma série de experiências interessantes e criativas, de modo que possam imergir em uma historicidade, criando um espaço de curiosidade e questionamento.

O trabalho com fontes históricas em sala de aula e a inserção de diversas temáticas, tais como, gênero, história local, multiculturalismo, história das mulheres, história indígena, história dos negros, história da África, mentalidades, patrimônio etc., se deve às mudanças epistemológicas e metodológicas no interior da ciência histórica, e que repercutem no ensino da História, produzindo alterações de ordem didático-pedagógicas em relação às suas temáticas, procedimento e abordagens. Essas alterações foram fundamentais para a emergência de um ensino de História diferente da estrutura didática tradicional, ainda bastante presente nas salas de aula (OLIVEIRA, 2010).

Por se tratar de um jornal da imprensa local, trabalhar a temática história local a partir do jornal *O Jaguaribe* ensejará nos estudantes e professores a compreensão de que não estão distantes da história, mas, que eles mesmos são capazes de produzir história, além de pensarem no local enquanto parte de uma narrativa construída no tempo e espaço, por determinados sujeitos. Além do mais, será possível refletir sobre a sua própria identidade, e como a mesma foi construída, caracterizada e entendida no decorrer da história, se percebendo como protagonistas da mesma. Nesse sentido, o presente trabalho visa contribuir também para que o educando perceba as inúmeras forças sociais, culturais, políticas e religiosas que envolvem a realidade em que estão inseridos.

Entendo o educando é um sujeito ativo, inserido em um determinado e específico tempo histórico, que carrega consigo experiências e conhecimentos que estão entrelaçados em seu cotidiano e o permitem participar da produção do conhecimento. O professor não é o único detentor do saber, cuja ação consiste em depositar conceitos na mente dos alunos, mas, criar caminhos para o diálogo construtivo e criativo (FREIRE, 1997). Com isso, concebo o ensino de História uma forma de possibilitar novos

caminhos, orientações para a vida social e cotidiana. Ao inserir o jornal *O Jaguaribe* como uma fonte histórica para trabalhar a história local avaliei as contribuições que advirão desse trabalho, conforme apontam Rocha, Magalhães e Gontijo (2009):

> [...] é preciso construir leituras sobre o mundo e sobre si capazes de favorecer o sentimento de identidade (por conseguinte, de pertencimento) e, ao mesmo tempo, a capacidade crítica para reconhecer e lidar com as diferenças e situá-las no tempo (ou seja, situá-las historicamente). Nesse sentido, pode-se dizer que o objetivo da história escolar é ensinar/aprender a pensar historicamente, rompendo com as naturalizações e abrindo o horizonte de expectativa (2009, p.16).

Existem na sociedade, inúmeras leituras por vezes naturalizadas, fixas, não sendo possível à elaboração de análises que partam do pressuposto de que a realidade não surgiu no vácuo, mas de processos históricos. Portanto, é preciso a elaboração de aulas que permitam aos alunos fazerem leituras que superem um pensamento já estratificado na sociedade, dialogando com as concepções adquiridas a partir de um ensino de história que valorize novos horizontes, objetivando o contato com novas dimensões do real e do tempo histórico, permitindo novas visões sobre a História e sua construção.

Por meio do estudo do jornal *O Jaguaribe*, o educando será capaz de ler e problematizar seu próprio mundo, de forma a ampliar sua ação e interação na sociedade em que está envolvido diariamente, refletindo sobre as diversas dimensões que permeiam sua vida e dos demais com os quais se relaciona, percebendo que nada existe sem relação alguma com o tempo e a ação humana, não existindo uma única forma de leitura do mundo que o rodeia.

Alguns outros fatores foram importantes para a produção da presente pesquisa. Em primeiro lugar, a imprensa em Aracati foi bastante dinâmica em relação ao número de impressos. Foram muitos os periódicos que circularem na urbe aracatiense, como o *Coruja* (1844), *Jaguaribe* (1886), *O Rosário* (1918), *O Progresso* (1917), *Tribuna do Povo* (1870), *A Liberdade* (1881), *O Porvir* (1918), *Folha do Comércio* (1911). De fato, foi no século XIX que teve início o processo de produção dos primeiros jornais em Aracati, sendo o *Clarim da Liberdade*, de 1831, o primeiro periódico a ser produzido na cidade de que se tem notícia.

Dos periódicos impressos em Aracati no século XIX e XX, o jornal *O Jaguaribe* foi o que mais tempo permaneceu circulando, contando com várias edições que tratam

de inúmeros aspectos da história local, regional, nacional, e até mesmo internacional. Apesar disso, não existem trabalhos em nível de mestrado, doutorado e artigos científicos que tenham se utilizado do jornal *O Jaguaribe*, deixando claro a existência de uma lacuna no contexto da historiografia regional e local.[4] Desta maneira, entendo que a presente dissertação possa contribuir para a historiografia local e regional, inclusive para os estudiosos da imprensa em particular, ao apresentar dados históricos a respeito do jornal *O Jaguaribe* e de outros elementos relativos à imprensa cearense e aracatiense.

Em segundo lugar, o fácil acesso, as condições de leitura e mapeamento do jornal *O Jaguaribe*, foram fundamentais para a realização dessa dissertação. O campo da história tem recebido muitas contribuições da tecnologia (MARTINS; MOREIRA; MUCELIN, 2017). O jornal *O Jaguaribe* está em excelente estado para leitura e pesquisa. Sua estrutura digital possibilitou a visualização de seus diversos elementos materiais, o que possibilitou analisá-lo e acessá-lo de qualquer local que disponha de internet. Além disso, no trabalho em sala de aula, pode-se pensar na utilização de ferramentas digitais para a ação docente e discente no processo de pesquisa e na construção de atividade didáticas (SILVA; GUIMARÃES, 2012).

Em terceiro lugar, acredito que o presente trabalho, além de contribuir para o conhecimento acadêmico, possibilitará o acesso ao conhecimento histórico para aqueles que não fazem parte do ambiente universitário e escolar. A História possui sua importância social. Existem uma série de demandas sociais, as quais devem ser entendidas pelos historiadores. Restringir a produção historiográfica a uma parcela específica e limitada de sujeitos é limitar suas potencialidades didáticas.

Em quarto lugar, e não menos importante, os professores e alunos de História da rede básica de ensino, poderão fazer uso de um trabalho que os auxiliará no uso do jornal *O Jaguaribe* em sala de aula, de modo a conhecerem essa fonte histórica pouco conhecida, refletindo, identificando-o e investigando-o em sua materialidade de forma inteligível. Dessa forma, os educandos e professores poderão construir uma história mais plural, onde as diversas vozes dos diferentes sujeitos históricos possam vir à tona.

No que tange ainda as fontes, concretizei o mapeamento de todas as edições do jornal *O Jaguaribe* disponível no Portal da História do Ceará. No presente trabalho, o

[4] Realizei uma pesquisa nos sites de repositórios de trabalhos acadêmicos (SCIELO, BDTD, CAPES, Revistas de artigos científicos etc.) dos níveis acima citados e não localizei textos tratando do periódico.

jornal *O Jaguaribe* foi pensado como objeto e fonte para a produção historiográfica, cuja reflexão partiu da compreensão dos jornais enquanto veículos da comunicação, instituídos em um determinado e específico tempo, construídos com determinados fins, dentro de uma lógica em que o ideológico é parte de sua estrutura discursiva e material.

Para a realização dessa pesquisa, efetuei a leitura dos jornais coletados, pensando-os a partir dos referenciais teóricos no contexto do Ensino de História. Assim, compreendendo os jornais como vestígios deixados pelas sociedades passadas, são diversas as possibilidades para o diálogo em sala de aula, especialmente no que diz respeito a história local.

A dissertação está dividida em três partes. No primeiro capítulo analiso o periódico aracatiense em sua condição de fonte histórica para o estudo da história local, inquirindo sobre seu emprego pelos professores e estudantes. No segundo capítulo historicizo o hebdomadário aracatiense, tencionando entender sua construção em determinado e específico contexto. No terceiro capítulo apresento o produto decorrente das discussões concretizadas no decorrer da investigação. O produto didático consiste em série de três capítulos contendo cada qual uma aula, incluindo sequências didáticas a respeito de temas específicos, cujos detalhes estão expostos no referido espaço.

CAPÍTULO 1 – FONTES HISTÓRICAS E HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS USOS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS DO JORNAL *O JAGUARIBE* EM SALA DE AULA

> A educação autêntica, repetimos, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e outros, originando visões ou pontos de vista sobre eles (FREIRE, 1987, p. 84).

Educar para a vida é crucial para a significância do ensino de história. Nenhum ser humano é uma ilha. Cercado pelos seus semelhantes e pelos seus diferentes, é fundamental que os educandos aprendam a conviver bem uns com os outros, atentando para a importância de valores como a igualdade, a democracia, o respeito e a cidadania. Assim, penso que a história ensinada no domínio escolar seja capaz de contribuir para a formação humana em seus variados aspectos, especialmente no processo de orientação temporal, direcionando os estudantes no que tange a práxis no mundo que vivem. Entretanto, isso não significa restringir os efeitos do ensino de História ao mundo físico da escola, mas entendê-lo como "[...] prática social que extrapola a ação educativa constituída na sala de aula e na escola" (MEINERZ, 2010, p.203), o que implica pensar em formas diferenciadas para o processo de aprendizagem, perpassando um conjunto de pressupostos e modelos tradicionais ainda presentes no currículo de história.

Redimensionar a prática docente na esfera do Ensino de História é entender a complexidade social na qual estamos envolvidos, atentando para a condição cotidiana da qual os sujeitos históricos participam. O diálogo construtivo que a história permite é indispensável para suprir lacunas na estrutura social, espaço de referência dos estudantes. Inculcar novas perspectivas e percepções do mundo é parte do processo de aprendizagem histórica, de maneira a possibilitar a integração dos alunos na sociedade, criando caminhos para o exercício da cidadania.

> A proposta de metodologia do ensino de história que valoriza a problematização, a análise e a crítica da realidade concebe alunos e professores como sujeitos que produzem história e conhecimento em sala de aula. Logo, são pessoas, sujeitos históricos que cotidianamente atuam, lutam e resiste nos diversos espaços de vivência: em casa, no trabalho, na escola, etc. Essa concepção de ensino e aprendizagem facilita a revisão do conceito de cidadania abstrata, pois ela nem é algo apenas herdado via nacionalidade, nem se liga a um único caminho de transformação política. Ao contrário de restringir a condição a de mero trabalhador e consumidor, a cidadania possui um

> caráter humano e construtivo, em condições concretas de existência (FONSECA, 2003, p.94).

A construção de uma consciência política que perceba o mundo como produto social envolve mais que um conjunto de teorias, mas a própria preparação cotidiana para à interpretação e ação da sociedade. Isso significa que a escola pode ser considerada o ponto de encontro entre os saberes produzidos na escola, na rua, em casa ou no trabalho, objetivando mostrar que a história não lida apenas com o passado distante, mas que possui estreita relação com as narrativas produzidas pelos próprios estudantes em suas trajetórias de vida.

Reconhecer cada história de vida é valorizar a individualidade de cada ser em sua específica e determinada condição social e cultural, sendo importante que o docente mantenha uma postura de respeito e atenção. Contudo, é necessário alguns cuidados a respeito de certo comportamento frente à leitura de mundo de cada sujeito. Freire comenta sobre essa importante questão:

> A resistência do professor, por exemplo, em respeitar a "leitura de mundo" com que o educando chega à escola, obviamente condicionada por sua cultura de classe e revelada em sua linguagem, também de classe, se constitui em um obstáculo à sua experiência de conhecimento. Como tenho insistido neste e em outros trabalhos, saber escutá-lo não significa, já deixei isto claro, concordar com ela, a leitura do mundo ou a ela se acomodar, assumindo-a como sua. Respeitar a leitura de mundo, do educando não é também um jogo tático com que o educador ou educadora procura tornar-se simpático ao educando. É a maneira correta que tem o educador de, com o educando e não sobre ele, tentar a superação de uma maneira mais ingênua por outra mais crítica de inteligir o mundo (FREIRE, 1996, p. 46).

Desse modo, promover um diálogo que considere a especificidade de cada experiência discente é uma forma de pensar a compreensão de cada caminho traçado, atentando para "a historicidade de suas determinações socioculturais, fundamento de uma compreensão de si mesmos como agentes históricos e de suas identidades como construções do tempo histórico." (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p. 119). Expandir esses horizontes requer reflexões que pensem o ensino de história como ferramenta fundamental para a produção do conhecimento de forma compartilhada e democrática. Como pontuado por Freire na citação acima, pontos de vista a respeito do mundo são

construídos coletivamente. Em conjunto, a aprendizagem torna-se mais cativante e significativo. Nesse sentido, todos os seres humanos são capazes de construir História:

> O sujeito histórico, que se configura na inter-relação complexa, duradoura e contraditória entre as identidades pessoais, é o verdadeiro construtor da História. Assim, é necessário acentuar que a trama da História não é o resultado apenas da ação de figuras de destaque, consagradas pelos interesses explicativos de grupos, mas sim a construção consciente/inconsciente, paulatina e imperceptível de todos os agentes sociais, individuais ou coletivos (BEZERRA, 2016, p. 45).

A construção da história perpassa todo o conjunto de fatores sociais, culturais, políticos, econômicos e religiosos que permeia o contexto dos discentes e docentes. Nessa perspectiva, a participação na fabricação de narrativas envolve a vivência dos diversos sujeitos que compartilham de acontecimentos aparentemente sem importância alguma para a vida. Infelizmente, em muitos espaços a história ainda é abordada de um ponto de vista elitista e individualista, ignorando o coletivo como parte estrutural das comunidades humanas. Davies comenta sobre os efeitos negativos decorrentes dessa abordagem tão presente nos livros e manuais didáticos das escolas:

> Ao negarem a participação popular na história, os livros didáticos induzem o aluno das camadas populares a pensar que sua história não tem valor, que sua história não é história, que só as iniciativas dos grupos dominantes são dignas de registro, de estudo [...]. Sendo induzido a desvalorizar o seu passado, o aluno tenderá também a subestimar o seu papel na manutenção e/ou transformação do presente, o que conduz ao fatalismo, ao sofrimento de impotência de transformação do mundo, a aceitação das elites para a direção da sociedade (1992, p. 104).

Em contrapartida, os progressos da historiografia ampliaram as possibilidades do trabalho didático por meio da exploração de inúmeras fontes disponíveis aos educadores e profissionais da história. Partindo da visão de que tudo tem história, os professores podem incorporar os variados tipos de documentos históricos em sala de aula, dinamizando as práticas de ensino aprendizagem. Nesse contexto, o jornal *O Jaguaribe* pode ser direcionado para o estudo da história local. Segundo a professora e historiadora Aryana Costa:

> Mobilizar "matéria-prima" propicia uma visão de *making of* da história, de uma primeira incursão em como ela é produzida. É como se estivéssemos vendo os alicerces e as vigas de um prédio em

> construção e não só o prédio já construído e rebocado, como é o caso quando só temos contato com narrativas de processo histórico. O uso de fontes possibilita sua mobilização em várias escalas: pessoais, institucionais, orais, escritas, visuais. Possibilita o conhecimento do local dos alunos por meio da busca pelos seus espaços de memória, acervos, arquivos, monumentos, pessoas a serem entrevistadas. E propicia também o trabalho coletivo, a tomada de decisões, o desenvolvimento das habilidades de raciocínio e a argumentação dos alunos (2019, p. 135-136).

O trabalho de construção do saber histórico local por meio do jornal *O Jaguaribe* consiste em uma estratégia de investigação para o ensino e está atrelado a critérios específicos da explicação histórica, podendo capacitar os discentes a interpretarem suas experiências cotidianas. Segundo Schmidt e Cainelli: "o trabalho com a história local pode produzir a inserção do aluno na comunidade da qual faz parte, criar suas próprias historicidades e identidade" (2004, p. 113). Desse modo, o objetivo deste capítulo consiste em investigar o jornal *O Jaguaribe* na condição de fonte histórica e material didático para o ensino da história local em sala de aula.

A *Base Nacional Curricular Comum* (BNCC) salienta que o conhecimento histórico deve ser abordado como:

> [...] uma forma de indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor intepretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Enfim, trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive (BRASIL, 2017, p. 401).

Trata-se, portanto, de proporcionar aos estudantes condições para trilhar um caminho que os permita pensar a função transformadora da história a partir de seu protagonismo no processo de manipulação do jornal *O Jaguaribe*, atuando como um intérprete do passado humano, sem deixar de lado questões do presente.

1.1 O jornal como fonte e/ou objeto de estudo da História: algumas reflexões metodológicas

Trabalhar didaticamente o jornal *O Jaguaribe* no espaço escolar[5] implica em tecer algumas considerações a respeito das especificidades do jornal impresso na condição de objeto e fonte para a escrita da história, observando suas potencialidades para a construção do conhecimento histórico. A fonte jornalística pode fornecer aos pesquisadores elementos que permitam a compreensão dos diversos aspectos característicos das ações humanas no tempo e espaço (CAPELATO, 1988; BLOCH, 2003). De acordo com Espig, o jornal:

> [...] possui toda uma série de qualidades peculiares, extremamente úteis para a pesquisa histórica. Uma delas é a periodicidade, os jornais constituem-se em verdadeiros arquivos do cotidiano, nos quais podemos acompanhar a memória do dia a dia e estabelecer a cronologia dos fatos históricos. Outra é a disposição espacial da informação, que nos permite a inserção do acontecimento histórico dentro de um contexto mais amplo. E outro aspecto singular do material jornalístico é o tipo de censura instantânea e imediata, diferente de outras fontes que poderão ser submetidas a uma tiragem antes de serem arquivadas (1998, p.274).

A estruturação material e ideológica do jornal impresso não é um processo simples, mas abarca uma série de elementos complexos que marcam sua diversificação e singularidade, tratando-se de importante agente da história. Conforme análise de Espig, o jornal deve ser refletido a partir de suas características específicas. Isso compreende a trajetória formativa dos periódicos até chegar ao público leitor e consumidor. A partir do entendimento da natureza plural do jornal na condição de produto cultural e social, é possível vislumbrar e apreender as diversas vozes existentes nas narrativas jornalísticas, contribuindo, assim, para a historiografia.

No contexto de globalização tão presente no mundo em que inúmeros meios de comunicação são produzidos e utilizados, pode parecer que a reflexão a respeito dos

[5] Com isso, não penso que a inserção do jornal *O Jaguaribe* como material didático possa ser considerado algo inédito ou algo totalmente novo. Certamente outros professores que conhecem o periódico podem tê-lo utilizado para o ensino. Como enfatizado por Costa: "[...] embora a história, o fato, esteja no passado, à apreciação do fato é sempre contemporânea ao historiador e tal "apreciação" decorre, em grande medida, da historicidade do pesquisador. Sendo assim, o surgimento de novas abordagens, a visualização de novos aspectos de uma determinada realidade, resulta muito mais das transformações no tempo presente e da forma de inserção do pesquisador em seu próprio mundo do que propriamente da incorporação de novas fontes" (COSTA, 2010, p. 195).

jornais impressos não seja tão necessária como antes, em um cenário em que a internet vem ganhando espaço. Contudo, penso que este não seja o caso, pois, problematizar a instrumentalização da imprensa a partir da historiografia envolve mais que pensar em questões do passado, mas na construção de um diálogo que abarque a constituição da informação como parte inerente as sociedades humanas, atrelado ao desenvolvimento econômico que a permeia.

É evidente que o espaço da esfera pública vem sendo marcado por grande número de jornais, consequência da necessidade de novos meios de comunicação, tendo em vista o processo de informatização característico da modernidade. Não é de surpreender as mudanças sociais advindas com a imprensa nas diversas comunidades que a receberam, favorecendo, assim, a organização de instituições cada vez mais politizadas.

No que tange as relações entre História e Imprensa, segundo Zicman (1985), existem dois grandes campos de estudos que a abarcam: *História da Imprensa* e *História através da Imprensa*. O primeiro consiste em reconstruir o desenvolvimento da imprensa no tempo, caracterizando-a em determinado e específico período histórico. O segundo diz respeito à construção de trabalhos por meio dos produtos da imprensa periódica, tratando-os como objeto e fonte para a pesquisa histórica. Entretanto, a imprensa não pode ser pensada como um meio para chegar à realidade absoluta, uniforme e homogênea. Ao contrário,

> ““[...] devemos lembrar que na Imprensa a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde a informação não são dadas ao azar mas ao contrário denotam as atitudes próprias de cada veículo de informações segundo seu próprio “filtro” (ZICMAN, 1985, p.90).

Desta forma, atentar para a composição dos objetos da imprensa demanda uma leitura que os avalie de uma perspectiva crítica, ponderando a respeito de suas diversas formas de representar o mundo. Destarte, os periódicos têm ocupado um papel central na pesquisa histórica, considerado “[...] uma verdadeira mina de conhecimento [...]” (CAPELATO, 1988, p. 21). Contudo, não almejo escrever uma história da imprensa ou, um manual de metodologia de como pesquisar o jornal impresso, mas esboçar algumas ponderações sobre a investigação historiográfica da fonte jornalística, tencionando subsidiar os docentes no entendimento dos modos de produção do saber histórico,

presentes no processo de instrumentalização do jornal *O Jaguaribe* como material didático para o ensino da história local, o que será discutido posteriormente.

Assim, explorarei o hebdomadário aracatiense como a base, o ponto que propiciará a reflexão proposta nesta dissertação, o que não significa tratá-lo como a origem do processo histórico em si, mas considerá-lo como um registro e vestígio que pode possibilitar conhecer o passado (SAVIANI, 2006). Portanto, avaliar o tipo de fonte aqui discutida é fundamental para a inteligibilidade das operações pedagógicas e didáticas construídas nas aulas de história de maneira metodologicamente orientada, fazendo uso da teoria no que concerne à sua elaboração. Conforme Nunes e Carvalho salientam:

> A riqueza do diálogo das fontes com as teorias é, portanto, a possibilidade de além de problematizar a ambas, alterar as representações que temos não só delas, mas também da própria pesquisa histórica. É evidente que tais representações não são apenas criações do espírito, mas produtos da mentalidade de certa época, de certas categorias sociais e determinados grupos (1993, p. 32).

À medida que investiguei as peculiaridades do jornal impresso como fonte histórica, compreendi a relevância do arcabouço teórico que a historiografia disponibiliza para sua análise. Por se tratar de um material complexo, sua singularidade frente aos demais meios de comunicação é evidente, merecendo destaque por sua materialidade e impactos na sociedade:

> Os jornais são objetos que estiveram muito presentes na vida urbana nos últimos três séculos. Há quatro décadas, os historiadores começaram a se aproximar cada vez mais deles como um tipo mais específico de fonte histórica, capaz de oferecer inúmeras informações, discursos e indícios para análise das sociedades que os produziram e dos meios nos quais eles circularam. Para vislumbrar todas as potencialidades e desafios que os jornais apresentam aos historiadores como fontes históricas, devemos ultrapassar o senso comum e essa sensação de franca familiaridade que os habitantes das cidades modernas têm em relação a estes meios de comunicação e produção de discursos que habitam a nossa vida diária e já fazem parte da paisagem urbana desde os três últimos séculos (BARROS, 2021, p. 388).

Pelo fato de conter uma multiplicidade de elementos ideológicos, discursivos e materiais que carecem de uma análise mais ampla, a forma como os historiadores tratam o jornal deve ultrapassar a lógica comum de considerá-los como meros repositórios de notícias, mas analisá-lo a partir de métodos que permitam um entendimento de sua

construção como parte do processo de manipulação de interesses, tendo em vista a operação de seleção tão característica da comunidade interpretativa do jornalismo (CAPELATO, 1988). Estou ciente de que refletir sobre a imprensa no contexto da historiografia é trilhar por um caminho já bastante conhecido nas últimas décadas (LAPUENTE, 2016; BARBOSA, 2007). O uso e a incorporação crescente dos impressos como fonte e objeto de pesquisa têm possibilitado a produção de uma série de trabalhos e atividades de caráter interdisciplinar no domínio das ciências sociais e humanas. Segundo Cruz e Peixoto,

> [...] é fácil constatar que seu uso, faz algum tempo, encontra-se disseminado nos ambientes de trabalho nas ciências sociais e das humanidades. Nos diversos campos de pesquisa, da comunicação à semiótica, da crítica literária à educação, a imprensa aparece como fonte e como objeto de pesquisa. Nos diversos níveis de ensino e em diversas áreas, a imprensa transforma-se, de forma crescente, em suporte didático- pedagógico na sala de aula. Professores de português e literatura buscam em textos da imprensa um espaço para aprendizagem de uma norma escrita mais viva e atual do que a dos clássicos; na geografia busca-se uma compreensão do espaço mundial globalizado mais atualizada, nas ciências sociais ou temas do tempo presente (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 25).

Nesse sentido, o destaque da imprensa no âmbito dessas ciências, expõe com clareza a pertinência de estudos interdisciplinares, capazes de possibilitar um terreno fértil para o estudo de temáticas sociais, culturais, políticas e religiosas, constituindo um espaço de representação da realidade. Ao trazer indícios da vida social, cultural e econômica de um tempo histórico específico, o jornal mostra-se como uma importante documento para a escrita da história.

Historicamente, a imprensa periódica esteve profundamente arraigada na vida social, política, econômica e cultural da população urbana brasileira (BARBOSA, 2003). Sua presença histórica é evidente nas múltiplas dimensões do poder desde o século XIX (MOREL; BARROS, 2003; LUSTOSA, 2003). Não obstante, em comparação a outros países, é notável sua existência material e ideológica ser bastante recente no Brasil. No continente europeu, por exemplo, a imprensa periódica surge no século XVII, chegando às Américas tão somente no século XVIII. Entretanto, Martins e Luca destacam que

> Os impressos que circularam no Brasil em duzentos anos, não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: a história do

> Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes, os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional (2008, p.8).

Sua influência é perceptível no contexto da vida pública e no engendramento de conflitos políticos das mais variadas ordens (MOREIRA, 2011). De fato, "a nação brasileira nasce e cresce com a imprensa" (MARTINS; LUCA, 2013, p. 3) . Contribuindo para o saber social e a construção de discursos através de seus materiais que chegam rápida e diariamente ao leitor ávido por informações, a imprensa configura-se como prática social e comunicativa, refletindo opiniões, saberes e mecanismos que permeiam as esferas do poder, interferindo nas questões políticas e nos mais variados aspectos da vida cultural (LEITE, 2015).

Porém, no Brasil, o olhar histórico a respeito dos impressos nem sempre foi positivo entre os historiadores. Existia uma suspeita em relação ao status da imprensa na condição de objeto e fonte para análise histórica. Essa concepção era parte de uma estrutura epistemológica e metodológica dita metódica, característica da historiografia do século XIX. Segundo Tania Regina de Luca, o cenário intelectual brasileiro na década de 1970 não possibilitava o uso fecundo da imprensa para a produção histórica, existindo poucos trabalhos na área (2008).[6] Luca comenta sobre alguns dos fatores que marcavam o *métier* dos profissionais da história com relação à imprensa periódica:

> Vários fatores explicam tal situação, que não constituía particularidade brasileira. Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com o seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e

[6] Sobre a história da imprensa no Brasil, Ver SODRÉ, 1999; MARTINS; LUCA, 2013.

> paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (2008, p.111-112).[7]

A historiografia, impregnada por limites e noções específicas, estabelecia uma determinada forma de como o historiador deveria trabalhar a documentação, pensando-o como o caminho para o conhecimento da verdade total e absoluta, decorrente da utilização de métodos rígidos de seleção e análise, desprezando, assim, o "[...] papel essencial das questões colocadas pelo historiador por detrás de seus textos" (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 102). A historiadora Maria Helena Capelato comenta sobre duas posturas características dos historiadores brasileiros a respeito da fonte jornalística no século XX. De um lado, "[...] o desprezo por considerá-lo fonte suspeita [...], de outro o "[...] enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade" (CAPELATO, 1988, p. 21)". Ambas as percepções decorriam em problemas. No primeiro caso, cria-se que o jornal não era útil para investigação, por tratar-se de um material permeado pela subjetividade, ao passo que outros o pensavam como uma fonte que permitiria o acesso à verdade histórica em sua totalidade, como afirma Ginzburg:

> A ideia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade, me parece [...] rudimentar. As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão como pensam os cépticos; no máximo poderíamos compará-los a espelhos deformantes (2002, p. 44).

Essa postura começou a ser criticada a partir de meados do século XX com a *Escola dos Annales*, e mais profundamente na década de 1970, com a chamada *terceira geração*. (LE GOFF; NORA, 1974). Esse período foi marcado pelo surgimento de novas ideias, quando a historiografia começou a passar por muitas transformações em sua estrutura científica e disciplinar. Com Michel Foucault, por exemplo, houve um direcionamento mais amplo em relação à forma de trabalhar a documentação histórica,

[7] Apesar desse cenário na década de 1970, já na década de 30, Gilberto Freyre revela-se pioneiro ao escrever sobre os escravos nos anúncios de jornais. Para Freyre, "através de já seculares e sucessivos anúncios de jornais, pode-se avaliar sucessivas transformações sociais no Brasil causadas por importações de artigos de várias espécies, modificadores de rotinas tradicionais: o transporte só pela vagarosa rede conduzida por escravos, substituído por veículos ingleses, puxados a cavalos, ágeis e elegantes, por exemplo; um maior uso de pão e trigo; um maior uso de metais sofisticados na cozinha e na mesa; a substituição, nas casas de residência, dos abalcoados de origem árabe por janelas de vidro" (FREYRE, 2012, p. 10). Percebe-se o uso dos periódicos para o conhecimento do cotidiano dos escravos no Brasil. Através das inúmeras notícias que chegavam ao alcance dos leitores, era possível vislumbrar variados aspectos sociais, históricos e culturais presentes na estrutura escravista tão profundamente arraigada em solo brasileiro.

tratando-a em sua historicidade, repensando limites e novos horizontes a serem percorridos (2008). Viu-se uma mudança no conceito de fonte histórica, quando esta passou a ser pensada em termos de toda produção humana, compreendida como "[...] mais do que o documento oficial: que os mitos, a fala, o cinema, a literatura, tudo isso, como produtos humanos torna-se fonte para o conhecimento da história" (SILVA V; SILVA, H, 2009, p. 158). Dessa maneira, entendo que a inserção da imprensa nos múltiplos espaços sociais, decorrentes de sua presença diária na vida cultural e social, é capaz de ampliar o universo da investigação e configurar novas maneiras de explorar o real de maneia crítica e construtiva. O grande valor da imprensa destaca-se por seu caráter de agente cultural, social e político. Detentora de sua própria materialidade, vinculada a uma esfera pública e privada de ação ideológica, sua historicização torna-se fundamental para a construção do conhecimento histórico, a fim de possibilitar o entendimento dos diversos elementos que abrangem sua constituição como parte da indústria cultural[8] no contexto do mundo capitalista.

> Questão central é de enfrentar a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas ao longo do processo de constituição, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos do capitalismo. Pensar a imprensa com essa perspectiva, implica, em primeiro lugar, tomá-la como força ativa do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Como indica Darton, é preciso pensar em sua inserção na história enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectiva e consciência histórica (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257).

Nessa perspectiva, investigar as potencialidades do jornal impresso no domínio da historiografia acadêmica envolve um diálogo que não se restringe à história.[9] A

[8] Entenda-se indústria cultural como "a produção e disseminação de produtos culturais para consumo em massa, ou seja, o consumo de muitos pessoas em diferentes lugares, independentemente das particularidades culturais. Tal produção é realizada em geral pelos meios de comunicação e está interligada à atividade industrial propriamente dita. Jornais, revistas periódicas, programas de TV, livros, revistas em quadrinhos, músicas, filmes são exemplos de produtos culturais que passaram a fazer parte da sociedade de consumo" (SILVA; SILVA, 2005, p. 225-226).

[9] A interdisciplinaridade esteve profundamente presente no processo de estruturação da História em novos moldes no século XX, característicos da chamada Nouvelle histoire. Contudo, a interdisciplinaridade possui seus limites e, deve ser pensada em seus múltiplos olhares, atentando para as relações existentes entre a História e demais ciências. Acerca dessa problemática, Reis assevera que "no plano geral, a interdisciplinaridade continua sendo a orientação central; "reunir os saberes" continua sendo o centro do projeto dos Annales; mas ela deve ser praticada sem que a história perca sua identidade, eis o que precisa

existência material dos impressos está vinculada a um determinado e específico contexto histórico e social, sendo parte central da vida cultural e comunicativa contemporânea. Thompson (1998, p. 19) salienta que:

> Em todas as sociedades os seres humanos se ocupam da produção e do intercâmbio de informações e de conteúdo simbólico. Desde as mais antigas formas de comunicação gestual e de uso da linguagem até os mais recentes desenvolvimentos na tecnologia computacional, a produção, o armazenamento e a circulação de informação e conteúdo simbólico têm sido aspectos centrais da vida social.

A produção comunicativa implica em um conjunto de sociabilidades e interesses que permeiam a articulação discursiva e material dos diferentes produtos da imprensa. Em vista disso, é significativo refletir brevemente a respeito de algumas questões que estão imbricadas no campo da Mídia Impressa e da Comunicação Social, considerando que seu estudo é de grande relevância para a compreensão de determinada sociedade e cultura (CELINSKI; SKURA, 2019). Quando devidamente entendida como agente histórico, percebe-se que a imprensa constitui visões e memórias de uma determinada e específica temporalidade, tornando-se elemento essencial no desenvolvimento das sociedades contemporâneas, adquirindo importância para a historicização das relações sociais e culturais que permeiam o processo histórico. Conforme Neves et al., (2006, p. 10)

> O redimensionamento da imprensa como fonte documental – na medida em que expressa discursos e expressões de protagonistas – possibilitou a busca de novas perspectivas para a análise dos processos históricos. Dessa forma, superou-se a perspectiva limitada de identificar a imprensa como portadora dos "fatos" e da "verdade". Deixaram-se também para trás posturas preconcebidas, que a interpretavam, desdenhosamente, como mero veículo de ideias ou forças sociais, que, por sua vez, eram subordinadas estritamente por uma infraestrutura-socioeconômica.

Como afirma Capelato: "o periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso do poder pelo

---

ser definido. A interdisciplinaridade é uma unidade de uma multiplicidade, é um olhar comum e múltiplo. Se antes o lado comum era o mais acentuado, agora, será a especificidade de cada olhar, sem perder o horizonte de convergência, que é enfatizada" (REIS, 2000, p. 128). Nesse sentido, a operação historiográfica, para utilizar expressão do historiador francês Michel de Certeau, implica em tratar as diferentes disciplinas em termos epistemológicos e metodológicos para a escrita da história. Reconhecer a necessidade de aproximação entre as disciplinas das humanidades é abrir novos horizontes para a produção do conhecimento, de forma que a realidade humana seja percebida e pensada em seus múltiplos aspectos.

domínio simbólico" (1988, p. 13). Ao entender as contribuições da imprensa periódica, é possível expandir horizontes para sua inserção em sala de aula, gerando aprendizado histórico, o que será discutido em seguida. Porém, antes de analisar o jornal em suas dimensões de análise metodológica, é pertinente apresentar uma sucinta reflexão acerca da imprensa periódica e sua relação com o mundo midiático.[10]

Em um mundo informatizado, em que a mídia constitui diversas formas de conhecimento, o jornal é parte desse saber construído historicamente, tão presente na vida social e cultural. Cruz e Peixoto (2007, p. 254) comentam sobre a comunicação como parte constituinte da estrutura cultural contemporânea, sendo importante uma discussão teórica e epistemológica a respeito:

> A importância crucial dos meios de comunicação na atualidade faz da reflexão sobre a comunicação social um campo interdisciplinar estratégico para a compreensão da vida contemporânea. Sistemas de satélites e cabos, novas tecnologias e redes de informação, a comunicação sem fio e digital, televisão aberta e a cabo, o rádio, o computador, celular, jornais, sites, blogs, e-mails, chats, torpedos, sinalizam o grande emaranhado de tecnologias, artefatos e mensagens que invadem nosso cotidiano configurando redes de comunicação e informação que se organizam na atualidade e que se impõem para a reflexão nas diferentes áreas de pesquisa e ensino.

A presença cotidiana dos meios de comunicação de massa está arraigada na estrutura social e econômica do mundo, ocupando um espaço de grandes dimensões na vida pública e privada da sociedade. Operando a partir de seus instrumentos materiais e ideológicos, o mundo midiático está diretamente ligado a uma expressiva produção e disseminação do saber cultural, possibilitando conexão, entretenimento e o engajamento a partir da apropriação concretizada pelos muitos sujeitos que estão em contato com esse complexo sistema, por sinal, tão heterogêneo. Segundo Roger Silverstone,

[10]Abordar a imprensa de uma perspectiva da comunicação perpassa seu caráter cultural. Isso significa pensar a vinculação existente com outras ciências que se interessam por seu estudo. Barbosa (2014, p. 197-198) comenta sobre a importância dos enfoques culturais nos seguintes termos "[...] observa-se, cada vez mais, a influência das abordagens culturais, das quais os estudos de Roger Chartier, sobre práticas culturais compartilhadas por grupos que fazem uso e se apropriam dos produtos culturais, são exemplos importantes, sobretudo para os estudos da comunicação, cujas análises inauguram a preocupação de uma história cultural a partir da compreensão das práticas produzidas por aqueles que partilham um mundo também cultural. Um mundo que é desvendado não só por práticas, mas nas representações que são produzidas a partir das apropriações que cada ator cultural pode realizar ao reconstruir, pelas práticas, os textos que fazem parte do seu mundo". Dessa maneira, não podemos pensar os produtos da imprensa como objetos que contenham a verdade absoluta e total, mas consistem em representações que devem ser questionadas e investigadas criticamente.

> [...] nossa mídia é onipresente, diária, uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea. É impossível escapar à presença, à representação da mídia. Passamos a depender da mídia, tanto impressa como eletrônica, para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência e, de quando em quando, para intensidades da experiência (2002, p. 12).

A dependência dos meios de comunicação social é uma manifestação clara de uma sociedade profundamente interconectada, recheada de instrumentos que permitem profunda interação a nível local, nacional e mundial. As novas formas de comunicação integram sistemas que determinam a organização do mundo. De acordo com Mattelard (2000, p. 11),

> A interconexão generalizada das economias e das sociedades é, com efeito, o resultado do movimento de integração mundial que foi iniciado na virada do século XIX. Ampliando progressivamente o campo de circulação de pessoas, como também de bens materiais e simbólicos, os instrumentos de comunicação têm acelerado a incorporação das sociedades particulares em grupos cada vez maiores, redefinindo continuamente as fronteiras físicas, intelectuais e mentais.

Desta forma, o jornal impresso faz parte desse amplo e complexo contexto midiático, cuja influência histórica e social se deixa perceber no cotidiano e no processo de desenvolvimento das formas de comunicação coletiva. Em vista disso, faz-se necessário olhar historicamente os periódicos no Brasil, abordando alguns se seus elementos sociais e culturais, na busca por entender seu lugar histórico no amplo e complexo espaço da imprensa periódica, o que implica em problematizar o fenômeno do jornalismo enquanto parte constituinte da história do Brasil, a fim de ponderar sobre as potencialidades no uso dos jornais para a produção historiográfica, conforme afirma Capelato:

> O jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre as sociedades, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas (1988, p. 21).

Assim, o texto jornalístico deve ser pensado como um importante documento que o historiador deve levar em consideração para o estudo científico. Conhecer o processo de funcionamento do jornal é fundamental para compreender alguns aspectos entrelaçados no âmbito da história e do jornalismo. De acordo com o historiador

Marcílio Falcão: “a documentação jornalística viabiliza ao historiador acesso a um tipo de fonte que possibilita análises dos discursos dos jornalistas sobre experiências do passado” (LIMA, 2009, p. 2). Destarte, ao refletir sobre o jornal na condição de fonte histórica, é necessário ter em mente que ele carrega em suas múltiplas notícias discursos de cunho político e ideológico, visando determinados objetivos, produzidos através da interação e articulação de diversos sujeitos., influenciando o comportamento social. Isso não significa a existência de um processo homogêneo e único no que diz respeito a sua fabricação. Muito pelo contrário, são diversos, amplos e complexos as atividades que perpassam os periódicos como meio de comunicação em massa. Não esqueçamos que a imprensa está profundamente relacionada com o capitalismo. Para Sodré,

> [...] a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que ela está inserida – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações (1999, p. 1).

Relações de poder permeiam toda a produção dos jornais. O que é veiculado em sua estrutura discursiva importa para compreendermos parte de todo o engendramento material dos periódicos. É certo que os sujeitos que dominam essa máquina produtora de discursos possuem uma posição hierárquica de poder na sociedade. Passo agora a discutir questões de metodologia.

1.2 Algumas questões de metodologia no trato dos jornais impressos

Um dos pontos importantes e iniciais na investigação dos periódicos é entender o que são, isto é, sua natureza. O senso comum os compreende como simples materiais informativos, contendo notícias verídicas a respeito dos acontecimentos que cercam o cotidiano. À procura de atender os variados públicos, os periódicos são construídos a partir de certos critérios ideológicos, evidenciados em sua estrutura gráfica.

Segundo José D'Assunção Barros, "os periódicos, são, efetivamente, todos aqueles tipos de publicação impressa que são postos a circular, publicamente, com algum tipo de periodicidade, seja esta diária, semanal, anual ou qualquer outra" (2021, p. 398). De acordo com essa definição, jornais, revistas, almanaques, folhetins podem ser tratados como periódicos, tendo em vista que "[...] as características matriciais que definem os periódicos – está na 'periodicidade' e 'forma impressa' [...]" (BARROS, 2021, p. 399). Ainda segundo o autor, o próprio termo jornal é cercado por problemáticas conceituais.

A materialidade do jornal impresso, em particular, é fator relevante a ser pensado, levando em consideração os aspectos ideológicos presentes na elaboração material desse meio de comunicação. Tania Regina de Luca enfatiza que "historicizar a fonte requer ter em conta [...] as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por que" (2008, p. 132). Existem direcionamentos atinentes aos interesses dos seus produtores. Por isso é tão importante manter uma postura de criticidade diante da fonte jornalística. Cruz e Peixoto detalham essa postura investigativa da seguinte maneira:

> Neste primeiro momento (e em todo o transcorrer da pesquisa), cada pesquisador, ao se confrontar com uma determinada publicação, deve desenvolver sua sensibilidade de leitura frente à materialidade histórica por ele assumida. Antes é preciso organizar minimamente o trabalho e identificar o periódico, o que implica em anotar seu título, subtítulo, datas limites de publicação, periodicidade e classificação de acesso na instituição ou acervo em que se desenvolve a pesquisa. Já este processo inicial de identificação pode fornecer inúmeras pistas sobre a proposta geral da publicação. Títulos e subtítulos funcionam como "manchetes", primeiros enunciados por meio dos quais uma publicação procura anunciar a natureza de sua intervenção e suas pretensões editoriais. No que se refere às publicações de maior circulação e estrutura que denominamos grande imprensa, os títulos para além de indicarem uma pretensão quanto a sua autoridade e

> representatividade – em nome de quem ou de quais setores fala – geralmente indicam também uma pretensão de abrangência. [...] Desta maneira, seja na pesquisa em um único periódico, seja em um conjunto de publicações de uma época, o pesquisador consegue inúmeras pistas para sua reflexão sobre aquelas fontes já no relacionamento de títulos e subtítulos e na indagação sobre os significados que anunciam (2007, p. 261).

Interpretar o texto jornalístico é considerar seu caráter histórico, pois, sua fabricação não decorre de uma ação homogênea, registrando informações imóveis, totalizantes e absolutas. É necessário problematizar cada elemento constituinte do periódico, de maneira a entender seus múltiplos significados. De acordo com Alexandre Stephanou,

> A imprensa informa e forma; privilegia, dispõe e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão relegados ao esquecimento. Não registrando apenas o fato ela o cria, na medida em que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos, ou por interesses econômicos e políticos (2001, p. 45).

Isso requer o conhecimento de determinados e específicos métodos, a fim de produzir pesquisa sólida, teoricamente bem fundamentada. No campo das ciências sociais e humanas, a análise do discurso vem sendo utilizada como método importante, possibilitando a produção de muitos trabalhos no referido campo. Eni P. Orlandi pensa o discurso em sua dimensão social e comunicativa, e os sentidos que esse ato profundamente humano produz.

> A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (2005, p. 15).

Os discursos não são construídos sem levarem em conta a necessidade de produzirem sentido, daí seguirem formas específicas e determinadas de construção e funcionamento, deixando claro a existência de mecanismos ligados a práticas e saberes

que estão presentes em sua estrutura (REVEL, 2005). Isso não significa que o discurso enquanto produto historicamente construído e datado é estático, fixo no sentido de ser imutável. Muito pelo contrário, ele muda no decorrer do tempo, sendo necessário pensar as condições de sua produção. Essa mutabilidade se deve ao caráter das palavras e ao contexto em que elas são utilizadas: "[...] seus significados são dados a partir da posição ideológica de cada um, ou seja, da interpretação" (SILVA, V; SILVA, H. 2009, p. 102). São as condições de produção que nos permitem perceber as diversas facetas em que o discurso se encontra e se estrutura, cuja circulação e relação com o real é possível, pois se inscreve na história (ORLANDI, 2005).

A produção de discursos e sua circulação enquanto produto de um determinado e específico tempo não é tão simples de ser pensada, tendo em vista todo um conjunto de relações que estão presentes nos atos de produção e comunicação. Isso implica na tarefa de lidar com os diversos significados que permeiam as relações sociais e históricas dos indivíduos que formam a sociedade, compartilhadores de uma memória coletiva.

> Um dos principais componentes do discurso como fala ou narrativa são os significados históricos presentes no imaginário de quem os elabora. Cada discurso, é, assim, uma representação do imaginário no qual seu autor está inserido. Mas, embora todo discurso seja proferido por alguém – um indivíduo (ou vários) – esse sujeito (que pode ser um autor de um texto, por exemplo) não é responsável pelos significados que existem em seu discurso, uma vez que nenhum discurso é de autoria exclusiva de seu autor, já que todos os indivíduos fazem parte da mesma memória coletiva (SILVA; SILVA, 2009, p. 101).

Os historiadores e demais profissionais que se interessem por analisar jornais não podem ignorar o conjunto de questões metodológicas e epistemológicas que perpassam sua utilização na condição de fonte histórica. Na condição de veiculadores de discurso políticos e sociais através de sua interação e articulação dos seus diversos fabricadores, deve-se levar em consideração que "analisar o corpo do texto é atentar para os esquemas narrativos, descritivos e argumentativos que o compõem, fazendo valer os operadores [...] no exame da temporalidade e das expectativas do leitor projetada no discurso" (PINHEIRO, 2015, p. 134).

1.3 Fontes históricas no ensino de História: uma reflexão sobre os usos didáticos do jornal *O Jaguaribe* no espaço escolar

Na primeira parte deste capítulo considerei a imprensa periódica e o jornal impresso, em particular, no domínio da historiografia acadêmica, a fim de entender alguns dos aspectos teórico-metodológicos que abrangem à investigação historiográfica da fonte jornalística, de modo a permitir um melhor entendimento das operações de produção do saber histórico escolar a partir do emprego do jornal *O Jaguaribe* na esfera do ensino de história.

Na condição de educador, questionei-me a respeito de como poderia conduzir os educandos aos caminhos do conhecimento histórico. Ao pensar nessa direção, dei-me conta da importância intelectual de inserir os estudantes em um processo empírico ao se relacionarem com o material que os historiadores utilizam para a construção da história, a saber, as fontes históricas. Ampliar o leque de possibilidades para a aprendizagem histórica é parte do processo de qualificação dos alunos para o desenvolvimento da habilidade de historicizar o mundo que os cerca.

Para Schmidt, [...] um dos elementos considerados hoje imprescindíveis ao procedimento histórico em sala é, sem dúvida, o trabalho com as fontes ou documentos (2006, p. 61). Recorrer a fontes históricas como instrumento para o ensino é uma prática já bastante recorrente na educação escolar, pensado como conteúdo pertinente, objetivando trabalhar procedimentos de análise, conceitos e processos característicos da história (FONSECA, 2003; NIKITUK, 2001). Em vista disso, ampliar o repertório de fontes é crucial para o conhecimento das diversas formas de representação da realidade, permitindo o exercício de habilidades importantes para o processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, para Quincas, "o trabalho efetivo com fontes/documentos nas aulas de história ainda são indicações propostas, mas não são incorporados ao currículo cotidiano das escolas" (2016, p. 68). Em pouco mais de quatro anos de experiência docente nas EEF Horizonte da Cidadania e Francisco Ezequiel, ambas localizadas em Icapuí-CE, além do RESPED no Freitas Nobre em Mossoró-RN, pude ouvir de muitos alunos que as aulas de história eram desinteressantes por não ter nada de novo e atrativo: "é sempre a mesma coisa"; "estou cansado de usar esse livro"; "só questões e mais questões"; "que tédio ler as mesmas coisas sobre essas antiguidades" ... eis

algumas afirmações de descontentamento que certamente não estão limitadas a essas três escolas.

No presente momento, intenciono argumentar acerca dos usos didáticos do jornal *O Jaguaribe* no processo de escolarização, me debruçando na análise de suas potencialidades para o ensino-aprendizagem. Nesse contexto, é preciso apontar em que direção o periódico aracatiense deve ser pensado e problematizado, afirmando caminhos a serem percorridos pelos estudantes, ciente de que "na sala de aula se realiza um espetáculo cheio de vida e de sobressaltos. Cada aula é uma aula" (SCHMIDT, 2005, p.56).

Trabalhar com a fonte jornalística pode oportunizar aos estudantes uma experiência empírica singular para pensar historicamente, ajudando-os a ler com novas lentes as diversas narrativas construídas cotidianamente na sociedade, auxiliando na interpretação e criticidade do mundo. Nessa empreitada, é importante respeitar os limites atinentes ao ensino de história.

> Na base desses objetivos, está o pressuposto de que a escola forma cidadãos, não historiadores. Forma sujeitos capazes de historicizar a própria vida e de, como consequência, promover rupturas e pôr em suas mãos os destinos da sua cidade, da comunidade, da região. O acúmulo de conceitos históricos serve para tornar os estudantes sujeitos capazes de produzir opiniões e de considerar soluções políticas para os problemas do seu tempo (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p. 120).

Como indicado por Pereira e Seffner, o ensino de história não tenciona formar historiadores no sentido profissional, acadêmico, mas fomentar o uso de ferramentas intelectuais para a resolução de problemas cotidianos. Dessa maneira, no que tange ao uso de documentos históricos em sala de aula, o direcionamento para a produção do saber histórico deve ser traçado de uma perspectiva que compreenda as condições e níveis de escolarização dos alunos (BITTENCOURT, 2009). Assim, Bittencourt orienta que [...] seu uso será equivocado caso se pretenda que o aluno se transforme em um "pequeno historiador" [...] (2009, p. 328). Portanto, empregar o jornal *O Jaguaribe* na escola deve ser praticado com sensibilidade ao contexto dos próprios estudantes.

É notável como a sociedade contemporânea vem experimentando constantes transformações, em especial os meios de comunicação de massa. Ferramentas virtuais como o *Facebook, Instagram*, *Twitter*, *Telegram*, *WhatsApp* etc., produzem uma enxurrada de informações todos os dias. Tais instrumentos implicam em alterações

substanciais na vida social e cultural da população e das instituições. A escola não está isenta dessa profunda metamorfose midiática. É evidente que os educandos experimentam os mais variados impactos gerados pela mídia no processo de apropriação de seus conteúdos. Ao comentar sobre a recepção midiática, Thompson (1998, p. 43) salienta ser esse ato uma:

> [...] atividade de rotina, no sentido de que é uma parte integrante das atividades constitutivas da vida diária. A recepção dos produtos da mídia se sobrepõe e imbrica a outras atividades nas formas mais complexas, e parte da importância que tipos particulares de recepção tem para indivíduos deriva das maneiras com que eles os relacionam a outros aspectos da vida.

Com toda essa evolução e complexidades do mundo que chegam à escola, o jornal impresso pode ser considerado um importante recurso para a prática pedagógica em sala de aula, abrilhantando o ensino de história. Inclusive, o acesso a esse tipo de documento não é difícil, tendo em vista as facilidades advindas com a internet. São muitos os portais digitais que disponibilizam uma série dessas fontes para leitura e pesquisa. Dessa maneira, os professores e alunos podem ter acesso a esse tipo de material.

Dito isso, a introdução do jornal *O Jaguaribe* como ferramenta didática no contexto de atividades na educação básica é capaz de resultar em aulas instigantes, interessantes e produtivas, iniciando os alunos em uma nova dimensão investigativa, capacitando-os a problematizar o saber histórico. Conforme salientado por Schmidt e Garcia, o ensino de história

> [...] requer introduzir o aluno no método histórico, cujos elementos principais deverão estar presentes em todo o processo didático: aprender a formular hipóteses; aprender a classificar e analisar as fontes históricas; aprender a analisar a credibilidade das fontes históricas; aprender relações de causalidade e a construir a explicação histórica (2003, p. 230).

Só é possível exercer essas práticas experienciais a partir da incorporação de novos instrumentos para o ensino-aprendizagem. É no reconhecimento da importância dos documentos históricos para as aulas de história que novas oportunidades para aprender e ensinar podem vir à tona. A proposta aqui pensada visa também construir um contexto de condições adequadas para a elaboração de narrativas por intermédio do

estudo do jornal *O Jaguaribe*, envolvendo docentes e discentes no entendimento de que ensinar história é um investimento imprescindível para a formação humana, a fim de poderem confrontar ideias, construí-las e desenvolver boas relações éticas e humanas (FREIRE, 1996). Nesse sentido, compartilho do pensamento das autoras Trevisani, Moreira, Galuch e Sforni quando afirmam que

> O trabalho com o jornal na sala de aula, além de possibilitar o enriquecimento e atualização do conteúdo escolar, contribui para que as informações e opiniões veiculadas se apresentem como um canal aberto entre a sala de aula e a dinâmica da realidade social, levando o pensamento não à conformação, mas à crítica e à participação (1998, p. 19).

Conforme o excerto acima, ao ser utilizado para a aprendizagem na escola, os jornais podem provocar um estímulo ao estudo crítico do mundo. Através de suas manchetes jornalísticas, os alunos podem vislumbrar relações de poder que necessitam ser investigadas criticamente, relacionando o passado ao presente.

Embora seja um trabalho estimulante utilizar uma fonte histórica como o jornal *O Jaguaribe*, são muitas as dificuldades que os professores enfrentam na elaboração de aulas diferenciadas, como por exemplo, os usos mecânicos do livro didático e os desafios econômicos atinentes à estrutura das escolas públicas no Brasil. O professor de História deve aprender a lidar com esses problemas, elaborando estratégias para romper as estruturas rígidas existentes no contexto da instituição escolar.

Apresentar o periódico como problema a ser tratado do ponto de vista do ensino é parte do processo de fabricação do conhecimento histórico, integrando ensino e pesquisa para um aprendizado mais eficaz, conforme Knauss evidencia:

> Trata-se, de fato, de confundir processo de aprendizagem com processo de construção do conhecimento. E processo de construção de conhecimento requer pesquisa – neste caso científica -, rompendo com as obviedades comuns instaurando níveis de aprofundamento racional da consciência. Disso resulta um sujeito do conhecimento que só pode ser investigador, ou pesquisador. Sinteticamente, o processo de aprendizagem confunde-se com a iniciação a investigação, deslocando a problemática da integração ensino-pesquisa para todos os níveis de conhecimento, mesmo o mais elementar (2001, p. 29-30).

Nessa direção, o aluno ganha espaço no processo de produção do saber histórico, considerado centro da aprendizagem. Possibilitar sua participação é fundamental para romper a ideia de que o discente consiste tão somente em sujeito passivo, aberto a um montante de informações soltas transmitidas pelos professores, deixando claro que

aprender história é mais do que ouvir, mas exercer certas práticas investigativas, constitutivas de um ensino de história significativo. É no trato do periódico aracatiense pelo crivo das inquirições atinentes à racionalidade histórica, que será evidenciado a importância de pensar a consciência histórica, entendida aqui como:

> [...] um fenômeno do mundo vital, ou seja, [...] uma forma da consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática. É este o caso quando se entende por consciência histórica a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo (RÜSEN, 2001, p. 57).

Nesse sentido, não basta conhecer os acontecimentos históricos registrados na estrutura jornalística do jornal *O Jaguaribe*, mas refletir a partir de elementos do pensamento histórico, operando na construção da resolução de problemas, interpretando o mundo com base em um quadro experiencial individual e coletivo, o que exige reflexão histórica (KOSELLECK, 2006).

A partir do momento em que os discentes iniciarem o exercício de análise do jornal impresso, perceberão as diversas experiências temporais de inúmeros sujeitos, antes desconhecidos, o que implica na necessidade da interpretação dessas mesmas experiências.

Ademais, a presente discussão dialogará com a educação histórica, o que envolve uma preocupação com a história produzida em quaisquer espaços sociais e culturais, não apenas àquela construída na academia (BARCA, 2007; CARDOSO, 2019).[11] Partilho da concepção de Barom e Cerri (2011, p. 2) quando afirmam que "o motor da transformação historiográfica é a demanda social. Ou seja, a revisão da historiografia não começa na academia, mas na sociedade e aí se inclui a escola, como local visível destes descompassos". Ignorar a existência de certas necessidades que

[11] Para Isabel Barca, "A Educação Histórica é um" campo de investigação que pressupõe e não autoriza a que, em História, se legitime toda e qualquer interpretação do passado: o compromisso com as fontes disponíveis e a coerência com o contexto constituem princípios em que se baseia a validação de uma 'conclusão' histórica (...). A mobilização desses princípios ajudará também a distinguir entre níveis de discurso sobre o passado – especulativo, histórico ou do senso comum. Os jovens, tal como os adultos, precisam exercitar estas competências de seleção e avaliação da informação com base em critérios racionais, sem esquecer o sentido humano da vida (BARCA, 2007, p. 6). Ao inserir o jornal O Jaguaribe em sala de aula, os professores e estudantes poderão problematizar o periódico em suas múltiplas dimensões materiais e ideológicas constitutivas, de maneira a interpretarem o passado com criticidade. A partir do conhecimento produzido na escola, os educandos serão capazes de investigar a historicidade que caracteriza a sociedade na qual estão inseridos, ampliando o olhar histórico.

interferem profundamente na estruturação e fabricação do ensino escolar é excluir aspectos experienciais dos sujeitos que a compõem e vivenciam a dinâmica mundana diariamente.[12] Desse modo, o conceito de *cultura escolar* de Dominique Julia é relevante para a compreensibilidade de aspectos estruturais da escola enquanto instituição e espaço de produção do saber. Segundo Julia, o conceito de cultura escolar compreende:

> [...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (2001, p. 10).

Limitar a escola apenas ao que existe dentro de seus muros é simplificar os muitos processos que envolvem o ensino, a construção de currículos e a funcionalidade complexa da instituição. Tudo isso propicia a existência de uma série de conflitos que ocorrem dentro da sala de aula, decorrentes de toda uma estrutura que existe para além do espaço material escolar.

Em vista disso, o ensino de história compreende a preocupação básica sobre a função prática da história para a vida e, não apenas à elaboração de textos técnicos e eruditos, por vezes impossíveis de ser acessados pelo cidadão comum. De certo modo, a cientifização da história gerou certo distanciamento dos sujeitos para os quais deveriam fazer sentido ao ser apropriada, como enfatizado por Ronaldo Cardoso Alves:

> A cientifização da história que poderia aprofundar sua aproximação à vida, por meio da sistematização do pensamento histórico, utilizou esse atributo para dela se distanciar. Na busca pela sua legitimação como disciplina do conhecimento científico, a história teve como resultado uma autorreflexão limitada, estritamente vinculada à sua própria empiria e metodologia. A prevalência do caráter metodológico, portanto, não resultou numa autorreflexão individual e coletiva, ou seja, na autonomia de construção e desenvolvimento da

[12] A cultura histórica é um importante conceito para compreendermos como se dá a interpretação e o sentido daquilo que se vive no espaço e tempo. Segundo Gontijo, "a história deixou de ser compreendida apenas como resultado de uma atividade intelectual, passando a ser investigada como prática social, cujo principal componente seria a consciência histórica" (GONTIJO, 2019, p. 69). A experiência dos diversos sujeitos históricos está atrelada a uma dimensão cuja elaboração se dá continuamente, percebendo os significados que caracterizam o processo histórico. Por conseguinte, os estudantes em sala de aula devem refletir sobre sua própria historicidade, de maneira a entenderem os variados aspectos concentrados em sua vida diária, na escola, na rua, em casa ou no trabalho.

> consciência histórica [...] uma didática com tais prerrogativas como demonstradas acima, só poderia cumprir a função de reprodução irrefletida do conhecimento nos bancos escolares (2011, p. 20).

A didática da história era pensada em termos de conhecimento engendrado pelos historiadores no ambiente da academia, sem conexão alguma com a formação de professores para além da transmissão oral de conteúdos, tratando a sala de aula como mero espaço físico, sem atentar para os desafios existentes na estrutura cotidiana da vida social e cultural dos sujeitos. Nesse sentido, ela passou a ser:

> [...] uma disciplina que faz a mediação entre a história como disciplina acadêmica e o aprendizado história e a educação escolar. Assim, ela não tem nada a ver com o trabalho dos historiadores em sua própria disciplina. A didática da história, sob essa visão, serve como uma ferramenta que transporta conhecimento histórico dos recipientes cheios de pesquisa acadêmica para as cabeças vazias dos alunos (RÜSEN, 2010, p. 23).

Assim sendo, pensar a história na escola requer um exercício de compreendê-la como uma disciplina que auxilie o estudante na construção de um olhar atento a todos os aspectos que compõem a realidade social que o cerca.[13] A própria BNCC salienta que:

> Todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos. O historiador indaga com vistas a identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes. As perguntas e as elaborações de hipóteses variadas fundam não apenas os marcos de memória, mas também as diversas formas narrativas, ambas as expressão do tempo, do caráter social e da prática da produção do conhecimento histórico (BRASIL, 2017, p. 397).

---

[13] A escola não pode ser pensada como mera instituição reprodutora de conhecimentos. O professor de história deve compreender e exercer uma prática equilibrada, ciente dos desafios que envolvem o ensino, atentando para os conflitos existentes no espaço escolar. Ensinar História implica na vivência com diferentes experiências, individuais e coletivas, tornando a prática do ensino dinâmica e reflexiva, trabalhando com ferramentas que estão ao nosso alcance, objetivando construir um aprendizado responsável, capaz de valorizar os múltiplos pontos de vista e as narrativas que estão implexas na escola e no cotidiano. Schimdt (2004, p. 57) salienta que é "no espaço da sala de aula que professores e alunos travam um embate, em que professor, novidadeiro do passado e da memória, sente-se com a possibilidade de guiar e dominar em nome do conhecimento. Mas, ao mesmo tempo, ele se sente como igual e completamente aberto aos problemas e projetos dos seus alunos. A sala de aula não é apenas um espaço onde se transmite informações, mas onde se estabelece uma relação de interlocutores constroem sentidos. Trata-se de um espetáculo impregnado de tensões em que se torna inseparável o significado da relação teoria e prática, ensino e pesquisa". São esses embates que expõem os contrastes existentes na sociedade em sua estrutura social mais ampla, sendo necessário engendrar caminhos para a construção do conhecimento, de forma que valores como a igualdade, justiça, democracia estejam presentes nas ações pedagógicas.

Na busca por refletir sobre as possibilidades de fabricação do saber histórico escolar e de experiências significativas por meio dos usos didáticos do jornal *O Jaguaribe*, considero que os educandos não devem ser pensados como simples consumidores ou reprodutores de um conhecimento já pronto, mas percebidos como sujeitos autônomos, cuja curiosidade deve ser despertada, tornando viável sua participação na produção do conhecimento histórico de maneira concreta. Inserir os estudantes em um processo mais intenso para o entendimento dos conceitos históricos é fundamental para a leitura, reflexão e interpretação:[14]

> Trata-se, aqui, da possibilidade que se tem de aproximar o professor das formas como são produzidos os saberes, permitindo que ele se aproprie e/ou construa processos pelos quais esses saberes possam ser apreendidos. E, nessa direção, torna-se possível compreender que a forma pela qual se produz o conhecimento histórico hoje não é a mesma dos historiadores do século XIX e que, portanto, a forma de ensinar história não será a mesma também (SCHMIDT; GARCIA, 2003, p. 238).

A partir do que Schmidt e Garcia comentam em relação ao Ensino de História, fica claro que o mesmo deve ser entendido em sua própria historicidade, o que alude às mudanças metodológicas e epistemológicas características da prática escolar. Dessa forma, é necessário atenção ao lugar que a História ocupa no âmbito curricular nacional, atentando para problemáticas culturais e sociais que permeiam sua existência enquanto disciplina. Desta feita, penso que a reflexão que compreenda o emprego de fontes no ensino de História não pode ser construída sem atentarmos para as alterações que ocorreram no arcabouço disciplinar da historiografia. Segundo Fonseca (2003, p. 15), "as mudanças operadas no ensino de história nas últimas décadas do século XX ocorreram articuladas às transformações sociais, políticas e educacionais". A presença recorrente da História na indústria cultural é um fator que vem gerando reflexões

[14] Na condição de professor da rede básica de ensino, pude ver claramente a existência de uma estrutura escolar geradora de um profundo desinteresse dos estudantes, não só em relação ao ensino de História, mas a respeito do conhecimento em geral. Perrenoud (1994, p. 16) já assinalava esse aspecto tão presente na realidade brasileira, ao perguntar "qual aluno que poderá interessar-se profundamente pelo seu trabalho quando este é tão fragmentado, desconexo, caótico, ao sabor das mudanças de atividades e disciplinas, dos ritmos das campainhas e de outros toques, da contínua troca de professores e dos respectivos temperamentos, das pressas e dos tempos mortos? Qual aluno que poderá, por imposição, tornar-se ativo ou passivo e escutar ou concentrar-se, falar ou escrever, questionar ou responder só porque recebeu a ordem do professor, no momento determinado que este julgue oportuno? Da mesma forma como se pode ser chamado a marchar ou a deitar-se no chão, eventualmente a fazer divisões ou a completar formas verbais. É assim que se pode aprender?".

bastante produtivas para o desenvolvimento de formas adequadas para a materialização do ensino de História, tanto na universidade quanto na escola, o que significa pensá-lo em termos da experiência vivida e compartilhada, abrangendo o passado, assim como o presente e o futuro, atrelado aos desafios impostos ao ensino da disciplina (RIBEIRO; SANTOS, 2020; BRASIL, 2017).[15] Nadai (2001) afirmou que

> O que está em jogo, o grande desafio, seja da historiografia, seja do ensino [...] é o fato de se identificar outros agentes sociais, que não os privilegiados tradicionalmente, como atores principais da sua própria história e, em decorrência do devir histórico: as classes dominadas, os setores de trabalhadores e os despossuídos da sociedade brasileira. Essa história, no dizer de Furet, 'persegue os segredos das sociedades e já não os das nações', embora não os perca de vista, 'mesmo quando refaz o passado a partir de ângulos de aproximação diferentes dos anteriores, clarificando desta maneira o nacional através do social (p. 28).

Ensinar história perpassa questões nas quais os professores e à estrutura escolar estão profundamente envolvidos. Formular estratégias que façam uso dos instrumentos disponíveis para a elaboração de um ensino que pense suas práticas no sentido de abarcar os diversos interesses que estão em jogo no processo de aprendizagem dos saberes é fundamental, conforme comenta Carmen Teresa Gabriel:

> Práticas sociais despidas de neutralidade, o processo de construção dos saberes escolares ao invés de se pautarem em uma cultura homogênea de pretensão universal, como defendia a visão tradicional, representam, de fato, um processo seletivo no seio de uma política cultural através da qual expressão as diferentes tensões e interesses presentes na sociedade (2006, p . 12).

[15]A respeito dessa questão, podemos pensar no que escreveu Pinsky (2001) acerca de "história engajada" do início dos anos sessenta. Segundo esse autor, "era o tempo das "reformas de base", mudanças exigidas por operários, estudantes e setores da classe média no sentido de modernizar e democratizar a divisão das riquezas no país". É dada nesse período uma ênfase muito grande ao estudo do que se convencionou chamar de "realidade brasileira", ramo do conhecimento que misturava com a harmonia possível (nem sempre a recomendável), pitadas de sociologia com aspectos de economia, passando pela ciência política e geografia. A história positivista ensinada nas escolas era considerada (não sem certa razão), uma visão reacionária da sociedade e os melhores estudantes faziam grupos de estudos onde Caio prado Júnior, Karl Marx, Celso Furtado e outros funcionavam como ponto de partida para uma tentativa de autocompreensão como seres históricos (p.18). É perceptível que algo estava ocorrendo no contexto mais acadêmico da ciência histórica, o que certamente fez eco no ensino de História presente nas escolas, de modo a abrir caminhos para novas práticas didáticas e pedagógicas.

A diversidade cultural brasileira exige um ensino de História que seja capaz de apreender os diversos sujeitos sociais que participaram da história e de sua construção. É imprescindível trazer a lume um espaço adequado para debate e leitura de mundo, contribuindo para o desenvolvimento intelectual maduro, promotor de práticas solidamente edificadas, capazes de preparar os educandos para uma apropriação consciente, científica e problematizadora, cientes de que "a história não emerge como um dado ou acidente que tudo explica: ela é a correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentido e significados [...]" (BRASIL, 2017, p. 397). O saber histórico parte da ideia de que o mundo que nos cerca possui sua própria historicidade, construída e ressignificada continuamente.

Tendo em mente que "todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente, elaborado por distintos sujeitos" (BRASIL, 2017, p. 397), a História torna-se fundamental para a construção da cidadania, colaborando para a inteligibilidade dos processos históricos e sociais que permeiam a vida cotidiana. O fazer parte da sociedade implica no contato constante com os problemas existentes, sendo necessário situar a aprendizagem nesse quadro estrutural (BARCA, 2008). Ainda segundo Fonseca é

> [...] por meio dos diversos processos, mecanismos, fontes e atos educativos que compreendemos a experiência humana, as tradições, os valores, as ideias e as representações produzidas por homens e mulheres em diversos tempos e lugares (p. 11).

São questões relacionadas à própria produção curricular no encadeamento da História. Nesse contexto, o uso de fontes históricas faz parte de um conjunto de procedimentos e deslocamentos decorrentes de uma nova perspectiva historiográfica e educacional, alinhada aos novos olhares acerca dos sujeitos e elementos que compõem o chão da escola, de modo a romper com uma ordem pedagógica tradicional, preocupada tão somente com o factual, o repetitivo, homogêneo, singular, universal e absoluto (GASPARELLO, 2001).

1.4 Algumas considerações acerca das mudanças metodológicas e epistemológicas no uso de fontes históricas na esfera escolar

Concebida como material escrito, produzido por órgãos oficiais, a produção da história se dava atrelada a questões de objetividade. Como já demonstrei alhures, com os Annales, o conceito de fonte foi ampliado, sendo compreendida como "[...] tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente (BARROS, 2019, p. 10)". A própria ideia de história limitava-se a pensar certos sujeitos no âmbito da política, os chamados "grandes homens".

A história não deveria ser limitada a narrar os fatos acerca dos sujeitos políticos, mas a de todos os homens. O fato histórico não era algo dado e presente no documento de forma objetiva e absoluta, mas deveria ser pensado enquanto construção do historiador, marcado pela subjetividade e relatividade do saber. Segundo José Carlos Reis,

> Essa abertura e ampliação do campo das fontes históricas estão inteiramente associadas, por um lado, ao projeto da "história problema", pois não há mais a "tirania" da heurística, mas a construção de problemas e hipóteses, no início da pesquisa. É o problema posto que dará direção para o acesso e construção dos corpus necessários à verificação das hipóteses que ele será suscitado, o que devolve ao historiador a liberdade na exploração do material empírico (2000, p. 78).

A mudança foi profunda e, marcou a ampliação epistemológica e metodológica, possibilitando o surgimento de novos campos de saber na historiografia. Essas transformações atingiram o ensino de história, abrindo espaço para o trabalho dos professores com fontes históricas dos mais variados tipos. Nessa perspectiva, o trabalho com fontes históricas é fundamental para a elaboração de aulas dinâmicas, que permitam o exercício da pesquisa, pensamento crítico, autonomia e interesse dos estudantes pela história. Isso está atrelado a um dos objetivos da disciplina de história na educação básica:

> [...] um dos importantes objetivos da História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A

> percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e história estimula o pensamento crítico, autonomia e a formação para a cidadania (BRASIL, 2017, p. 400).

Para isso, é fundamental elaborar atividades e estratégias que levem em consideração à própria capacidade dos discentes, permitindo que sua própria historicidade seja abordada, acumulando conceitos para analisar a sociedade, capazes de produzir suas próprias opiniões sobre os fatos.

O ensino com fontes históricas abrange um amplo e complexo leque de relações que abarcam a natureza do conhecimento histórico acadêmico e o saber histórico escolar[16] (RIBEIRO; SANTOS, 2020).[17] De acordo com Caimi (2008, p. 129-130),

> [...] ainda que possua especificidades e finalidades que lhes são próprias, não prescinde de um estreito diálogo com a ciência de referência – no caso a história acadêmica – e com os princípios, fundamentos e métodos que regem a pesquisa histórica. Tal entendimento não significa decretar a dependência da história escolar em relação ao conhecimento acadêmico, tampouco tomá-la como um saber inferior na hierarquia de conhecimentos, mera vulgarização didática de um corpo de saberes produzidos pelos "cientistas".

Os dilemas que estão no entorno dessa relação podem ser percebidas no contexto em que o saber histórico é produzido. Por estar presente na sociedade em suas múltiplas dimensões, a história é produzida cotidianamente por sujeitos especializados e não especializados. Cada grupo social é orientado a interpretar o passado a partir de determinados pressupostos e necessidades, reinventando o saber histórico a partir do que entendem ser a história e sua função no mundo.

O processo de formulação da historiografia é concretizado a partir de um arcabouço teórico-metodológico específico, na busca por "[...] regular os limites das interpretações das experiências vividas através da análise crítica das fontes" (SANTOS; RIBEIRO, 2020, p. 20). Por conseguinte, a narrativa histórica é produzida com base nas fontes disponíveis ao historiador que procura conhecer o passado:

---

[16] Para Silva (2019, p. 50), "[...] até pelo menos a década de 1960, dominava a ideia de que os historiadores produziam conhecimento por meio de pesquisas e que, didatizado, esse conhecimento seria transmitido, formalmente, nas escolas. A escola, seria, então, lugar de recepção de um conhecimento externo, produzido nas universidades, e o professor ocuparia posição intermediária nesse processo, atuando na reprodução do conhecimento [...]".

[17] De acordo com Paulo Knauss, "a noção de conhecimento (ou saber) histórico acadêmico se refere genericamente aos processos de construção de conhecimento definidos pelos padrões da ciência moderna que têm a universidade como instituição de referência para sua afirmação". Assim, a universidade se constitui como lugar social de enunciação do conhecimento histórico acadêmico (2019, p. 47).

> A fonte histórica, como se sabe, é o elemento que assegura uma base científica à história; ou, caso se queira evitar a interminável polêmica sobre a "cientificidade da história", o que dá legitimidade ao discurso do historiador. É um daqueles elementos que vai produzir a distinção entre história e o relato de ficção. Qualquer afirmação do historiador deve ser proposta a partir de uma base documental; da mesma forma que as hipóteses por ele levantadas devem ser comprovadas ou admitidas como aceitáveis a partir do seu trabalho com as fontes (BARROS, 2012, p. 411).

Avaliando o que foi dito por Barros, as fontes históricas são a base para a produção da história. Sem elas não é possível narrar o passado. Aproximar os alunos do material de trabalho dos historiadores é permitir que vislumbrem mesmo que minimamente como o conhecimento histórico é fabricado, rompendo com a monotonia de um ensino de história enfadonho. Medeiros (2005, p. 61) afirma que:

> As crianças e adolescentes que frequentam as escolas têm enorme contato com a televisão, com o cinema, com revistas, jornais e com a Internet, porém, quando entram na sala de aula, deparam-se com um mundo diferente, monótono, pois poucos desses recursos são utilizados pelos professores.

Pensando dessa maneira, o jornal impresso faz parte desse amplo conjunto de materiais potencialmente importantes para o ensino da História. A BNCC enfatiza a relevância do incremento de diferentes documentos que podem ser utilizados pelos professores.

> Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerara utilização de diferentes fontes e tipos de documentos (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história (BRASIL, 2017, p. 398).

Com essas novas possibilidades de trabalho com fontes, o ensino de história só tem a ganhar, pois permitem a elaboração de um modelo educacional diferente do tradicional, hegemônico, tão fincado na estrutura escolar brasileira. Não é tarefa das mais fáceis romper com o tipo de ensino historicamente aplicado. Contudo, o contexto

em que estamos inseridos está envolvido em muitas mudanças positivas para novas abordagens.

A partir das reflexões feitas acima, a inserção do jornal *O Jaguaribe* em sala de aula mostra-se importante para a aprendizagem histórica. Segundo Schimdt, Barca e Martins (2011, p. 82),

> Aprender é um processo dinâmico em que a pessoa que aprende é transformada. Algo é ganho, algo é adquirido – conhecimento, habilidade ou uma mistura de ambos. Na aprendizagem histórica, "história" é adquirida: os fatos objetivos, coisas que aconteceram no tempo, tornam-se um assunto do conhecimento consciente – tornam-se subjetivos. Eles começam a desempenhar um papel na construção mental de um sujeito. A aprendizagem histórica é um processo de fatos colocados conscientemente entre dois polos, ou seja, por um lado, um pretexto objetivo das mudanças que as pessoas e seu mundo sofreram em tempos passados e, por outro, o ser subjetivo e a compreensão de si mesmo assim como sua orientação no tempo. Este processo pode ser caracterizado por um duplo movimento: em primeiro lugar, é a aquisição de experiência enquanto o tempo prossegue (formulado de maneira abstrata: é a subjetivação do objeto); em segundo lugar, é a escravização do sujeito em relação à experiência (a objetificação do sujeito). Mas isso não significa que a aprendizagem histórica é empiricamente apresentada de um modo castrado e seco e simplesmente reproduzida conscientemente – isto é, simplesmente objetivada. Também não significa que a pessoa que está aprendendo é simplesmente entregue ao que a história está ensinando a ele ou a ela. Em tal visão sobre os processos de aprendizagem, o papel produtivo do sujeito, a pessoa que aprende, é subexposto, e a "história", enquanto conteúdo do processo de aprendizagem, é concretizada de modo errado.

O aprendizado não ocorre instantaneamente. É algo construído, produzido com base no labor da instrumentalização. A incorporação do jornal *O Jaguaribe* em sala de aula é uma oportunidade que poderá abrir um leque de possibilidades para a aprendizagem histórica dos estudantes. É na experiência metodológica com os discentes que a história pode ser percebida mais concretamente. Nesse sentido, Bittencourt afirma que:

> As possibilidades de utilizar jornais como fonte histórica são múltiplas: a análise dos conteúdos das notícias (políticas, econômicas, culturais etc.), da forma pela qual são apresentadas as notícias, as propagandas, os anúncios, as fotografias etc. e de como esse conjunto de informações está distribuído nas diversas partes do jornal, entre outros (2009, p. 335).

Empregar o jornal *O Jaguaribe* no contexto de procedimentos pedagógicos implica em pensarmos o professor na condição de pesquisador e mediador do conhecimento histórico. A figura do docente em sala de aula é fundamental. Contudo, isso não significa pensá-lo em termos de um sujeito comprometido com uma estrutura de ensino tradicional, em que é considerado como o transmissor do conhecimento, exercendo um papel de dominador na sala de aula. Para Fonseca,

> [...] o professor de história, com sua maneira própria de ser, pensar, agir e ensinar, transforma seu conjunto de complexos saberes em conhecimentos efetivamente ensináveis, faz com que o aluno não apenas compreenda, mas assimile, incorpore e reflita sobre esses ensinamentos de variadas formas. É uma reinvenção permanente (2003, p. 71).

Munido de teoria e prática, o professor de história pode construir o saber histórico em conjunto com os alunos, criando condições para o aprendizado, entendendo que seu papel é fundamental para a produção do saber histórico. Isso requer envolvimento, comprometimento e pertença a esse projeto de ação didática. Ao aliar teoria e prática, o professor passa de um transmissor de conhecimento a um pesquisador.

Assim, incorporar o jornal *O Jaguaribe* está atrelado a práticas de pesquisa que deve ser exercida em sala de aula através de atividades e diálogo, construído pelos professores em conjunto com os alunos. Para Pavani (2002, p. 22), o uso do jornal em sala pode contribuir para seu desenvolvimento.

> - Desenvolver o gosto e o hábito de leitura de jornal;
> - Estimular o aluno a se manter informado sobre assuntos de interesse particular e comunitário;
> - Estimular o aluno à discussão de sua realidade, desenvolvendo espírito crítico, pensamento lógico e criativo, tendo em vista a formação do cidadão consciente e participante;
> - Viabilizar a utilização do jornal como recurso de apoio didático para todas as disciplinas curriculares;
> - Promover a integração entre currículo escolar e a realidade do dia a dia;
> - Conscientizar e promover o exercício da cidadania, discutindo os problemas da comunidade e buscando soluções;
> - Atender a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que indicam a utilização dos “Textos do Mundo” nas salas de aula.

Note-se as diversas maneiras de abordar o jornal impresso no ambiente escolar. Compete ao professor definir limites e atividades com o jornal impresso em sala de aula. É ele quem organiza as situações e os procedimentos a serem concretizados. Não existe um modelo absoluto no que tange a elaboração das aulas. Isso vai depender da abordagem que se queira utilizar. Apresentar o jornal *O Jaguaribe* aos estudantes envolve mais que afirmações descontextualizadas a seu respeito, mas um olhar crítico que atente para suas especificidades. Segundo a BNCC, "os processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto estimulam o pensamento" (BRASIL, 2017, p. 397). Os procedimentos metodológicos são fundamentais para uma análise fundamentada do jornal *O Jaguaribe*.

A leitura do periódico é uma etapa importante para seu trato nas aulas de história. O jornal é um material repleto de códigos. Estar habilitado a investigá-lo é um procedimento de suma importância para o estímulo da criticidade no processo de leitura dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação. Os textos jornalísticos, em especial, não chegam ao leitor isentas de objetivos, interesses que não se deixam perceber tão claramente. Diferente dos textos didáticos produzidos a partir de certos padrões fechados, os jornais devem ser manipulados pelos discentes de forma dinâmica. Concordo com Ghilardi (1999) em sua compreensão sobre a leitura, quando afirma ser:

> O acesso à leitura – um bem cultural – deve ser oportunizado a todos os cidadãos. Ler a palavra escrita, a palavra oral não-dita, implícita no contexto ou em imagem, e depreender o sentido que emana de fatores linguísticos e extralinguísticos torna-se prioridade na escola e fora dela. O analfabeto, hoje, não é simplesmente aquele que não sabe ler ou escrever, mas o que não compreende os textos que circundam (1999, p. 107).

Interpretar textos é competência básica para a compreensão da realidade social. Formar um leitor críticos dos conteúdos midiáticos implica em sistematizar suas informação com base no embate ao documento ou texto, descobrindo sua intencionalidade.

A primeira questão a ser pensada no emprego do jornal *O Jaguaribe* é entendê-lo como consequência da ação humana no tempo, um produto linguístico, pois sua produção visou um público amplo a ser alcançado por suas matérias. O jornal não foi fabricado visando ser uma fonte história para ser pesquisada por futuros historiadores.

Considerá-lo fonte histórica implica em utilizar instrumentos teóricos e epistemológicos da ciência histórica.

Sem essa compreensão, corre-se o risco de tratá-lo como um amontoado de notícias, cuja interpretação consiste na mera leitura do que o jornal contém. Isso se dá através da apresentação feita pelo docente. O educando deve ser orientado a criticar a construção da fonte jornalística em seus diversos aspectos. Isso não implica em debater questões de verdade ou falsidade do documento, mas envolve

> [...] ensinar o estudante a ler o documento [...], a desconfiar do documento, a olhar para ele como uma construção do seu tempo e percebê-lo como um engenho que uma determinada civilização criou para mostrar às gerações seguintes uma imagem de si mesma. Desconfiar da fonte não quer dizer atestar sua falsidade, mas olhá-la como um monumento que as sucessivas gerações classificaram, ordenaram e ressignificaram (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p. 197).

Esse procedimento é importante no trato do jornal *O Jaguaribe*, pois sua elaboração histórica envolveu diversos sujeitos que objetivaram mostrar aquilo que ocorreu. Apenas ler suas páginas. É importante que ele seja identificado. Alberti (2019, p.40) descreve esse processo em termos de saber "[...] quem o produziu (pode ser um indivíduo, uma instituição, ou um grupo de pessoas, por exemplo), quando e onde foi produzido e onde se encontra (em arquivo, biblioteca, museu, residência, escola etc.)". Essas informações são fundamentais, devendo ser respondidas pelos alunos. É o que chamamos de problematização. Ao instigar os alunos a participarem desse processo, eles serão capazes de tecer críticas sólidas, avaliando o mundo informativo que os cerca (ALMEIDA; GRINBERG, 2019).

O jornal *O Jaguaribe* não pode apenas ser lido acriticamente, mas indagado. De que material é feito o jornal *O Jaguaribe*? É uma fonte primária ou secundária? Como foi produzido? Para quem foi produzido? Do que trata o periódico? Onde foi produzido? Em que período histórico foi construído? A formulação de problemas lança luz a um conjunto de questões que devem ser elucidadas através da leitura e exploração, percebendo a produção histórica como ação localizada no tempo por determinados e específicos sujeitos, como aponta Le Goff:

> O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto

> monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1990, p. 470).

É nesse ponto que o pensar historicamente é imprescindível. Pensar os documentos históricos como produtos da própria natureza é excluir a ação humana. O jornal *O Jaguaribe* é produto de uma determinada e específica sociedade, decorrente da fabricação humana, gerada por interesses políticos, sociais e econômicos. Entender esse periódico perpassa mais que apenas visualizá-lo ou tocá-lo, mas utilizar as ferramentas da história para sua reconstrução. Cerri define pensar historicamente da seguinte maneira:

> [...] é nunca aceitar as informações, ideias, dados etc., sem levar em consideração o contexto em que foram produzidos: seu tempo, suas peculiaridades culturais, suas vinculações com posicionamentos políticos e classes sociais, as possibilidades e as limitações do conhecimento que se tinha quando produziu o que é posto em análise. É nunca deixar de lado que todo produto de uma ação tem um ou mais sujeitos em sua origem, e é decisivo saber quem são esses sujeitos, pois isso condiciona o sentido da mensagem (2011, p. 59).

Em um contexto de informações rápidas que nos chegam por todos os lados e das mais diversas formas, pensar historicamente é fundamental para interpretarmos o que é produzido cotidianamente. Nada do que é produzido pode ser considerado isento de subjetividade. Não há neutralidade no processo de fabricação de discursos e na percepção social da realidade, tendo em vista que "as representações do mundo social assim construídas [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam" (CHARTIER, 2002, p. 17). Ainda segundo Chartier:

> As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (2002, p. 17).

É analisando o conteúdo do jornal *O Jaguaribe* que os estudantes poderão ter ciência da mobilidade do conhecimento histórico. Perceber que sua estrutura material e ideológica não são produtos fixos insetos de subjetividade é importantíssimo. Dessa maneira, abordar o jornal *O Jaguaribe* permite um contato mais próximo a diversas narrativas, possibilitando que o estudante perceba que o que está envolvido na

materialidade do jornal é algo que deve ser contextualizado, objetivando interpretá-lo corretamente.

1.5 O uso do jornal *O Jaguaribe* no estudo da história local no chão da escola

O trabalho com história local pode articular experiência histórica com a produção dos discentes a respeito de sua própria historicidade. Destacar a temporalidade como aspecto imprescindível para a compreensão da identidade permite estabelecer relações com a constituição do sujeito histórico como parte essencial para o delineamento de sentido para a vida prática. É na afirmação dessas conexões que o aluno poderá experimentar mais profundamente a história no espaço geográfico em que se encontra.

Dessa maneira, segundo Macedo, [...] conhecer a História Local é um dos pré-requisitos para se compreender melhor os processos históricos em nível regional, nacional e global [...] o que "contribui para o fortalecimento das identidades das pessoas para com os lugares onde nasceram/habitam" (MACEDO, 2017, p. 61). Visualizar a história a partir do cotidiano dos alunos e professores é permitir o amadurecimento reflexivo sobre sua historicidade, valorizando o lugar social e cultural do qual fazem parte.

A história local pode propiciar o entendimento das múltiplas narrativas características da heterogeneidade do mundo, capacitando os estudantes a explorarem elementos que transpareçam e redimensionem a interação existente nos espaços de atuação dos sujeitos históricos. Oferecer oportunidades de aprendizagem histórica com base nas experiências cotidianas é fundamental para um ensino de história que esteja comprometido com a análise crítica da realidade (FONSECA, 2003). Tratar a história local na escola pode desenvolver habilidades para a boa convivência social, algo que está atrelado aos processos de formação trabalhados em sala de aula. A Lei nº 9.394/1996 da *Lei de Diretrizes e Bases* (LDB) estabelece que

> A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 2017, p. 8).

O objetivo acima proposto pela LDB está voltado para um ensino que pensa o estudante em sua integralidade social, atentando para os aspectos que participam da vivência cotidiana como potenciais elementos para a aprendizagem, permitindo que os alunos interajam e se percebam como ser social imerso na historicidade do espaço onde

habitam (PINSKY; PINSKY, 2010). O processo de socialização está estreitamente vinculado à escola e, as formas de como ela trabalha o ensino de sua clientela principal, de maneira a criar um comportamento participativo, solidário e versátil. Para Gómez (1988)

> A escola deve prepará-los para que se incorporem à vida adulta e pública, de modo que se possa manter a dinâmica e o equilíbrio das instituições, bem como as normas de convivência que compõem o tecido social da comunidade (p.15).

Assim, formar os educandos humanamente, é parte integrante de um ensino de história transformador, proporcionando a interligação ao caráter significativo da história local em sala de aula. Para que isso ocorra, é importante que os professores façam uso da diversidade de fontes disponíveis para problematização e estudo do meio (FONSECA, 2012). Dentre os muitos documentos que podem auxiliar na elaboração de aulas dinâmicas e interessantes a respeito da história local, está o jornal impresso, que ao ser utilizado pelos docentes e discentes, pode abrir caminhos para a fabricação do saber histórico. É seguindo essa direção que buscarei tratar o jornal *O Jaguaribe*.

Segundo Caimi (2010, p. 59), "[...] muitas vezes o ensino de história escolar foi entendido e trabalhado a partir de uma escala temporalmente longínqua e de um espaço geograficamente distante", configurando um ensino cuja produção de narrativas partia de um recorte ocidental e eurocêntrico (COSTA, 2019). Assim, ao não relacionar os processos históricos ao contexto social e cultural local no qual os educandos vivem, a história pode ser reduzida a uma disciplina marcada pela transmissão de grandes quantidades de conteúdos a respeito de um passado distante e, por vezes insignificativo. Macedo frisa que

> [...] o paradigma eurocentrista procura incutir, através de sua disseminação nos textos historiográficos, uma convicção de que a Europa seria o centro do mundo e, como lugar irradiador do progresso, por excelência, o ideal e a origem de toda a civilização (2017, p. 59).

Não é dessa maneira eurocêntrica que a história é pensada no âmbito do senso comum e até mesmo na escola? Os manuais que buscam resumir uma história mundial não parte de uma escala universalizante? É incomum encontrarmos livros didáticos que

tratem o tempo histórico a partir da historiografia europeia? Não é o "Velho Mundo" que serve de referencial único para a produção do conhecimento histórico?[18] Nesse caso, os educandos não possuem história? A cidade em que moram não é possuidora de historicidade? E as narrativas contadas pelos avós e pais não são importantes? Não há espaço para a incorporação de fontes históricas produzidas localmente? Em vista dessas problemáticas, faz-se necessário:

> [...] estimular os alunos a refletirem e fazerem descobertas, valorizando o saber do aluno e os saberes circulantes em seu meio social. A história não existe apenas nos livros, pois ela está em toda parte e pode ser reconstruída a partir da fala e da escuta de muitas pessoas. Por exemplo, por meio de relatos orais de pais, avós, o aluno pode pesquisar, selecionar e produzir textos informativos. Essa nova maneira de ensinar história muda o foco: dos grandes homens e seus feitos para as pessoas comuns e seu cotidiano. Entram em cena costumes da vida real que diminuem também à distância com relação ao passado: os alunos deixam de ver a história fragmentada e passam a vê-la como um todo do qual fazem parte (HÖFLING, 2003, p. 181).

Reconhecer professores, estudantes, merendeiras, secretários, eletricistas, motoristas, ambulantes, garis etc., como sujeitos históricos ativos e atuantes na sociedade, tem de ser pensado no contexto da reflexão sobre a identidade social, articulando conhecimento histórico com a dimensão local. Em uma época de fragmentação, na qual a globalização está profundamente presente no mundo, é fundamental construir um ensino de história que considere elementos atinentes à práxis histórica e, a uma consciência da coletividade. Vilma de Lurdes Barbosa e Melo destaca que

> A construção e elaboração da história local podem ser reveladoras da realidade cotidiana das comunidades, no sentido de configurar e explicar os problemas por elas enfrentados, ao tempo que, em mão dupla, os problemas e questionamentos das comunidades podem suscitar a necessidade de, no exercício de compreendê-los e buscar soluções – numa práxis transformadora, se proceda a sua elaboração e registro (2015, p. 42).

[18] De acordo com Aryana Costa, "a narrativa historiográfica por bastante tempo se dedicou a um recorte ocidental. Da Mesopotâmia, passando por Egito, Grécia, Roma, a Europa (ocidental, vale dizer!) durante a Idade Média e chegando à Península Ibérica, o processo histórico era alinhavado e chamado inclusive de "história da civilização", se passando por uma narrativa que dava conta de tudo e de todos" (2019, p. 132).

Portanto, aproximar os estudantes do conhecimento histórico por meio da história local é uma possibilidade de vivenciar experiências de classe e grupos locais, permitindo que se percebam como participantes da história. Esse tipo de abordagem vem sendo pensada ao longo do século XX, enfatizando o estudo do meio como uma nova maneira de pensar a história, contribuindo para diminuir distâncias presentes na percepção do processo histórico (MELO, 2015).

Dessa maneira, se o ensino de história objetiva "formar um cidadão comum que necessita de ferramentas intelectuais variadas para situar-se na sociedade e compreender o mundo físico e social em que vive" (BITTENCOURT, 2004, p. 47), como os docentes podem concretizar tal intento sem levar em conta que a história deve ser refletida para além de um emaranhado de datas, nomes, conceitos e fatos, mas como uma experiência vivida por todos? Como valorizar o papel dos diversos agentes culturais que vivem nas pequenas comunidades? Atentemos para a colocação de Cabrini et all:

> [...] os alunos reclamam uma história que, para eles, tenha a ver com o seu presente, com a realidade que conhecem um pouco mais de perto. No entanto é uma história acabada e "verdadeira", cujo conteúdo parece distante no tempo, que é apresentada aos alunos. Não parece necessitar que eles a repensem: é aceitá-la e consumi-la, quem sabe para quê? [...] essa história, que exclui a realidade do aluno, que despreza qualquer experiência da história por ele vivida, impossibilita-o de chegar a uma interrogação sobre sua própria historicidade... O famoso divórcio entre a escola e a vida que expressa a grande despolitização do ensino (2000, p. 33-34).

Foi essa experiência de desapontamento e desinteresse no estudo da história que a aluna mencionada na introdução deste trabalho sentiu. A referida estudante do 6º ano não entedia a razão pela qual estava estudando um assunto que não fazia tanto sentido para ela na condição de sujeito inserida em sua comunidade. Por que não estudar sobre o mar de Icapuí ao invés do Nilo? Por que não estudar sobre as atividades econômicas de sua cidade ao invés do Egito? Não seria mais interessante abordar os problemas da comunidade local?

Esse afastamento entre a escola e a vida dos alunos ainda prevalece em muitos espaços escolares no Brasil, causando prejuízos para a aprendizagem histórica significativa, distanciando os educandos de um interesse pela disciplina. Exercer uma pedagogia que não ignore o ambiente escolar e as vivências sociais para além de seus

muros é fundamental para direcionar os educandos a um relacionamento mais saudável uns com os outros, auxiliando na definição de uma identidade social. Para Neves,

> Identidade social, [...], implica na consciência que se tem de si mesmo. Essa consciência supõe um reconhecimento do mundo (contexto) no qual se existe e atua. Portanto, por identidade social pode-se entender o reconhecimento de si próprio como sujeito da história (processo). E, na medida em que o sujeito da história é realizador de ações, ele é também, objeto da história (ciência). A identidade social é, portanto, um atributo de sujeitos da história que se definem e se reconhecem na ação (1997, p. 15).

Articular história local e identidade social por intermédio do jornal *O Jaguaribe* pode ser um empreendimento de grande valor para a inteligibilidade das dimensões dos lugares de vivência. A interação entre sujeito e o tempo torna-se mais significativa e compreensível, deixando de ser um exercício meramente abstrato, mas refletidos com base na materialidade dos espaços locais. Dessa forma, a história local não se resume apenas a certos acontecimentos envolvendo grupos políticos elitistas, uma história caracteristicamente linear e evolutiva, mas que abranjam todos os indivíduos em suas especificidades e peculiaridades. Conforme indicado por Samuel (1990, p. 220)

> A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele produzido no alto nível do desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos.

Pensando nesse contexto, é realizável e importante produzir uma reflexão a respeito da integração do jornal *O Jaguaribe* no domínio de atividades didáticas para o ensino da história local. Fonseca (2009, p. 117) afirma que "[...] o local e o cotidiano pensados como locais de memória são constitutivos, ricos de possibilidades educativas, formativas". Não obstante, separar o aluno do local em que está inserido histórica e socialmente,[19] é dissociá-lo do processo de constituição de memórias e da

[19] São incontáveis às experiências que os educandos experimentam no dia a dia. No convívio com familiares, por exemplo, é possível vislumbrarmos a possibilidade de construção dos sentidos de pertencimento, atrelados a constituição de memórias. Conforme salienta Bossi (1994), ao afirmar que "muitas lembranças, que relatamos como nossas, mergulham num passado anterior a nosso nascimento e

materialização decorrentes de uma educação direcionada para a formação emancipadora, cidadã e construtora de identidade.[20] Ainda segundo a autora, "o professor de história, ao incorporar em sua prática pedagógica a releitura da imprensa periódica, articula saberes e possibilita a formação da e para a cidadania" (FONSECA, 2003, p. 215). Não almejo discutir todas as possibilidades que os professores têm em mãos para inserir o jornal *O Jaguaribe* em sala, algo impossível de ser realizado.

Na busca por superar um entendimento da história tradicional,[21] é fundamental fazer "[...] do aluno um ser crítico, capaz de questionar e de construir conhecimento juntamente com os professores dentro do processo de ensino-aprendizagem" (PAIM; PICOLLI, 2007, p. 111). Isto posto, a inserção da fonte jornalística aqui discutida propiciará aos estudantes e professores uma ferramenta poderosa para a interpretação do mundo e a execução de atividades investigativas a respeito da historicidade do ambiente que habitam.[22] Desta forma, Samuel comenta que:

> Documentos são também decisivos como uma fonte não reconhecida de abordagem, especialmente, quando o historiador depende de uma fonte única e principal: você consegue um retrato da vida, nos jornais locais, diferente do relato obtidos nos arquivos do bairro; e, do tribunal de pequenas causas, diferentes do retrato dos relatos policiais (1990, p. 19-20).

---

nos foram contadas tantas vezes que as incorporamos ao nosso cabedal. Entre elas, contam-se feitos dos avós, mas também nossos, de que acabamos 'nos lembrando'. Na verdade, nossas primeiras lembranças não são nossas, estão ao alcance de nossa mão no relicário transporte da família" (p. 425).

[20] Tornar o ensino de história significativo para os educandos é um grande desafio. Apesar de sua presença no cotidiano e na mídia, percepções equivocadas a respeito de sua estruturação e função ainda são bastante recorrentes no senso comum.

[21] Segundo Chesneaux (1995, p. 161), "A evolução histórica é desigual [...]. A desigualdade de desenvolvimento leva a compreender o fracasso das transformações de modelo. É perda de tempo tentar implantar artificialmente, certa formação social, estruturas e elementos de vida coletiva tomados de empréstimo a outra formação social, com a finalidade de moldar a primeira a partir da segunda. O enxerto é rejeitado". O processo histórico não pode pensado como algo homogêneo. Esquematizar o tempo histórico em termos europeizantes é excluir o caráter plural e complexo da história, não levando em consideração que o tempo histórico é construído historicamente, sendo uma categoria de análise.

[22] Ainda prevalece em muitos espaços de ensino, a noção de que a história lida com fatos em sua totalidade, buscando construir uma narrativa absoluta, monolítica e homogênea a partir das fontes históricas. Não intenciono tratar o jornal O Jaguaribe como fonte histórica que propiciará aos educandos um conhecimento exato sobre determinado e específico elemento. Segundo Reis (2000, p. 24-25), "O fato histórico não está presente "bruto" na documentação". O historiador não é um colecionador e empilhador de fatos. Ele é um construtor, recortador, leitor e intérprete de processos históricos. O fato histórico não é "dado", assim como o passado não é "dado". Nessa direção, ao buscar instrumentalizar o jornal O Jaguaribe em sala de aula, penso a história local em termos de uma construção, passível de mudanças, sujeita a análises e revisões. Com isso, acredito que os estudantes possam perceber o fato histórico como instrumento para a inteligibilidade de processos históricos.

Abordar a história local a partir do jornal *O Jaguaribe* é experienciar uma outra maneira de olhar a história, atentando para a historicidade dos diversos sujeitos que compõem a comunidade, possibilitando à escuta de outras vozes, diferentes das que ouvimos com frequência jorradas da história oficial. Dessa forma, o engajamento no processo de leitura de mundo dos alunos dar-se-á atrelado ao reconhecimento de suas próprias condições sociais, culturais, geográficas e históricas, atentando para "[...] o protagonismo dos estudantes na construção ativa e colaborativa de conhecimentos e a apropriação de procedimentos metodológicos específicos que permitam explorar as fontes disponíveis (CAIMI, 2010, p. 76)".

Com isso, não pretendo partir de um local específico apresentado no periódico aracatiense. Apesar de sua construção ter se dado em Aracati, poderia tratar esse local em particular, assim como outros espaços, tais como, Fortim, Russas, Beberibe, Icapuí, Cascavel, Mossoró etc., lugares que com frequência estão presentes na estrutura jornalística do hebdomadário. Contudo, meu interesse é destacar as diversas possibilidades de uso do jornal O Jaguaribe pelos professores e estudantes, permitindo que esses sujeitos o utilizem de acordo com suas necessidades e, a partir de seus próprios contextos sociais e geográficos.

Com os novos rumos tomados pelo ensino de história, tem sido comum a incorporação da História Local como conteúdo importante no contexto da escolarização, possibilitando percepções mais abrangentes acerca da realidade cotidiana, entendendo-a como parte constituinte da história (BITTENCOURT, 2009). Conforme explica Fagundes (2006):

> A importância da história local se deve ao fato de esta possibilitar o uso de novas metodologias que possibilitam a inclusão de novos problemas e novos objetos de estudo, inclusive com uma gama bastante diversificada de fontes históricas, além de contribuir para melhor situar o aluno no seu tempo e espaço (2006, p. 2).

Contudo, é relevante discutir brevemente a respeito da trajetória da história local no âmbito das novas concepções da história, atentando para algumas problemáticas conceituais, a fim de balizar o presente trabalho.

Para Schmidt (2012, p. 187), "a preocupação com o ensino de História que privilegiasse a História Local não é uma questão nova", implicando na existência de muitas reflexões e mudanças que permearam a estruturação epistemológica e

metodológica acerca da história local enquanto proposta para o ensino de história. Entre definições e problematizações, o conceito de "local" é bastante problemático por conta das distintas formas como é conceituada por pesquisadores, historiadores e demais interessados na temática.

Desde os primeiros clássicos da pedagogia é possível notarmos o interesse acerca do desenvolvimento da aprendizagem através da observação da natureza, sendo esta entendida como o espaço de ação humana.[23] Portanto, é fundamental que compreendamos questões conceituais e a trajetória da história local no contexto das discussões acadêmicas e escolares. As investigações preocupadas com a história local são bem antigas. Segundo Donner,

> As pesquisas em história local, municipal, genealógica são uma prática antiga no Ocidente. Iniciaram com a história das famílias, dos feudos, passando para as províncias, paróquias, condados. É possível encontrar monografias e livros sobre praticamente todos os lugares da Europa e na América. Sua temática varia de acordo com a região: na Noruega, os livros das famílias e das fazendas fazem parte da História Local juntamente com os livros das comunidades; na Inglaterra os estudos de genealogia ocupam importante espaço, nos países do Leste Europeu, após o fim do comunismo, os livros de história local tem sido um elemento de coesão social. Em alguns países europeus existem associações que promovem a História local, em outros, as pesquisas ocorrem de maneira independente (2012, p. 223).

A consideração da história local esteve presente nas diversas comunidades do Ocidente, considerada elemento fundamental para a construção da identidade e, para a fabricação de narrativas a fim de explicar suas origens e desenvolvimento. Esse interesse pode ser mais bem compreendido à luz das demandas sociais existentes no interior desses grupos, conectados a uma base territorial especifica, condicionados pelas experiências cotidianas.

A historiografia do século XIX tratou a história como à busca por explicar a emergência dos estados nacionais, decorrendo em uma valorização do elemento político como parte essencial da narrativa histórica a partir de níveis macro de análise. Nessa

[23] No livro primeiro de *Emílio ou da Educação*, Jean Jacques Rousseau escreveu: Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência, nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos adultos, é nos dado pela educação. Essa educação nos vem da natureza, ou dos homens ou das coisas. O desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e o ganho de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas. Nascemos sensíveis e desde nosso nascimento somos molestados de diversas maneiras pelos objetos que nos cercam (1995, p.10-12).

perspectiva, as investigações sobre a história local eram desprezadas. Para Goubert, "praticada há tempos atrás com cuidado, zelo, e até orgulho, a história local foi mais tarde desprezada – principalmente nos séculos XIX e primeira metade do XX – pelos partidários da história geral" (1992, p. 70). Contudo, ocorreu uma mudança de perspectiva com os estudos da escola dos Annales, conforme nos indica a historiadora Aryana Costa.

> Os avanços na investigação historiográfica atentaram para o fato de uma história somente institucional, biográfica, masculina, política e elitista não dava conta dos desafios que se punham às pesquisas, aos objetos que se estudava. E as mudanças pelas quais passamos nas últimas décadas resultaram em novas pessoas reivindicando direitos, reafirmando e/ou reconstruindo suas identidades e, portanto, querendo tornar-se visíveis. Além de pôr esses desafios aos historiadores, isso também significou esses novos personagens como produtores de conhecimento: ou seja, o reconhecimento de si como sujeito e, não menos importante, a inserção dessas pessoas também como produtoras de história, não mais somente como objetos (2019, p. 133).

Esse distanciamento da história tradicional passou a preocupar-se com novos espaços historicamente construídos, passando a valorizar práticas investigativas que considerem grupos sociais articulados a uma geografia micro, passível de interpretação histórica.

Definir conceitualmente História Local é uma questão fundamental nos estudos históricos. Sua conceituação está ligada a problemáticas voltadas para o domínio epistemológico e metodológico da historiografia.

Grosso modo, no Brasil, foi a partir dos Institutos Históricos e Geográficos que houve um esforço por construir uma história da nação, objetivando elaborar uma identidade nacional (GUIMARÃES, 2011). A história regional e local, mesmo fragmentária, recebeu certa atenção, especialmente a partir das últimas décadas do século XX, quando

> [...] a história regional e local desenvolveu-se, dedicando-se à análise do cotidiano de uma ou mais comunidades, articuladas por estreitos vínculos geográficos, históricos, sociológicos, culturais e econômicos, proporcionando a alternativa de se estudar a totalidade histórica a partir de um recorte espacial. A dimensão do território brasileiro, multi-regionalizado, oportunizou elaboração de monografias histórico-descritivas municipais e estaduais, nos moldes corográficos e essa tradição reforçou a tendência para a pesquisa história regional e local, com o aporte teórico-metodológico novo. No âmbito acadêmico,

> produziu-se mais sobre o regional nos campos da geografia e economia, embora não alcançasse avanços conceituais (NEVES, 2002, p. 87).

Notemos que as análises estavam vinculadas mais particularmente ao geográfico e econômico, tencionando determinar e recortar os diferentes espaços do amplo território brasileiro. O conceito de região foi o fator principal que inspirou esses estudos, o que de certa forma ignorava uma investigação mais delimitadora, deixando de vislumbrar outras dimensões. Em interessante artigo, publicado em 2002, intitulado *História local e seu devir historiográfico*, Corrêa comenta sobre certa marginalidade da história local no contexto da historiografia brasileira cuja

> [...] escrita predominantemente diletante e sua narrativa demasiado subjetiva parecem ser as principais responsáveis pelo seu descrédito em círculos acadêmicos, embora ainda seja grande a preferência que ela goza junto ao público leigo e avesso, muitas vezes, à linguagem hermética dos historiadores profissionais (2002, p. 11).

Apesar desse cenário, é conhecido a importância que a história local exerce sobre os estudos históricos. A consciência histórica está entrelaçada ao viver diário, cujas narrativas abarcam as comunidades e sua complexas questões sociais, culturais, políticas e religiosas. Muitos historiadores têm se voltado ao estudo do local, visível nos muitos trabalhos acadêmicos de relevância para as ciências humanas (PROENÇA, 1990). No presente trabalho, considero a história em termos do que Gasparello define como:

> [...] um princípio metodológico, que encontra sua validade ao atender aos pressupostos da construção de um conhecimento que interage com um saber que se torna significativo e consciente, constituindo-se em sua relevância social (1996, p. 89).

Ao valorizar os pequenos espaços, entendidos em um nível que permitia análises mais centradas nas pequenas escalas, utilizar o jornal *O Jaguaribe* para o ensino da história local torna-se relevante por envolver o amplo e complexo delineamento dos processos históricos em relação ao regional, nacional e global, tendo em vista que esses elementos não podem ser entendidos ao ser dissociados um dos outros. Segundo Bourdin (2001, p. 13),

> [...] é na escala local, na do bairro, da cidade ou da microrregião que alguns problemas da vida diária podem ser regulados, por exemplo, os

> que se referem à organização dos serviços públicos. A solidariedade e a sociabilidade podem desenvolver dentro de redes muito dispersas, mas são muitas vezes mais fáceis de criar quando se apoiam na vizinhança. Enfim, o quadro local pode servir para se organizarem grupos muito unidos, ou coalizões para a ação.

Na tentativa de construir uma história mais plural e significativa em sala de aula, os educandos podem ser auxiliados a pensar o cotidiano como elemento importante para pensar o local. A diversidade humana pode ser constatada e imaginada através da leitura orientada e crítica das notícias jornalísticas do periódico aracatiense, contribuindo para "[...] uma compreensão múltipla da História [...]" (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 139). Compreender os modos de vida existentes em um determinado e específico espaço equivale a um exercício de reflexão da historicidade que o permeia. Para isso, desenvolver atividades com o jornal *O Jaguaribe* é uma possibilidade interessante para a compreensão de diversos fatores constituintes dos espaços. Nesse sentido, a interdisciplinaridade deve ser pensada como elemento fundamental, permitindo um diálogo rico. Disciplinas como a Geografia, Artes e Português podem possibilitar um diálogo com a História através do jornal *O Jaguaribe*. No dizer de Cruz (2003, p. 2),

> Estudar História e Geografia na Educação Infantil e Ensino Fundamental resulta em uma grande contribuição social. O ensino de História e da Geografia pode dar ao aluno subsídios para que ele compreenda, de forma mais ampla, a realidade na qual está inserido e nela interfira de maneira consciente e propositiva.

O trabalho com conceitos advindos do estudo da história local envolve outras disciplinas que podem auxiliar os estudantes no trato da realidade que os cerca. Ademais, seria um equívoco pensar o estudo da realidade local como o único objetivo importante para o aprendizado. Existem limites, marcos que devem orientar o emprego do jornal *O Jaguaribe*. A cada página do jornal, os alunos podem entender que nada é produzido ao acaso, mas que um conjunto de interesses estão em jogo até mesmo na construção histórica e cotidiana do local em que habitam. Atentar para o cotidiano como parte do local é importante. Agnes Heller afirma que:

> A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em "funcionamento" todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos,

> paixões, ideais, ideologias. [...] Repetimos: a vida cotidiana não é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais. Em todas as épocas, existiram personalidades representativas que viveram uma cotidianidade não alienada; e, dado que a estruturação cientifica da sociedade possibilita o final da alienação, essa possibilidade encontra-se aberta a qualquer ser humano (1985, p. 17).

É a partir do conhecimento dos sujeitos em sua totalidade que poderemos perceber as tensões sociais e políticas em que estão envoltos, aprendendo que não existe uma história imóvel, totalizante e absoluta. Nessa direção, utilizar o jornal *O Jaguaribe* para o ensino da história local não é um empreendimento simples. O planejamento docente é parte essencial do processo de ensino aprendizagem. Inserir o jornal aracatiense nas aulas de história envolve tempo e reflexão. Para Barca (2004, p. 34):

> Os planos de aula são naturalmente integrados em planos mais abrangentes, os planos anuais, de período ou de unidade, e todos eles, para serem coerentes com as propostas curriculares atuais, precisam ser organizados com um enfoque nas instrumentalizações a desenvolver e não nos conteúdos a dar. Por conseguinte, também os planos de médio prazo deveriam ser orientados na perspectiva de instrumentalizações a privilegiar e não na da unidade didática, que configura um enfoque nos conteúdos.

Assim sendo, pensar o jornal *O Jaguaribe* para o estudo da história local não pode se resumir a meros apontamentos sobre o periódico ou utilizá-lo apenas para mostrar algo novo. É importante que a proposta de aula esteja em consonância com as Diretrizes de ensino, fundamentadas em metodologia de estudo.

Já vimos que a fonte aqui trabalhada não pode ser tratada como mero veículo de informação produzido em Aracati na década de 1930, mas consequência da ação de diversos sujeitos que o produziram com determinados interesses políticos e ideológicos. Pelo fato de ser uma fonte local, não significa que deve ser interpretado de qualquer maneira. O trabalho do professor no emprego desse periódico não se dá no vácuo, mas em estreita relação com o mundo social e o saber local.

O contato dos alunos com o jornal não pode ser separado da necessidade de conhecer sua própria realidade histórica de fabricação. Ao serem informados de que o jornal *O Jaguaribe* é um fonte local, certamente os alunos poderão sair em busca de notícias a respeito do lugar onde habitam. Daí ser importante que o professor faça a mediação de uma forma didaticamente orientada. É preciso criar pontes para a

aprendizagem. O jornal é um material cheio de potencialidades, mas que se abordado de forma incorreta, pode decorrer em problemas para o estudo.

Antes de tudo, é importante abordar o jornal *O Jaguaribe* como uma produção humana em estreita relação com a dimensão regional e nacional. Entender que as notícias veiculados pelo periódico aracatiense é parte de um contexto mais amplo é de grande relevância para a inteligibilidade de sua estrutura. A professora Aryana Costa chama a atenção para esse fator:

> A história local por si só, assim como a história "geral", não consegue dar conta de tudo. Ela não consegue prover visões amplas ou sínteses como os recortes nacionais e globais exigem e conseguem dar. Confinar-se ao local pode alimentar o desconhecimento e a intolerância em relação ao outro, ao diferente. E ela é suscetível ao mesmo personalismo e elitismo se for feita como a história tradicional em nível nacional que nós já conhecemos. A história local só tem seu valor plenamente explorado se trabalhada em escalas que sejam intercambiadas e sobrepostas para que os alunos possam perceber justamente onde o local e o geral se distanciam e se aproximam (2019, p. 136).

Com base no excerto acima, entende-se que é equivocado pensar no conjunto o jornal *O Jaguaribe* isolado do contexto nacional e regional, restrito a Aracati. Dessa forma, é interessante e importante estabelecer um diálogo que permita verificar a multiplicidade de histórias. Ressaltar que "privilegiar o local não significa opor-se ao nacional, mas sim abordá-lo por outros primas" (NIKITUK, 2002, p. 04). Não obstante, isso não implica em abordar o jornal *O Jaguaribe* para comprovar a história nacional ou regional a partir de suas manchetes jornalísticas. Sem evitar esses extremos, corre-se o risco de mecanizar a explicação histórica. O conhecimento histórico é heterogêneo, não podendo ser reduzido a um nível fixo da dimensão espacial/temporal.

Atentando para essas reflexões, Manique e Proença (1994) apud (SCHMIDT; CAINNELI, 2009) explicam a importância dos jornais como recursos didáticos.

> Trabalhar com jornais na sala de aula pode estimular o aluno a ler sobre acontecimentos contemporâneos, bem como desenvolver sua capacidade de interpretação e crítica da história vivida por ele;
> A leitura e o comentário crítico dos jornais ajudam e favorece a introdução do aluno na realidade local: de seu bairro de sua cidade, de seu estado, de seu país e do mundo;
> O debate sobre matérias jornalísticas pode fomentar a troca de opiniões e a construção de argumentação histórica;
> A discussão auxilia o aluno a ler o jornal de forma crítica. (2009, p. 146-147).

Nesse trecho percebe-se que a investigação do jornal pode estimular os estudantes a estudarem a história de uma perspectiva diferente. Através de ações coletivas, as turmas podem perceber que a construção de opiniões não se dá no vazio, mas a partir de um determinado e específico contexto histórico e social. Dessa maneira, uma atividade interessante consiste em observar.

Pensar o próprio espaço geográfico é uma possibilidade de investigação. Seus noticiários mencionam diversos locais que podem ser pensados de uma perspectiva das relações sociais, políticas e culturais, decorrentes de uma invenção discursiva, consequência de negociações e regulações sociais. Na leitura e contato com esses discursos presentes no jornal *O Jaguaribe*, os discentes podem pensar que aqueles espaços sempre existiram, incluindo onde vivem. Nesse sentido, Albuquerque Júnior indica que

> O espaço não preexiste a uma sociedade que o encarna. É através das práticas que estes recortes permanecem ou mudam de identidade, que dão lugar à diferença; é nelas que as totalidades se fracionam, que as partes não se mostram desde sempre comprometidos com o todo, sendo esse todo uma invenção a partir desses fragmentos, no qual o heterogêneo e o descontínuo aparecem como homogêneo e contínuo, em que o espaço é um quadro definido por algumas pinceladas (1999, p. 25).

Os espaços geográficos não surgem do nada ou de forma instantânea, mas são produtos do tempo e da ação de sujeitos inseridos nas malhas do poder. Compreender isso é fundamental para uma ação crítica a todo tipo de preconceito e estereótipos que permeiam a sociedade. Contudo, isso não significa que todas as edições do jornal *O Jaguaribe* deve ser utilizado. O trabalho de seleção envolve interesses específicos.

No estudo de reportagens do jornal *O Jaguaribe*, os alunos terão a oportunidade de vislumbrar a intepretação e o pensamento de variados grupos que viveram no passado. Ideias e crenças específicas de um determinado recorte podem vir à lume através da leitura atenta, baseado no diálogo. Assim, poderão estabelecer conexões entre as experiências de vida. Em pequeno texto, porém, bastante esclarecedor e importante, chamado Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior empreende relevante reflexão a respeito dos estereótipos construídos historicamente.

> O preconceito quanto à origem é justamente aquele que marca alguém pelo simples fato deste pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar, de uma vila, de uma cidade, de uma província, de um estado, de uma região, de uma nação, de um país, de um continente considerado por outro ou outra, quase sempre mais poderoso ou poderosa, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, subdesenvolvido, menor, menos civilizado, inóspito, habitado por um povo cruel, feio, ignorante, racialmente ou culturalmente inferior (2012, p. 11).

Não é isso que existe em grande medida na mentalidade de muitos? Já ouvi de muitos discentes que determinada rua, vila ou munícipio é inferior a outros, sem ao menos conhecer o local de que falam. Através do estudo da história local por meio do jornal *O Jaguaribe*, os alunos poderão entender que adjetivações a respeito de determinados espaços também são construções históricas, discursivas, parte de uma estrutura de poder que deve ser combatida e criticada.

O jornal *O Jaguaribe* apresenta uma série de acontecimentos políticos, sociais, culturais, econômicos e religiosos. O aluno pode investigar esses eventos narrados pelo jornal a partir de seu próprio lugar social, buscando entender o processo histórico em suas dinâmicas. Compreendê-lo como subsídio pedagógico implica na possibilidade de recuperar a história local a partir de sua função social, cultural, econômica e política a partir de suas notícias, imagens, estruturação material. Não é difícil localizar ao lado de manchetes, artigos e notícias uma série de imagens que intenta comunicar algum acontecimento ou afirmar determinado discurso político. Interpretar imagens jornalísticas é tarefa instigante, pois tem muito a oferecer para a compreensão dos cenários locais que se tem em mente pesquisar.

Assim, professores poderão utilizar as muitas imagens presente no jornal *O Jaguaribe* para discutir questões significativas da dimensão local de sua produção e circulação. Ademais, no processo pedagógico são necessários alguns cuidados em relação ao olhar dos educandos. Imagens não podem ser lidas como veículos neutros ou absolutos no trato da realidade, mas como registros do cotidiano, consequência da experiência humana no tempo. A percepção visual implica em relação entre o ser humano e o mundo que o cerca. Dessa maneira, permitir que os estudantes conheçam o passado através das muitas imagens estruturadas no jornal *O Jaguaribe* é muni-los de instrumentos para estruturar, sistematizar, organizar e relacionar informações elaboradas historicamente.

Por conseguinte, trabalhar com imagens jornalísticas para pensar o local deve possibilitar discussões que avaliem a origem, o contexto social, histórico e espacial de

sua produção material, entendendo-a como evidência histórica. Portanto, interrogar as imagens presentes no jornal *O Jaguaribe* requer leitura crítica, a fim de perceber as intenções com as quais foi produzida.

É preciso cuidado para não simplificar o processo investigativo no que tange a materialidade do jornal *O Jaguaribe*, atentando para suas especificidades. Como produto da imprensa produzido localmente, não significa que suas publicações narrem todos os fatos em sua totalidade. Muito pelo contrário, visitar as narrativas jornalísticas do periódico aracatiense aqui discutido é conhecer mundos em seu entorno, identificando rupturas e permanências.

Seguindo nessa direção, o jornal *O Jaguaribe* pode servir como referência para que os estudantes se interessem por pesquisar o próprio espaço em que habitam. Novos olhares podem ser construídos, instrumentalizando os alunos para uma percepção de uma história plural, ouvindo diferentes vozes no tempo.

CAPÍTULO 2 – À REFREGA JORNALÍSTICA: UMA HISTÓRIA DO JORNAL *O JAGUARIBE* E UM BREVE ESBOÇO DA IMPRENSA CEARENSE E ARACATIENSE NO SÉCULO XX

O surgimento do jornal *O Jaguaribe* deve ser entendido da perspectiva do tempo e experiência de seus elaboradores. Inserido em uma específica e determinada conjuntura histórica, a investigação aqui concretizada considerou o lugar que o jornal *O Jaguaribe* ocupou, sua estruturação material e ideológica, o que implica entender seu lugar de produção (FOUCAULT, 2008).

Julgo importante investigar a historicidade do jornal *O Jaguaribe*, seu entrelaçamento nos conflitos políticos e sociais, na busca por entender seus movimentos na história, sempre ligado aos sujeitos históricos envolvidos em sua elaboração, circulação e consumo. Dito isso, o objetivo do presente capítulo consiste em historicizar a emergência do jornal *O Jaguaribe*, pensando-o como parte da produção jornalística no Ceará, e, mais especificamente, em Aracati, em meados de 1930.

Considero relevante refletir sobre esse periódico como um meio de comunicação local na Zona Jaguaribana, cuja influência perpassou o cotidiano de sua população nos diversos aspectos social, político, econômico, cultural e religioso. Não objetivo esgotar o assunto, pensando na possibilidade de uma história absoluta e única sobre o jornal *O Jaguaribe*, mas apresentar uma contribuição no âmbito da historiografia local, ciente de que a história não busca compreender tudo, mas se vale de vestígios para a reconstrução das ações dos homens no tempo (BLOCH, 2001).

Entretanto, antes de investigar o jornal *O Jaguaribe* propriamente dito, é interessante esboçar, mesmo que brevemente, algo a respeito da imprensa no Ceará e em Aracati, delineando alguns de seus aspectos, contexto histórico e outros dados sobre a produção jornalística nesses espaços, objetivando refletir sobre as dinâmicas que permearam sua construção.

2.1. O Ceará em tinta e papel: um breve esboço da imprensa cearense no século XX

> E' a própria imprensa da terra que propugna pelo saneamento do jornalismo cearense, mostrando ainda ser preciso que o jornal, indispensável ao esclarecimento da opinião pública, desempenhe a sua missão com critério, e, sobretudo, compostura, requisito imprescindível em todas as manifestações da ordem pública (SOUZA, 1918, p.29).

> E' nella [imprensa], senhores, que os povos dos nossos sertões aprendem a ler: é por ella que os habitantes de longinquas zonas do nosso territorio tomam contacto com a civilização! (...) ali, o caboclo, o caipira, o jagunço, o gaucho lêem as notícias que lhe dão os jornaes da sua terra e do seu municipio. Estes são os guias da sua opinião e os orientadores da sua mentalidade! (A LUCTA, 04/12/1918, p. 01).

> [...] o jornalismo cearense é autêntico, pois nele está preservada a essência dessa atividade, que consiste em informar ao público, através da palavra impressa, sobre os acontecimentos atuais, e em ser instrumento cultural (NOBRE, 1974, p.15).

Às citações acima deixam claro como o jornalismo era parte da vida pública no Ceará. Disseminadores de ideias, os periódicos chegavam a alcançar um amplo espaço cultural, sendo incorporados à sociedade como mercadorias e instrumentos do poder político e social. Vendidos nos cafés, nas praças e na própria oficina em que eram produzidos, os impressos estavam presentes nos mais diversos locais das cidades e até mesmo do sertão, pululando na mente do rico político como também do pobre caipira.

O desenvolvimento da imprensa periódica no Ceará deve ser entendido como parte de todo um processo histórico, consequência de um profundo dinamismo cultural, econômico e político presentes desde o século XIX (GIRÃO, 1984; NETO, 2003), decorrendo em mudanças significativas na vida cotidiana de sua população (STUDART, 2004). A produção jornalística em terras cearenses foi um fenômeno social e cultural bastante dinâmico e contextualizado, estruturado dentro de certos moldes de condições sociais específicas, possibilitando sua diversificação em termos de produção material, ideológica e geográfica, constituindo, assim, problema histórico a ser investigado. Segundo John Thompson, "em todas as sociedades os seres humanos se ocupam da produção e intercâmbio de informações e conteúdo simbólico" (2002, p.19), o que significa que a comunicação é elemento humano construído historicamente (BORDENAVE, 1997), parte integrante da dinâmica social e cultural das sociedades

humanas no tempo e espaço, cuja produção é necessária para a fabricação e veiculação de ideias, discursos e ideologias, sempre permeados de significados sociais, culturais, políticos e simbólicos (BOURDIEU, 1989; GEERTZ, 2008).

Pensar a imprensa no Ceará envolve considerá-la em termos de seu próprio caráter material e comunicativo, atrelada aos grupos que a produziram e que também a consumiram, além de refletirmos sobre a temporalidade particular na qual estiveram inseridas, geográfica e historicamente. Apesar de ser importante discutir sobre a imprensa cearense em suas diversas mudanças na história, não será meu propósito lidar com todas as questões específicas que a permeiam, mas trazer uma visão mais geral. No decorrer do trabalho, será possível ter acesso a uma determinada bibliografia que permitirá ao leitor um conhecimento mais amplo a respeito do assunto.

Compreender a trajetória dos impressos no Ceará implica em destacar os conflitos que a marcaram, entendendo-a não apenas como meros registros de acontecimentos, mas como instrumentos do jogo de poder (MOUILLAD, 2002), instituindo memórias, que forma opiniões. Deve-se atentar também, para sua produção como parte da indústria cultural, ligada ao desenvolvimento do capitalismo, estruturada em seus padrões de venda e consumo. Conforme destaca Sodré:

> [...] a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que ela está inserida – é uma luta em que aparecem organizações de pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações (1999, p.1).

Como se pode perceber nesse excerto, não é possível desvincular a imprensa das tramas do poder existentes na estrutura social. O incremento da imprensa na vida cotidiana está presente em diversas dimensões do saber e da mídia, desempenhando um papel econômico e cultural em relação às mais diversas organizações políticas e culturais existentes. Configurando-se como prática social, o trabalho da imprensa reflete opiniões, saberes e mecanismos que permeiam as esferas do poder.

Dito isso, a imprensa no Ceará XX pode ser entendida como parte de todo um engendramento comunicativo regional e local, mas não dissociado do nacional, parte de um sistema midiático. Veremos que no decorrer do tempo, a imprensa no Ceará e em Aracati, mais especificamente, modificou-se, tanto em relação aos seus aspectos

ideológicos, quanto materiais, sempre vinculado às suas condições de produção e aos interesses políticos que a permearam (BARBOSA, 2013). No dizer de Nobre (1974): "Como todas as coisas do universo, a imprensa está sujeita a transformações, aperfeiçoando-se os jornais uns aos outros, enfim apresentando estágios [...]" (1974, p.15).

Segundo G.S. Nobre, "O Ceará possui uma das mais ricas tradições jornalísticas do Brasil [...]" (1974, p.16), que contou com uma produção dinâmica e diversificada de periódicos no decorrer de sua história, se destacando como um estado, cujo jornalismo fora considerado, até certo ponto, de elevado nível intelectual, decorrente da educação de seus produtores e redatores, sendo grande maioria deles formada por padres, estudantes do Liceu e bacharéis da área do direito. Esses sujeitos, que estavam inseridos nas tramas do poder, faziam uso da imprensa para expor suas ideias políticas e sociais, encontrando nesse espaço, um lugar de fala e expansão. Muitos outros adquiriram conhecimentos técnicos e formais no sul do país, possuidores de uma vasta experiência no âmbito da imprensa jornalística (NOBRE, 1974).[24] Além disso, existiu um grande número de políticos que se embrenharam na experiência do jornalismo, daí o caráter marcadamente político da imprensa cearense, tão presente em grande parte da estrutura discursiva e ideológica dos impressos, principalmente no século XIX.

A mudança de regime político em 1889, gerou mudanças significativas na atividade jornalística no Ceará, principalmente em relação às questões políticas. Segundo Raimundo Girão:

> A proclamação da República determinou, logicamente, a morte das velhas instituições e, com estas, a dos partidos de âmbito nacional – o Liberal e o Conservador. E a descentralização político-administrativa, característica do nascente regime, ensejou o aparecimento de partidos regionais (1975, p.397).

Com a formação de novos partidos políticos, o jornalismo no Ceará ganhou novos contornos em sua estruturação material e ideológica, decorrentes de suas condições de produção do novo regime. O Ceará experimentou a configuração do governo oligárquico de forma profunda, representada por muito tempo pela oligarquia

[24] Segundo Rüdiger (2003), o jornalismo é "uma prática social componente do processo de formação da chamada opinião pública; prática que, dotada de conceito histórico variável conforme o período, pode estruturar-se de modo regular nos mais diversos meios de comunicação, da imprensa à televisão" (RÜDIGER, 2003, p.11). Dessa forma, para esse autor, o jornalismo é uma prática mais específica, levando em conta seu desenvolvimento no tempo e espaço, ao passo que a imprensa é um conceito mais amplo.

Accioly, que dominou monoliticamente o Ceará por 16 anos (LIMA, 2003). Segundo Nobre (1974), "O período iniciado com a proclamação da República [...] é, por conseguinte, um dos mais significativos na História do Jornalismo Cearense [...]" (1974, p.120).[25]

Nas décadas de 1920 e 1930, o jornalismo cearense progride de forma significativa, principalmente em relação à sua estrutura material e qualitativa. A modernidade trouxe consigo significativas mudanças para a imprensa, gerando uma diversificação em termos de novos fatos e temas a serem noticiados. Em especial, as transformações são notáveis no âmbito de sua estrutura gráfica e editorial, seguindo os passos das melhorias que afetavam fortemente o crescimento urbano. Foram produzidos apenas 194 periódicos em todo o Estado, em comparação com mais de 300, no período de 1910 a 1919 (NOBRE, 1974). Novos jornais surgiram na empreitada jornalística, sobretudo na capital Fortaleza.

Apesar do surgimento de novas folhas, o jornalismo, no início do século XX não deixou de carregar consigo, aspectos dos períodos anteriores. Conforme caracterizado por Geraldo Silva Nobre:

> O condicionamento das atividades da imprensa, no Ceará, durante a primeira década deste século, é praticamente o mesmo já descrito em relação ao período anterior. A notícia continua a ser um complemento do debate político, que se processa tanto na Assembleia como nas folhas – denominação mais apropriada para os jornais de então, com suas quatro páginas, das quais as duas últimas são tomadas por anúncios (1974, p.128).

Além do mais, os periódicos cearenses ainda eram marcados por uma inclinação político-partidária, mantendo ainda, uma linguagem bastante forte, ideologizada, cujo objetivo consistia em opor-se a determinados e específicos adversários políticos. Segundo Montenegro (2002), "[...] não se compreendia o jornalismo político sem sarcasmo, injúria, calúnia [...], numa incessante permuta de vitupérios e insultos, num constante atassalhar de honra e dignidade" (MONTENEGRO, 2002, p.18). Com isso, nota-se o uso da imprensa como um instrumento de poder, cuja relação com a sociedade se dava através de suas manchetes e leitura por parte do público para o qual eram direcionados. Não é à toa que Eusébio de Souza critica seriamente o caráter partidário

[25] Veremos na segunda parte desse capítulo, que o combate às oligarquias por parte do jornalismo cearense, muito provavelmente foi parte da experiência de João Freire de Andrade, talvez tendo influenciado sua inserção na atividade jornalística.

dos jornais, ignorando outras funções, com a de moralizar a população através de uma mudança em sua estrutura linguística.

> Ao que parece não tem querido ella comprehender o verdadeiro papel que lhe assiste, desvirtuando quase sempre sua acção moralisadora para o terreno das paixões partidárias. [...] já e tempo de se pôr um ponto final a esses processos ignóbeis de propaganda politica que nada edificam e que só servem para lançar nas classes governadas e desmoralisação e o scepticismo acabrunhante que ameaçam tudo dominar (SOUZA, 1918, p.29).

O processo de modernização e urbanização pelo qual passava Fortaleza, a capital do Estado, gerou uma profunda desigualdade social, além de outros problemas sociais, como o analfabetismo (BARBOSA, 1996). Apesar disso, os jornais alcançavam parte significativa da população, principalmente os de classe média e intelectuais, grupos que possuíam condições para adquirirem os periódicos, exercendo, assim, um papel político e social importante.

Em 1918, o jornalista e historiador Eusébio Néri de Souza, apresentou um texto chamado A Imprensa no Ceará em 1918, ao 1º Congresso Brasileiro de Jornalistas, no Rio de Janeiro. Com o intuito de representar o Ceará, elaborou esse relatório, em que mapeia os jornais que circulavam em Fortaleza em 1918, avaliando uma série de elementos constituintes do jornalismo cearense. Além de Fortaleza, Sobral, Camocim, Crato, Ipu, Quixadá, Massapé, Canindé e Aracati são outras cidades mencionadas no documento. Segundo o autor, que também participou de tarefas ligadas à imprensa, quando redator do jornal Gazeta de Notícias, no período de 1928 a 1929, “escrever a história do jornalismo, no Ceará, seria trabalho insano se fosse dado a quem dela se ocupasse desbravar terreno não conquistado (SOUZA, 1918, p.22).

Com isso, Eusébio de Souza não quis dizer ser impossível escrever uma história da imprensa cearense. Souza (1918) afirma existir material abundante para tal empreitada, mencionando alguns intelectuais que se dedicaram a esse trabalho, dentre eles, o Barão de Studart, Pedro Catão, João Baptista Perdigão de Oliveira, Tancredo Mello, Australiano Discoides Damon Padilha e Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, “espíritos reconhecidamente operosos [...], certos de que a história moderna é escrita cientificamente e documentada, sabido serem os documentos < a fonte única donde se

arrancam os traços de Par os para os esteios dos heróis" (SOUZA, 1918, P.23), além de tecer comentários sobre a situação da imprensa em Fortaleza no período em análise.[26]

Em *A Imprensa no Ceará em 1918*, Eusébio de Souza pensa o jornalismo cearense como instrumento político e social, cujos objetivos consistiam em empreender uma ação enérgica na arena do poder, visando o bem comum do povo cearense, sendo ele,

> [...] o amigo commum que nos entra pela porta a dentro e nos vae levar noticias de toda parte; o genuíno advogado de nossos interesses, o propagandista que mais se empenha pelo desenvolvimento da industria e do commercio; a tribuna onde se discutem todos os assumptos magnos de interesse geral, a escola que modifica o nosso caracter e nos habilita a acompanhar as questões de alta importância (SOUZA, 1918, p.27).

Eusébio de Souza delineia alguns problemas da imprensa no Ceará, principalmente na capital do estado cearense, Fortaleza. Uma das principais dificuldades mencionadas por ele, consistia na pouca importância dedicada ao consumo dos jornais, o que ele chamou de "[...] indiferentismo do povo para com a sua imprensa, depreciando seus jornais, não lhes dando o devido valor" (SOUZA, 1918, p.26). Ao que parece, apesar de possuir uma grande população e meios materiais para a produção jornalística, isso não estava ocorrendo. Além do mais, os problemas estavam presentes na própria estruturação dos poucos jornais que existiam na capital, principalmente de ordem intelectual e material.

Além dessa indiferença existente na população fortalezense, existiam outros diversos problemas, que impediam um avanço mais sistemático, citados por Eusebio de Souza. Eram vários os grupos que favoreciam a um retrocesso no trabalho jornalístico. Apesar de longa, vale a pena citar o que escreveu o historiador e jornalista Eusebio de Souza. Leiamos:

---

[26]Para Eusébio de Souza, a cientificidade da história está em sua metodologia profundamente metódica e sistemática, expressa no uso de documentos escritos como a única fonte fidedigna para sua escrita. Além do mais, é necessário um certo distanciamento temporal do que se está analisando para a produção historiográfica, a fim de possibilitar a imparcialidade do historiador. Ademais a história do jornalismo cearense é de ontem. Nesse particular acompanhamos a opinião do Sr. Perdigão de Oliveira (opie.) julgando não ser ainda tempo de escrever a história de nossa imprensa por serem os personagens que nela se envolvem nossos contemporâneos, faltando-nos aquela distancia do tempo que constituem a imparcialidade [...] (SOUZA, 1918, p.21). É possível percebermos, nas palavras de Souza, uma influência da tradição metódica na historiografia, cuja compreensão da prática do historiador estava impregnada por noções especifica de como lidar com os documentos, pensando-o enquanto um caminho para o conhecimento da verdade, existindo um padrão rígido de seleção e análise (LUCA, 2008).

> [...] o primeiro – dos que não compram absolutamente o jornal e são leitores assíduos, não deixando jamais de pedir o número do dia, ao vizinho [...]. Este primeiro grupo é reputado como sendo o mais nocivo aos interesses econômicos do jornal [...]. O segundo grupo dos que não assignando ou comprando o jornal, o lê diariamente, devorando, pacientemente, todas as suas páginas [...], já se vê, pois, os demais seguem a regra geral não se preocupando com a compra de jornaes. Este grupo, ao que parece, é o mais exigente delles, pois, quando não lhe agrada a feição material do jornal, um artigo ou noticia qualquer não lhe satisfaz, torna-se inconveniente, desfiando então a sua censura de leitor que se viu prejudicado com a leitura que acabava de fazer. O terceiro grupo dos que vão procurar o jornal nas bibliothecas, esperando minutos enfadonhos que chegue a sua vez para poderem então apreciar os factos do dia, já no domínio do esquecimento. O quarto, finalmente, dos que vão á redacção buscar o seu jornalzinho, cheios de agachamentos e protestos de lealdade, fieis ao credo político, com o que se julgam direito ao exemplar desejado. São estes talvez os mais inoffensivos porque, na maioria, são pobres creaturas incapazes do mal, sempre dispostos ao bem em prol do jornal que prestam seus favores (SOUZA, 1918, p.27).

Com isso, é possível entendermos que o progresso da imprensa no século XX, no Ceará, enfrentou sérios problemas de manutenção material, além de obstáculos ligados ao comportamento social em relação à imprensa, principalmente no interior cearense. Eusébio de Souza compreende que a imprensa no Ceará não estava à altura de seu desenvolvimento econômico e intelectual, sendo importante um engajamento dos jornalistas para a criação de um movimento que estabelece uma nova forma de funcionamento para a imprensa cearense.

A vida diária da população cearense foi marcada por um frequente consumo dos jornais, principalmente com a nova qualidade dos periódicos, decorrentes das novas técnicas, que possibilitaram um novo conjunto de dispositivos, presentes no suporte material das folhas. Por outro lado, o alto valor para o uso dos novos progressos, implicando em uma menor quantidade de periódicos, principalmente na década de 1930 (NOBRE, 1974).

De uma perspectiva mais local, a imprensa em Aracati foi bastante dinâmica em relação ao número de impressos. Foram numerosos os periódicos que circularam pela urbe aracatiense. De fato, foi no século XIX que teve início o processo de produção dos primeiros periódicos em Aracati, sendo o *Clarim da Liberdade* de 1831, o primeiro jornal a ser produzido na cidade de que se tem notícia. O comércio em Aracati constituía-se em fator de grande importância para o dinamismo da vida urbana, o que viabilizou as atividades da imprensa, tendo sido a primeira cidade do interior cearense a

publicar um jornal impresso. Conforme destaca Abelardo Costa Lima: “A história da imprensa aracatiense está cheia de fatos interessantes e movimentados – reflexos próprios da vida social e política de Aracati [...]” (LIMA, 1979, p.87). Ainda Segundo Neto (2003),

> A Imprensa no Vale do Jaguaribe expandiu-se a partir da quarta década do século XIX, com a criação dos primeiros periódicos em Aracati (único centro urbano da região que passou a ter o privilégio de publicá-los), criando um público específico de leitores. A explicação disso reside no fato de que a vila, depois cidade aracatiense, centro comercial de reconhecida importância na província, tinha uma vida urbana desenvolvida, com uma elite de proprietários (fazendeiros, comerciantes e exportadores) que se comparava com a de outros centros como Fortaleza, Sobral e Crato (2003, p.538).

Este contexto econômico em Aracati permitiu certa efervescência cultural, social e política. Apesar das diversas dificuldades existentes, o crescimento do comércio exportador na segunda metade do século XIX foi bastante evidente, gerando riqueza e luxo. Porém, somente a elite se beneficiava das riquezas geradas pelo comércio de gado, cana de açúcar, algodão, couro etc. Em oposição às elites, os grupos mais pobres e a margem não tinham acesso a luxos ou coisas do tipo, não gozavam de serviços de saúde. Ligados a terra, não tinham condições de ascensão social. Esse fato nos permite pensar a imprensa como uma atividade restrita a certos grupos de poder na época. Além do mais, o acesso aos periódicos exigia certo valor e capacidade de leitura. Refletir sobre essas condições são importantes para compreendermos parte da estrutura em que os jornais em Aracati estiveram inseridos e circularam.

Segundo Abelardo Costa Lima, no século XIX, pelo menos 27 periódicos foram produzidos em Aracati: *O Clarim da Liberdade* (1831), *Coruja* (1844), *Aracati* (1859), *Época* (1860), *Gaspar da Terra* (1860), *Lince* (1860) *O Alvo* (1860), *Liz* (1861), *Cometa* (1861), *Judas Iscariotes* (1861), *O Ordeiro* (1861), *Época* (reaparecendo em1862), *A Barquinha* (1863), *Montanha* (1863), *O Pudor* (1863), *Trombeta* (1864), *Barrete Frígio* (1869), *Tribuna do Povo* (1870), *Voz da América* (1872), *Jornal do Aracati* (1873), *A Liberdade* (1881), *O Jaguaribe* (1886), *Colibri* (1887), *Farol* (1888), *O Trocista* (1896), *A Pátria* (1897), *A Voz* (1897), *Nuvem* (1898).

Devido a questões financeiras, esses periódicos não circularam por muito tempo, o que não significa que deixaram de ser parte da vida cotidiana da população de Aracati no século XIX. Conhecidos como pasquins, esses periódicos consistiam em pequenos folhetos, cuja estruturação material decorria da influência e financiamento de políticos e

associações partidárias, objetivando veicular seus interesses e ideias. Com uma linguagem forte e engajada, suas matérias consistiam em discursos de oposição aos adversários, além de abordarem o cotidiano de uma forma cômica (NETO, 2003).

No século XX, a produção jornalística em Aracati não cessou. Muito pelo contrário, muitos outros jornais foram criados. Ainda segundo Abelardo Costa Lima, os jornais produzidos no século XX, até a década de 1940, foi os seguintes: *A Revista* (1902), *Canoé* (1903), *O Malho* (1903), *O Noticiador* (?), *O Aracati* (1906), *A Estrela* (?), *O Sol* (1908), *A Gazetinha* (1908), *O Rosário* (1908), *O Lírio* (?), *O Correio da Semana* (1909), *O Raio* (1910), *A Instrução* (?), *Folha do Comércio* (1912), *O Jaguaribe* (1913), *A Alvorada* (1914), *O Progresso* (1916), *Jornal Pequeno* (1917), *O Porvir* (1917), *A Semana* (1918), *A Palavra* (1918), *O Flirt* (1919), *Estrela do Mar* (1921), *A Região* (1924), *O Jaguaribe* (?), *Aracati por dentro* (1929), *A Reforma* (1930), *A Ordem* (?), *A Ideia* (?), *A Lanterna* (?), *O Farol* (?), *O Estudante* (?), *Iara* (?), *O Tacape* (?), *O Jaguaribe* (1930), *Gazeta do Jaguaribe* (?).

A quantidade de jornais deixa claro à existência de múltiplos interesses na esfera de ação política. Muitos desses impressos circularam por pouco tempo, tendo em vista as inúmeras dificuldades que enfrentavam, desde sua produção até sua veiculação em Aracati. Além da diversidade de periódicos, é notório que seus idealizadores se constituíram em sujeitos de vários setores da sociedade, desde políticos até estudantes, o que nos permite perceber a importância da imprensa em Aracati enquanto principal instrumento midiático, cultural, política e social.

2.2. Um inteprete genuíno do pensamento popular: a emergência do jornal *O Jaguaribe*

> Se é amigo de sua terra, assine, leia e propague o seu jornal – "O JAGUARIBE".[27]
>
> Pouca gente há que compreenda esse impulso, esse entrar pelo tempo, esse jornadear constante, essa travessia por caminhos ínvios; pouca gente há que aplauda essa autêntica vitória, essa conquista, essa subida ao mais alto píncaro que pode um jornal provinciano atingir.[28]
>
> "O JAGUARIBE", não é somente um símbolo, um alto e nobilíssimo exemplo, mas, é também um testemunho irrecusável do quanto pode uma vontade de titan, ao serviço de uma causa generosa.[29]

Em 12 de julho de 1930 o jornal *O Jaguaribe* começou a circular pela *urbe* Aracatiense em um período de profunda efervescência política e social em todo o país, o que refletiu intensamente em âmbito regional e local[30] (ANSELMO, 1970; LIMA, 2008). Produzido na Tipografia Iracema,[31] o jornal *O Jaguaribe* chegava ao público todos os domingos, sendo distribuindo entre as vilas e praças de Aracati exibindo em suas quatro ou seis páginas as mais variadas notícias sobre a cidade, o estado cearense, a nação e o mundo. Nessa empreitada, permaneceu circulando initerruptamente até aproximadamente 1960.[32]

Ao que parece, quando de sua entrada no mundo da imprensa jornalística local, muitos esperavam que o jornal *O Jaguaribe* não durasse mais que alguns poucos anos.[33]

---

[27] *O JAGUARIBE*, 17.07.1938, ANNO IX, Nº 415, p.1.
[28] *O JAGUARIBE*, 12.07.1956, ANO XXVI, Nº 1.346, p.6.
[29] *O JAGUARIBE*, 12.07.1943, ANO XIII, Nº 674, p.1.
[30] *O JAGUARIBE*, 12.07.1952, ANO XXII, Nº 1.139, p.3.
[31] Essa tipografia era de propriedade da família Freire (*O JAGUARIBE*, 12.07.1930, ANNO I, Nº1, p.3). Não sabemos ao certo quais as condições qualitativas dessa máquina tipográfica. Somos informados, em 1932, que "Na Typ. "IRACEMA" executam-se com a máxima perfeição todo e qualquer trabalho concernente à arte graphica a preços baratissimos" (*O JAGUARIBE*, 07.02.1932, ANNO II, Nº 82, p.1). Com isso, depreende-se que outros serviços, além da produção do jornal O Jaguaribe, eram concretizados na tipografia dos Freires.
[32] Há certa divergência com relação ao período de circulação do jornal *O Jaguaribe*. Segundo matéria do jornal *O Aracati*, lemos que o jornal *O Jaguaribe* "[...] circulou initerruptamente durante 30 anos [...]" (*O ARACATI*, 01.04.1983, ANNO I, Nº1, p.1), ou seja, até 1960. Contudo, um documento de biografias do Museu Jaguaribano, nos informa que o jornal *O Jaguaribe* "[...] foi mantido por 32 anos, com circulação ininterrupta [...]" (BIOGRAFIAS, Instituto do Museu Jaguaribano). No presente trabalho, entendemos a informação do jornal *O Aracati* como a mais provável, tendo em vista não possuirmos outros dados que nos permitam pensar em outras possibilidades. Outro fator que dificulta uma conclusão sobre o problema, consiste na ausência das edições de 1959 e 1960 (1961, 1962?), que não estão disponíveis no *Portal História do Ceará*, local onde estão os demais jornais. A edição de 1937 também não está disponível. Todavia, acerca desta edição, fomos informados pelo estudioso da história aracatiense, Antero Pereira Filho, que sua estrutura material é bastante frágil, não permitindo o processo de digitalização.
[33] *O JAGUARIBE*, 12.07.1949, ANO XIX, Nº 985, p.1.

No entanto, mesmo em meio aos "[...] vaticínios de morte apressada",[34] o jornal *O Jaguaribe* configurou-se no periódico aracatiense que mais tempo seguiu sendo produzido na cidade no século XX, diferindo de muitos outros jornais da época, caracterizados por sua pouca duração.

Segundo matéria do jornal *O Aracati*, de 1983, o jornal *O Jaguaribe* prestou "[...] imensurável serviço ao desenvolvimento da comunidade" [35], deixando parecer certo reconhecimento, na época, por parte de outros jornalistas locais, mesmo após cessar sua produção na cidade. Em 1941, Abelardo Costa Lima nos informa que o jornal *O Jaguaribe* tornou-se o único periódico vigente na cidade, contando, naquele período, com onze anos de existência (LIMA, 1979). Mas, sabemos que mesmo após a interrupção da produção do jornal *O Jaguaribe*, outros periódicos surgiram, como o próprio *O Aracati* (1983). Além disso, é sabido que ainda na década de 1940, circulou na cidade o *Gazeta do Jaguaribe*. Atentemos para o fato de que a informação de Abelardo Costa Lima é datada.

Geograficamente, a movimentação do jornal *O Jaguaribe* não se deu apenas em Aracati.[36] Esse pequeno hebdomadário atingiu outras cidades do Ceará, inclusive à própria capital Fortaleza, chegando até mesmo a ultrapassar as fronteiras do estado cearense.[37] Esse amplo alcance do jornal *O Jaguaribe* além do próprio chão local em que surgiu possivelmente se deu através de alguns indivíduos de outras cidades que o adquiriram ao visitarem Aracati, além das relações políticas que seus elaboradores mantinham com outros importantes sujeitos da época,[38] que muito provavelmente também estavam inseridos no trabalho da imprensa.[39]

---

[34] *O JAGUARIBE*, 12.07.1934, ANNO V, Nº 206, p.2.
[35] *O ARACATI*, 01.04.1983, ANNO I, Nº 1, p.1.
[36] Apesar de sua circulação em outros locais além de Aracati, acredito que não existiu um fluxo constante do jornal *O Jaguaribe* em se tratando de sua circulação em outros espaços. João Porto Caminha viajava bastante para Fortaleza, talvez levando edições do jornal *O Jaguaribe*. Além dele, Alexandre Mattos e outros colaboradores se locomoviam frequentemente para outras cidades do Ceará, principalmente Fortaleza.
[37] *O JAGUARIBE*, 12.07.1933, ANNO III, Nº 156, p.1.
[38] Em 16 de maio de 1948, Dr. Ubirajara Carneiro publicou um artigo intitulado "SOL DO IMPÉRIO E SOMBRAS DA REPÚBLICA". Nesse texto, Ubirajara Carneiro faz uma crítica ao evento de 15 de novembro de 1889, caracterizando-o como um ato de desordem. Comparado ao Império, o novo regime não passava de um "caótico congresso republicano" (*O JAGUARIBE*, 16.05.1948, ANO XVIII, Nº 925, p.1). Esse artigo chegou ao Palácio do Grão-Pará, tendo sido lido pelo Snr. Príncipe Dom Pedro Gastão de Orleans e Bragança. O mesmo elogiou bastante o artigo do Dr. Ubirajara Carneiro. Leiamos: Muito me sensibilizou a leitura de seu belo artigo intitulado "SOL DO IMPÉRIO E SOMBRAS DA REPÚBLICA" [...]. Creia que muito apreciei os conceitos ali emitidos e quero felicita-lo vivamente pelo trabalho apresentado. Peço que me creia seu muito afeiçoado.
Dom Pedro

Essas relações políticas e intelectuais foram importantes para a produção do jornal *O Jaguaribe*, sobretudo por conta das opiniões advindas do público leitor e dos colegas de profissão, socialização esta que exerceu influência sobre seus idealizadores na construção de determinadas e específicas matérias e dinâmica do periódico, mobilizando ações no âmbito político da comunidade em que esteve inserido (LINS, 2015).

Fundado pelo jornalista João Freire de Andrade e o comerciante João Porto Caminha, o jornal *O Jaguaribe* foi pensado em termos de "[...] um interprete genuino do pensamento popular [...]",[40] cujos problemas sociais, econômicos e políticos da cidade de Aracati, foram tratados como a principal razão para sua existência no cenário da imprensa, resultado de um "capricho cultural e também político".[41] Divulgando, indagando e asseverando ser um instrumento "[...] que se propuzera dizer a verdade [...]",[42] ocupando-se em "[...] informar, criticando com honestidade e opondo com senso público [...]",[43] o jornal *O Jaguaribe* vinculou-se ao ambiente cultural, social e político de Aracati, de modo a participar da construção de todo um conjunto de práticas, saberes e narrativas, atrelados à vida cotidiana da população aracatiense por um período significativo de sua história, afirmando ser um órgão para o progresso da cidade.[44]

João Freire de Andrade foi o principal responsável pela elaboração do jornal *O Jaguaribe*. A criação desse periódico, decorreu, em grande medida, de sua dedicação por Aracati,[45] aspirando inserir na imprensa local um jornal que dispusesse de um projeto para noticiar a terra aracatiense em seus mais variados aspectos, desde assuntos sobre religião à política.[46]

Petrópolis, 9-Vl-48

[39] Somos informados da estreita relação entre os elaboradores do jornal O Jaguaribe e o jornalista Mario Lima, que na época residia no Rio de Janeiro. Em uma certa ocasião, visitou a cidade de Aracati. *O JAGUARIBE*, 04.01.1948, ANO XVIII, Nº 906, p.1; O JAGUARIBE, 23.07.1950, ANO XXI, Nº 1.038, p.6. Na década de 1940, especificamente em 1948, há indícios de um contato com outras regiões do país, como o Sul e Sudeste: Mas conforta-nos declarar de público que este humilde semanário, de vez em vez se alegra com os aplausos espontâneos que recebe do Sul da República, com as manifestações de simpatia que lhe mandam dos mais longínquos pedaços do território nacional. A imprensa paulista e os diários cariocas, não raramente tem transcrito com destaques editoriais publicados no semanário de Aracati (*O JAGUARIBE*, 12.07.1948, ANO XVIII, Nº 933, p.1).

[40] *O JAGUARIBE*, 12.07.1930, ANNO I, Nº 1, p.1).

[41] *O JAGUARIBE*, 12.07.1940, ANO X, Nº 519, p.1.

[42] *O JAGUARIBE,* 12.07.1957, ANNO XXVII, Nº 1.403, p.1.

[43] *O JAGUARIBE*, 12.07.1956, ANNO XXVI, Nº 1.346, p.1.

[44] *O JAGUARIBE*, 12.07.1948, ANO XVIII, Nº 933, p.8.

[45] *O JAGUARIBE*, 12.07.1944, ANNO XIV, Nº 725, p.3.

[46] *O JAGUARIBE*, 12.07.1942, ANNO XII, Nº 623, p.3.

Nascido em Pereiro-CE, no dia 09 de novembro de 1868, chegou a Aracati ainda muito jovem. Casou-se com Olympia Caminha de Andrade, constituindo numerosa família, quando decidiu fixar-se permanentemente na cidade.[47] Possuía vasto conhecimento intelectual sobre variados assuntos, o que possibilitou a construção de matérias tratando de diversos temas.[48] Mostrando-se temperamental para os que se opunham a seu trabalho jornalístico,[49] estava sempre atento aos mais diversos acontecimentos que atiçavam a política aracatiense e cearense[50]. "Modesto, simples, tendo ainda a alma farrada por solidas virtudes cristãs [...], embora por vêses, a política os tenha porfiado",[51] era estimado por muitos, exercendo intensa atividade na política regional e local.[52] Manteve vínculo pessoal com o professor e jornalista João Brígido dos Santos[53], "ligado desde muito cêdo, [...] ômbro a ômbro, nas mais incruentas refregas políticas [...]" [54], adquirindo formação intelectual e experiência para a prática jornalística. Além de jornalista, foi Prefeito de Aracati, Chefe do Partido Conservador Graúdo, Administrador da Mesa de Rendas e Intendente em Aracati nos Governos Franco Rabelo[55], Floro Bartolomeu[56] e Setembrino de Carvalho[57]. Esse histórico de atividades, deixa claro que João Freire de Andrade esteve bastante envolvido nas tramas do poder, com intensas ligações a partidos políticos e sujeitos que também estavam inseridos na política cearense e aracatiense[58]. Não possuímos fontes que possibilitem escrever algo a respeito das atividades exercidas por João Freire de Andrade enquanto

[47] *O JAGUARIBE*, 27.11.1947, ANO XVIII, Nº 901, p.1.
[48] *O JAGUARIBE*, 27.11.1948, ANO XIX, Nº 953, p.1.
[49] *O JAGUARIBE*, 12.07.1949, ANO XIX, Nº 985, p.1.
[50] *O JAGUARIBE*, 27.11.1940, ANO XI, Nº 538, p.1.
[51] *O JAGUARIBE*, 27.11.1938, ANO IX, Nº 434, p.1.
[52] *O JAGUARIBE*, 12.07.1957, ANNO XXVII, Nº 1.403, p.3.
[53] João Brigido dos Santos nasceu em São João da Barra (ES), a 3 de dezembro de 1829, filho de Inácio Brígido dos Santos e Vicência Rolim dos Santos. Foi professor de Latim, Advogado Rábula e Jornalista, tendo fundado em 1855, no Crato, "O Araripe", além de manter permanente colaboração no "Cearense", "Sete de Setembro" e "Juiz do Povo", estes dois últimos jornais do Padre Cerbelon Verdeixa. Redatoriou, posteriormente, "Fraternidade" (órgão da maçonaria), "Gazeta da Noite", 'Martin Soares" e "Estado do Ceará". Colaborou no "Libertador" e em "A República". Em 1903, fundou o "Unitário', que foi sua grande tribuna e através de suas colunas, por suas atitudes desassombradas, foi considerado o maior jornalista do norte do país (NOBRE, F. Silva. 1001 cearenses notáveis. Rio de Janeiro: Casa do Ceará Ed., 1996).
[54] *O JAGUARIBE*, 27.11.1938, ANO IX, Nº 434, p.1.
[55] Ver NOBRE, F. 1001 (p. 327); STUDART, G. Dicionário (v.1, p. 365-367);
STUDART, B. Geographia (p. 231-232).
[56] Ver GUIMARÃES, H. Deputados (p.244-245).
[57] Ver ARQ. SETEMBRINO DE CARVALHO; CARNEIRO, G. Revolucionário; CARONE, E. República velha; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORREIA, A. Rebelião; Correio do Povo (24/4/61); FUND. GETULIO VARGAS. Guia; Grande encic. Delta; LOVE, J. Regionalismo; Novo dic. de história; SILVA, H. 1922.
[58] *O JAGUARIBE*, 27.11.1949, ANO XX, Nº 1.005, p.1.

Prefeito Municipal e demais atividades políticas. Seu exercício político nos governos acima mencionados também carece de dados para pesquisa histórica.

No entanto, a partir da investigação do jornal *O Jaguaribe* em seu contexto de emergência e no decorrer de suas edições, é possível nos inteirarmos de alguns elementos importantes para a reconstrução da história de seus elaboradores, entendendo parte de todo o engendramento ideológico, material e político desse hebdomadário.

A produção material do jornal *O Jaguaribe* contou com o auxílio de diversas mãos e mentes, sendo grande parte membros da família Freire, dentre eles, Jaire Freire de Andrade, Júlio Freire de Andrade, José Freire de Andrade, Leonardo Freire e outros diversos colaboradores que não são mencionados diretamente no jornal. Ubirajara Carneiro,[59] Eduardo Dias, Camillo Mello, Bruno Porto da Silva Figueiredo, Francisca Clotilde de Lima,[60] Dorian Jorge Freire etc., foram também importantes sujeitos que contribuíram com matérias escritas para o periódico.

É preciso ressaltar a relevância de dois nomes: Alexandre Mattos Costa Lima e João Porto Caminha, especialmente, por terem cooperado financeiramente para a manutenção do jornal *O Jaguaribe*, quando seus dirigentes enfrentavam sérios problemas financeiros, além da ausência de apoio popular.[61] O destaque prestado a essas duas personalidades se deveu ao status que ambos gozavam em Aracati no domínio da política e do comércio. Essa vinculação evidencia certas relações políticas que propiciavam condições para sua existência e produção.

Alexandre Mattos Costa Lima nasceu em Aracati, no dia 25 de outubro de 1887.[62] Conhecido também por Alexanzito, foi comerciante em Aracati, tendo sido

---

[59] Nascido em Fortaleza em 28 de maio de 1900, foi um importante advogado em Aracati, exercendo a Promotoria da Comarca de Aracati a partir de 1935, permanecendo no cargo por muitos anos. Presidiu a Associação Cearense do Ministério Público. Desempenhou o papel de Desembargador, tomando posse no dia 3 de maio de 1956 (*O JAGUARIBE,* 06.05.1956, ANNO XXVI, Nº 1.337, p.1). Faleceu em Fortaleza, em 15 de agosto de 1979. Segundo o jornal *O Jaguaribe*, Carneiro possuía um escritório em Aracati, localizado na Rua Conselheiro Liberato Barroso, Nº 107 (*O JAGUARIBE*, 04.01.1931, ANNO II, Nº 26, p.3).

[60] Francisca Clotilde Castelo Branco Correia Lima, que logo depois assinaria como Francisca Clotilde Barbosa Lima, nasceu em 1862. Sua participação na imprensa cearense foi intensa. No caso do jornal *O Jaguaribe*, escreveu diversas manchetes. A revista "A ESTRELA", se destacou no cenário das letras em Aracati. Essa revista fora criada por Antonieta Clotilde, juntamente com sua mãe, Francisca Clotilde.

[61] *O JAGUARIBE*, 12.07.1934, ANNO V, Nº 206, p.2.

[62] Nasceu o Cel. Alexandre Matos Costa Lima, na cidade de Aracati, no dia 25 de outubro de 1887. Era filho legitimo do Cel. Alexandrino Ferreira da Costa Lima e de D. Caetana Matos Costa Lima. Casou-se em 1910 com a Exma. Snra. D. Egisa Leite Costa Lima [...]. Durante vários períodos, o Cel. Alexanzito exerceu o cargo de Prefeito Municipal. Foi candidato a Deputado Estadual á Assembleia Constituinte de 1935, pelo antigo Partido Social Democrático. Era Chefe da União Democrática Nacional, em Aracati e membro da comissão executivo Estadual. Faleceu aos 62 anos (*O JAGUARIBE*, 25.10.1949, ANO XX,

chefe da casa comercial Costa Lima & Mytil.[63] Foi Prefeito Municipal de Aracati, desempenhando influência na política e comércio local.[64] Faleceu em outubro de 1949, tendo exercido um papel importante para a materialização do jornal *O Jaguaribe* em suas diversas publicações semanais, além de constante apoio político aos dirigentes do semanário.

João Porto Caminha[65] exerceu um papel mais ativo em relação ao jornal *O Jaguaribe* do que Alexanzito. Em sua primeira edição, esteve à frente de sua direção política, auxiliando João Freire de Andrade em sua construção material. Caminha foi um importante comerciante em Aracati, tendo sido proprietário da importante fábrica *Caminha & Cia* e agente do *Loide Brasileiro*, esta última, tendo sido uma empresa ligada à navegação. Abelardo Costa Lima, em Terra Aracatiense, escreveu sobre a indústria *Caminha & Cia*, destacando sua importância para o comércio local, seu prestígio regional e seus produtos manufaturados (LIMA, 1979).

É notável a presença constante da firma *Caminha & Cia* no espaço de anúncios comerciais do jornal *O Jaguaribe*. Além da empresa produtora de materiais de couro e outros produtos, João Porto Caminha também era responsável por um setor de serviços comerciais fabricante de tabaco. Estampado no jornal *O Jaguaribe*, lemos: "Fumem de preferência cigarros TURQUESA de J.P. Caminha".[66] A presença de propagandas das propriedades de João Porto Caminha não eram por acaso, mas estavam ligadas à relação que o mesmo mantinha com João Freire de Andrade na elaboração de matérias específicas para o semanário.

Nº 1000, p.6). Sua morte gerou comoção em toda a cidade de Aracati, sendo notórias as inúmeras páginas do jornal *O Jaguaribe*, dedicadas a informar sobre sua morte. Isso só deixa mais claro o status social e político de Alexanzito. Foram muitos os telegramas recebidos de muitas cidades cearenses sobre sua morte.

[63] Segundo Abelardo Costa Lima, "Costa Lima & Mytil" foi fundada em 1875 pelos irmãos Alexandre Ferreira Costa Lima e Pompeu Ferreira da Costa Lima, sob a razão social de Costa Lima & Irmão" (LIMA, 1979, p.78). Os principais produtos produzidos por essa indústria consistiam em algodão, peles, couros, chapéus de palha, bolsas etc.

[64] *O JAGUARIBE*, 20.07.1930, ANNO I, Nº 2, p.3.

[65] Há uma série de documentos sobre João Porto Caminha dos quais não tive acesso. Para um estudo sucinto, mas importante, sobre a família Caminha no Ceará, ver NASCIMENTO, José Luciano Viana. Comandante Caminha: suas origens e relações com o Corpo de Bombeiros Militar do Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017. Neste pequeno livro, Nascimento discorre sobre o Comandante Caminha e suas relações com o Corpo de Bombeiros do Ceará. Trata brevemente da família Caminha no Ceará, desde suas origens na Europa e enraizamento no Brasil, especialmente no Ceará.

[66] *O JAGUARIBE*, 07.09.1930, ANNO I, Nº 9, p.5.

João Porto Caminha[67] viajava constantemente para resolver questões ligadas à sua casa comercial. Em 12 de julho de 1930, sem tempo sequer para se despedir, viajou para o Rio de Janeiro,[68] ausentando-se da direção política do jornal *O Jaguaribe*. Nesse breve período de tempo, que durou pouco mais de alguns meses, o interino Aluísio Porto o substituiu até começos de outubro. A partir do dia 12 de outubro de 1930, João Freire de Andrade assume, de fato, a direção política do jornal, o que não significou que João Porto Caminha se desvinculou totalmente dos trabalhos da imprensa e da política. Ao que parece, Caminha dedicava grande parte de seu tempo para a área comercial, o que dificultava bastante sua frequente participação nos trabalhos ligados ao jornal *O Jaguaribe*. Apesar disso, não deixou de auxiliar no que estivesse ao seu alcance.

Além de rico comerciante, João Porto Caminha foi nomeado prefeito de Aracati em 1934 pelo Interventor Estadual Fernandes Moreira Lima,[69] exercendo um papel político importante na cidade por um longo tempo. Assim retrata o jornal *O Jaguaribe* sua chegada ao poder municipal:

> Rejubila-se o Aracaty com o inspirado acto do Exmo. Snr. Cel. Moreira Lima, digno Interventor do Estado nomeando o snr. Cel. João Porto Caminha Prefeito deste Municipio. [...] felizmente o Aracaty no domínio de si mesmo, tendo a lhe dirigir e zelar os destinos um ilustre filho dos mais distinctos e esfimados. Associando-nos, pois, às inequívocas manifestações de sympathia e apreço que há recebido, inter e extramuros, receba, também, o Cel. João Porto, o abraço efusivo de nossas felicitações, e o Aracaty os nossos agradecimentos pela acertada e feliz dedicação.[70]

É interessante a forma como o jornal *O Jaguaribe* retrata João Porto Caminha, na tentativa de construir uma imagem significativa acerca de sua pessoa, ligada a uma imaginação política e social atrelada ao contexto da época, permitindo uma dada leitura a seu respeito. É evidente que ao ser nomeado Prefeito de Aracati, seria necessário legitimar sua chegada ao poder, o que o jornal *O Jaguaribe* não deixou de fazer, se valendo de sua identidade enquanto importante comerciante e político da cidade. Após

---

[67] João Porto Caminha nasceu em Aracati, no dia 23 de junho de 1883. Faleceu aos 61 anos, no dia 05 de agosto, no Rio de Janeiro, onde residia na época (*O JAGUARIBE*, 13.08.1944, ANO XV, Nº 730, p.1).
[68] *O JAGUARIBE*, 20.07.1930, ANNO I, Nº 2, p.3.
[69] Ver http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-filipe-moreira. Acesso em: 14.04.2021.
[70] *O JAGUARIBE*, 23.09.1934, ANNO V, Nº 216, p.1.

sua estada como Prefeito Municipal, partiu para o Rio de Janeiro, onde estabeleceu-se como comerciante.[71]

O contexto histórico em que emergiu o jornal *O Jaguaribe*, em meados de 1930, caracterizou-se por uma época "[...] de verdadeira indecisão política [...]",[72] em uma atmosfera de pessimismo profundamente presente em todo o país[73]. A sociedade brasileira vinha experimentando profundas mudanças em sua estrutura política, social, cultural e econômica, decorrentes da mudança de poder político e de uma série de outros fatores conjunturais da época. Nas palavras de José Murilo de Carvalho: "o ano de 1930 foi um divisor de águas na história do país. A partir dessa data, houve aceleração das mudanças sociais e políticas, a história começou a andar mais rápido" (CARVALHO, 2012, p.87). A constituição do jornal *O Jaguaribe* esteve profundamente atrelado a esse contexto histórico específico e determinado. Nessa perspectiva, é fundamental refletirmos brevemente sobre a Primeira República, período compreendido entre 1889 a 1930, em que o Brasil esteve inserido. O jornal *O Jaguaribe* foi gestado ainda nesse momento, sendo significativo pensarmos o lugar social e histórico em que estiveram inseridos os produtores do jornal em seu percurso inicial, a fim de pensarmos sobre algumas de suas experiências, que direta ou indiretamente, determinaram às condições e pretensão por fundar um periódico em Aracati, sendo essa ação, consequência de um profundo envolvimento na política regional e local.

A Primeira República (1889-1930) caracterizou-se por uma estrutura bastante específica, acarretando na construção e estabelecimento de uma sociedade profundamente desigual e elitista (LEAL, 2012), que estava ligada a certos fatores de ordem política, econômica e social, resultado de complexas articulações das elites brasileiras. A Primeira República legou ao Brasil um sistema que consistia em uma hierarquia de poder, cujo funcionamento fora marcado pela injustiça social e favoritismo político, "[...] baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria no processo de participação política" (RESENDE, 2008, p.91). Esse período explicitou as desigualdades em termos de poder político, econômico e social, existentes entre as várias regiões do país. São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais eram os estados cujas ações governamentais concentravam-se, deixando a grande maioria dos estados em situação crítica, sempre à margem. O federalismo, profundamente presente

[71] *O JAGUARIBE*, 13.08.1944, ANO XV, Nº 730, p.4.
[72] *O JAGUARIBE*, 12.07.1948, ANO XVIII, Nº 933, p.2.
[73] *O JAGUARIBE*, 12.07.1944, ANO XIV, Nº 725, p.8.

na Constituição de 1891 não favorecia os estados do Norte e Nordeste, impedindo sua participação política (RESENDE, 2008; PANDOLFI, 2003).

Além dos problemas ligados ao sistema oligárquico da Primeira República (1889-1930), a década de 1920 marcou profundamente a história do Brasil. O país "[...] estava mergulhado numa crise cujos sintomas se manifestaram nos mais variados planos" (FERREIRA; PINTO, 2008, p.389). A Grande Depressão refletiu na crise do café, de modo que certas alianças políticas foram rompidas, causando uma série de problemas para o desenvolvimento da nação brasileira.

Em seu primeiro número, o jornal *O Jaguaribe* trouxe uma matéria em sua primeira página, cujo título, "AS NOSSAS CREDENCIAES", permite perceber claramente seu caráter profundamente social e político, característica que permeará toda a sua estrutura material, discursiva e ideológica ao longo de suas edições. Retratando um cenário crítico em Aracati, meses antes da chegada de Getúlio Vargas ao poder, assim inicia o jornal que afirmava ser direcionado para todos[74]:

> Povo do Jaguaribe! A vossa solidariedade às causas que defenderemos porque são as vossas mesmas [...]. Os interesses de nossa zona, são a nossa preocupação precípua que nos anima. Os problemas que respeitam a nossa pecuária, a nossa lavoura, a nossa indústria, ao nosso comércio e à nossa grandeza econômica, será aqui tratada com a dedicação a que tem jus. Os vossos direitos e os vossos interesses, Jaguaribanos são as nossas credenciaes. É na defesa delles que nos constituímos pioneiros. É em seu prol que nos lançamos á refrega jornalística. É por sua guarda, que erigimos paliçadas, projectamos ameias dos nossos reductos. Grande é a nossa responsabilidade. Sério é o compromisso de agitar idéias [...]. É, pois, pelo idéal dos vossos direitos e para idéal da vossa grandeza que queremos luctar e vencer. Esse é o nosso programma.[75]

Mas a que povo o jornal *O Jaguaribe* se referia? Quais, e de quem, eram os interesses que careciam ser defendidos? Quais problemas estavam causando a necessidade de um periódico como o jornal *O Jaguaribe*? São questões importantes para o entendimento do funcionamento do jornal *O Jaguaribe* e sua construção discursiva e material.

É notória a forma como o jornal *O Jaguaribe* se utiliza de um discurso bastante enérgico, em tom de urgência, imbuído de expressões fortes e de caráter profundamente

[74] O JAGUARIBE, 12.07.1944, ANO XIV, Nº 725, p.3.
[75] O JAGUARIBE, 12.07.1930, ANNO I, Nº 1, p.1.

político, tais como, “os vossos direitos”, “vossos interesses”, “povo do Jaguaribe”, “refrega jornalística”, “compromisso de agitar ideias”, grande é a nossa responsabilidade, que se deixam apreender como um ato de intervenção social, claramente objetivando entusiasmar a população a consumir suas notícias e manchetes, tendo em vista ser seu primeiro número, o que exigiu, de certa forma, uma apresentação dessa natureza, o que está ligado “[...] as condições e possibilidades de ver e dizer sobre a realidade social que está estratificada na comunidade interpretativa dos jornalistas” (BARONI, 2009, p.137). Os enunciados jornalísticos configuram-se a partir de uma realidade social específica e determinada, produzida por sujeitos históricos, na realização de diversas práticas sociais.

Em todas as edições do ano de 1930, o jornal *O Jaguaribe* faz alusão a diversos problemas que estavam presentes no Nordeste, no Ceará e em Aracati, mais especificamente. Dentre esses problemas, estava a seca[76] (NEVES, 2002; RIOS, 2002) e a pouca notoriedade do Nordeste[77] na cena política nacional, gerando um profundo descontentamento com o rumo que as coisas estavam tomando[78]. Observamos que o período da Primeira República estava gerando intensa insatisfação em relação à dinâmica de seu funcionamento político e econômico à bastante tempo, jazendo o Ceará em uma situação crítica, o que exigia ações por parte do governo, a fim de resolver ou minimizar os problemas existentes (LIMA, 2008; NETO, 2003; SOUZA, 2002).

> Pede ao Governo de teu Estado que não permitta no crime de tua emigração. A fome procura sorver vampiricamente os restos da energia crystalizada em tuas fibras. Estira a mão, não para pedir esmola que humilha e desperta a dormencia dos vicios, mas para que o Estado te dê alvião e pá com que irás ferir a terra na linha sinuosa das estradas de rodagem dos açudes e das multiplas construcções que te assegurarão a vida e garantirão a prosperidade dos teus filhos e o futuro de tua terra. Sê forte, patrício destemeroso e confia nos homens que nos governam.[79]

[76] *O JAGUARIBE*, 17.08.1930, ANNO I, Nº 6, p.1.
[77] O termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras as Secas (IFOCS), criada em 1919. Neste discurso institucional, o Nordeste surge como parte do Norte sujeita às estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público federal. O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito desse fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio coloca-la como problema mais importante desta área. “Estes discursos, bem como todas as práticas que este fenômeno suscita, paulatinamente, instituem-no como um recorte espacial específico, no país” (ALBURQUERQUE, 2011, p.81).
[78] Apesar da seca de 1932 ter sido a mais intensa no Ceará, estando presente nas páginas do jornal *O Jaguaribe*, desde 1930 a seca já demonstrava seus sinais.
[79] *O JAGUARIBE*, 27.07.1930, ANNO I, Nº 3, p.1.

Parecendo distante da atenção do governo, o Ceará encontra-se à margem, o que implicava em obstáculos para o exercício pleno da cidadania e a ausência de políticas públicas para socorrer o estado.[80] Ao passo que a seca seguia seu rumo, o Governo não atentava devidamente para os cearenses e sua situação.

Há uma ferrenha oposição ao "[...] olygarchismo defraudador da [...] República [...]"63, tratado como a principal causa dos diversos problemas que acometiam o povo cearense. No caso do Ceará, a oligarquia Accioly dominou, monoliticamente, o estado por 16 anos, de 1896 a 1912 (LIMA, 2008). Essa estrutura política e social é criticada intensamente nas primeiras edições do jornal *O Jaguaribe* em 1930, deixando claro que seus elaboradores se opunham tenazmente ao sistema existente no país, cuja liberdade era uma abstração, e não realidade.[81]

O cenário delineado acima é de uma época marcada por profunda crise econômica, efervescência política e problemas sociais dos mais diversos, tanto a nível local quanto regional, que permeavam a vida cotidiana dos aracatienses, mais especificamente. A população parecia demandar por um "[...] auto falante de suas vontades [...]",[82] de um representante no palco da história e dos conflitos políticos existentes, delimitando assim, o que pretendia comunicar o jornal *O Jaguaribe*.

Vê-se claramente a busca por legitimar e justificar a sua existência no cenário jornalístico local, afirmando estarem envolvidos em parte da trama histórica, cujos interesses e ações políticas estão presentes nas páginas do jornal *O Jaguaribe*, como parte da estrutura social existente na época.

Essa forma envolvente, engajada, agressiva, até, é típico da imprensa em seu engendramento ideológico (CAPELATO, 1988), cuja seleção de determinados e específicos temas ou assuntos, são parte de sua estrutura narrativa, não sendo um produto gerado fora do jogo de poder, que existiu sem envolvimento algum no tempo em que esteve inserido. Conforme destaca Luca (2008): "[...] a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público" (2008, p.139).

Essas questões estão ligadas à própria materialidade do jornal *O Jaguaribe*, cuja compreensão é importante para entendermos o suporte no qual suas notícias eram veiculadas ao público consumidor. Apesar de não termos acesso aos jornais em seu

[80] *O JAGUARIBE*, 31.08.1930, ANNO I, Nº 8, p.1,2,3.
[81] *O JAGUARIBE,* 24.10.1931, ANO II, Nº 68, p.1.
[82] *O JAGUARIBE*, 12.07.1938, ANNO VIII, Nº 414, p.2.

estado físico, é possível notarmos alguns aspectos ligados a imagens, cores e caráter das notícias. Nada disso é ao acaso, mas possuem um direcionamento específico, visando certos fins (LUCA, 2008). Isso envolve a própria leitura por parte de seus consumidores, portanto, deve-se atentar para essas questões aparentemente sem significado ou objetivos. Roger Chartier destaca o aspecto da materialidade ligada a leitura nos seguintes termos:

> [...] não há texto fora do suporte que o dá a ler (ou a ouvir), e sublinhar o fato de que não existe a compreensão de um texto, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele atinge o seu leitor. Daí a distinção necessária entre dois conjuntos de dispositivos: os que destacam estratégias textuais e intenções do autor, e os que resultam de decisões de editores ou de limitações impostas por oficinas impressoras (1998, p.17).

Até onde investiguei, apesar de o jornal *O Jaguaribe* não se situar no âmbito da grande imprensa, sendo um periódico do interior cearense, seu material possui algum grau de qualidade. Em 1930, é possível percebermos matérias bem divididas, textos bem escritos por importantes sujeitos da época, que possuíam elevado conhecimento intelectual. As imagens estão presentes de forma abundante no jornal *O Jaguaribe*, principalmente de sujeitos políticos os quais o periódico mencionava como importantes para a cidade, o estado e a nação, dentre eles, e mais especialmente, Getúlio Vargas, principalmente após a Revolução de 30. Ainda segundo Benedita Sipriano:

> No que diz respeito aos aspectos gráficos e à distribuição das matérias, os jornais cearenses, nas décadas de 1920 e 1930, não tinham ainda um trabalho de diagramação propriamente e nem a divisão por editoras ou seções. Assim, assuntos os mais diversos poderiam ser encontrados, lado a lado, na mesma página, como o noticiário internacional, ao lado de um incipiente colunismo social e uma diversidade de anúncios (sobretudo medicamentos) (2016, p.145).

De fato, nesse período, abundam os anúncios de medicamentos no jornal *O Jaguaribe*. Grande parte de suas matérias apelam aos valores cristãos, não podendo ser diferente, tendo em vista que "Os dirigentes d'O Jaguaribe são catholicos" [83] afirmando assim, sua ligação com a Igreja, cujo apoio era fundamental para sua manutenção: "Sem

[83] *O JAGUARIBE*, 05.08.1934, ANNO V, Nº 209, p.1.

o apoio da Religião, não há força para realizar grandes ideaes".[84] Cabe aqui uma breve discussão sobre a produção de sentido como parte do processo construtivo e constitutivo dos jornais. Os discursos não são construídos sem levarem em conta a necessidade de produzirem significados específicos, que influenciem, formem e intervenham na vida social e nas relações das mais diversas na sociedade para a qual são direcionados historicamente. Daí seguirem formas específicas e determinadas de construção e funcionamento, deixando claro a existência de mecanismos ligados às práticas de saberes que estão presentes em sua estrutura de poder (REVEL, 2005). Isso não significa que o discurso enquanto produto historicamente construído e datado, é estático, fixo no sentido de ser imutável. Muito pelo contrário, ele muda no decorrer do tempo, sendo necessário pensar suas condições de produção. Essa mutabilidade se deve ao próprio caráter das palavras e ao contexto em que elas são utilizadas: elas não possuem significados fixos, mas estão sempre mudando, são relativas, portanto, "[...] seus significados são dados a partir da posição ideológica de cada um, ou seja, da interpretação" (SILVA, V; SILVA, H. 2009, p.102). A estrutura discursiva do jornal *O Jaguaribe* não foi construído como que de forma desligada do real, mas, seus conteúdos foram selecionados, controlados, se utilizando de certos procedimentos característicos da fabricação dos impressos. Conforme salienta Michel Foucault:

> [...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos, que têm por função conjurar poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (1996, p.8,9).

A difusão das diversas notícias veiculadas pelo jornal *O Jaguaribe*, deve ser entendido como parte de determinadas e específicas práticas sociais, cujas manchetes informativas foram estruturadas de modo que fossem percebidas como necessárias para o público consumidor. Com isso, o objetivo está situado no nível do ideológico, modelando seus leitores, de modo que fossem capazes de ler em conformidade com o que o periódico pretendia estabelecer. Conforme Mariani (1999): "o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social repetidora de certa ideologia quanto, direta e indiretamente, se deixa atravessar pelas muitas vozes divergentes também constitutivas da história (1999, p.111)". Não existe uma homogeneidade em

[84] *O JAGUARIBE*, 12.02.1933, ANNO III, Nº 135, p.1

relação à produção do jornal *O Jaguaribe*, mas, várias vozes presentes em sua estrutura material.

Não podemos pensar o jornal *O Jaguaribe* como um produto imparcial, que comunicou a realidade sem resquício algum de parcialidade, ou de influências provindas de outros setores da sociedade, como se seus elaboradores estivessem alienados da própria realidade social, política e cultural em que estavam inseridos em Aracati, mas, como um aparelho que se apropriou de específicos e determinados acontecimentos, impondo-os de acordo com o que interpretaram. Esse tipo de atividade busca legitimar certo padrão de representação.

À primeira vista, a aspiração por criar um periódico da estrutura do jornal *O Jaguaribe* não era por ausência de impressos em Aracati. De fato, na época circulava o jornal *A Região* (1930) e *A Reforma* (1929). João Freire de Andrade é apresentado como um sujeito que tinha em mente a necessidade de um jornal que não se envolvesse tão somente na defesa de certos sujeitos inseridos na política da cidade e do estado, como o faziam outros periódicos na época, mas, em envolver-se ativamente na vida social de seus conterrâneos, lidando com os problemas sociais existentes e, que afetavam profundamente a vida cotidiana dos aracatienses, não sendo um simples instrumento político que expunha os diversos cenários de crise, mas, buscando combate-los e engajar-se nas lutas políticas através do jornal *O Jaguaribe*.

> A razão de nosso aparecimento não foi, porém, meramente, político. A bandeira que então desfraldamos não era o anúncio exclusivista de um interesse político. Não nos arvoraremos em jornalistas tendo por alvos somente a defesa de nossas convicções políticas, com o endeusamento das figuras que encarnavam ou representavam o programa de nossa política partidária ou não. Outra intenção, e essa bem mais valiosa, convidava-nos a responsabilidade material e intelectual de um jornal. Era ela um interesse patriótico em fazer de nosso órgão de imprensa, um veículo de propaganda das causas nossas, e de nossa zona, defendendo-as, nos momentos oportunos, à medida de nossas responsabilidades.[85]

A negação de fazer política consiste em agir politicamente. O ideal de imparcialidade está claro na manchete acima, consistindo na busca por aparecer desvinculado de todo e qualquer conjunto de relações político-partidárias, identificando-se com os aracatienses que não faziam parte da elite política. Esse procedimento discursivo e ideológico está relacionado ao comportamento político de seus

[85] *O JAGUARIBE*, 12.07.1941, ANNO XI, Nº 571, p.3.

elaboradores no processo de construção das matérias, pensando o seu público como uma comunidade homogênea, determinada, imutável, cujas necessidades cotidianas apontavam para a precisão de um instrumento que os favorecessem.

Após a Revolução de 1930, o jornal *O Jaguaribe* torna-se um porta voz dos grupos políticos que participaram da tomada de poder por Getúlio Vargas. É notório o apoio a Aliança Liberal,[86] ao grupo tenentista (em especial a Juarez Távora) [87] e a Vargas[88]. Fazendo uso do passado do país, utilizando-o para defender. Cria-se que a Revolução de 30 havia jogado "[...] por terra toda uma camarilha de oligarcas sem patriotismo".[89]

Além dos problemas enfrentados a nível nacional e regional, os aracatienses estavam experimentando um período de efervescência política local em 1930, com a chegada das eleições municipais para o biênio de 1930-1932. Esse contexto nos permite perceber certas relações que o jornal *O Jaguaribe* mantinha com alguns partidos políticos, especialmente o *Partido Conservador*. Em agosto de 1930, assim lemos no jornal *O Jaguaribe*: "Nestes breves dias será lançada, pelo Partido Conservador local, a candidatura do futuro Prefeito Municipal. Será mais uma vitória a conquistarmos. A postos correligionários!".[90] Na ocasião, Major Bruno Figueiredo era o nome recomendado pelo *Partido Conservador*, apoiado pelo jornal *O Jaguaribe*.

Após uma reunião na residência do Coronel Alexandre Mattos Costa Lima, decidiram não mais lançar Major Bruno Porto Figueiredo a candidato para prefeito de Aracati,[91] o que gerou certo desafino político e uma incompreensão, tendo em vista que sua candidatura foi anunciada no jornal *O Jaguaribe* semanas antes. Ao que parece, existia um acordo político entre o Partido Conservador e o Partido Democrata, contendo a indicação de outro nome para a campanha eleitoral, a saber, Francisco Saboya Barbosa. Ao saber disso, Bruno Porto acatou a decisão, concedendo o seu apoio ao candidato indicado em reunião.[92]

A afirmação de que o jornal *O Jaguaribe* consistia em um instrumento imparcial no que tange a realidade, um "JORNAL POLÍTICO, NÃO DE PARTIDOS",[93] é

[86] *O JAGUARIBE*, 19.10.1930, ANNO I, Nº 15, p.1,2,3.
[87] *O JAGUARIBE*, 12.10.1930, ANNO I, Nº 14, p.1.
[88] *O JAGUARIBE*, 09.11.1930, ANNO I, Nº 18, p.1.
[89] *O JAGUARIBE*, 24.10.1931, ANO II, Nº 68, p.2.
[90] *O JAGUARIBE*, 03.08.1930, ANNO I, Nº 4, p.5.
[91] O JAGUARIBE, 24.08.1930, ANNO I, Nº 3, p.2.
[92] *O JAGUARIBE*, 31.08.1930, ANNO I, Nº 8, p.1-4.
[93] *O JAGUARIBE*, 12.07.1953, ANO XXIV, Nº 1.191, p.1.

contraposta por manchetes que fazem alusão a partidos e sujeitos da política local. A imprensa não lida com o social de forma isolada, dissociada das experiências reais no tempo histórico, muito pelo contrário, o que existem são relações de poder presentes na própria estrutura material dos periódicos.

A inserção dos dirigentes do jornal *O Jaguaribe* na política foi marcado por um olhar de proximidade aos fatos que cercavam a população de Aracati. É relatado no próprio jornal, atitudes de humanidade e sensibilidade. Em 1938, problemas como a fome e febre, estavam assolando parte do povo pobre, que viviam à margem, sem a ajuda do governo para a resolução desses problemas sociais.

> No intuito de trazermos nossos leitores melhor informados estivemos pessoalmente visitando dentro de suas miseráveis choupanas uma parte dos impaludados de nossa zona. Assim o fazendo, quizemos também nos inteirar mais diretamente da situação. Confrageu-nos, portanto e dolorosamente, o espetáculo que presenciamos e sentimos com verdadeira dôr. Efetivamente, não é sómente a febre palustre, com complicações ainda não definidas, que está matando o nosso povo. A fome também está dentro daquéles casebres miseráveis que visitamos. E o número de suas vitimas talvez seja duas vezes maior do que vitimados pela doença. Não por exagêro em nossa firmação. Não nos interessa dar côr diferente a realidade horrível que somos testemunhas. Os poderes públicos, ultimamente estão interessados na debelação do mal. Mas, francamente as providencias foram tomadas tardes demais. Os responsáveis pela cousa pública, entretanto, não estiveram pela evidencia, e daí as consequencias horríveis que estamos vivendo.[94]

Com esse tipo de manchete jornalística, o jornal *O Jaguaribe* buscou comunicar a realidade dos fatos, apelando para a emoção de seus ouvintes, a fim de que houvesse certo engajamento social e político, a fim de mudar o triste quadro pintado pelo periódico, legitimando a militância de seus elaboradores. Podemos notar, assim, que a notícia não é "espelho da realidade", mas, um tipo de mercadoria a ser vendida, sendo transformada, ao ponto de ser apropriada por seu público. Conforme salienta Marcondes Filho (1989): "Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo" (p.13).

[94] *O JAGUARIBE*, 12.07.1938, ANO VIII, Nº 414, p.2

A manutenção de um jornal no interior não era tarefa fácil. Grande parte da população em Aracati não sabia ler.[95] Seu custeio envolvia sérias dificuldades financeiras, tendo em vista a carestia do material para impressão e o número reduzido de leitores. Apesar disso, o jornal *O Jaguaribe* se dizia um instrumento para o progresso e instrução, "AUXILIAR o jornal da sua terra é um dever de patriotismo, porque a imprensa é a transmissora do progresso e, além disso, todo jornal, por pequeno que seja, é uma potência em favor da instrução".[96]

Com isso, era necessário o recebimento de fundos para a produção material do jornal *O Jaguaribe*. Além da ajuda financeira provinda de João Porto Caminha e outros colaboradores,[97] a principal forma de angariar dinheiro era através de assinaturas.[98] No final de dezembro de 1932, João Freire de Andrade solicita aos assinantes que não atrasassem as assinaturas. Aos demais colaboradores, pediu que alcançassem mais assinantes, a fim de continuar na labuta jornalística.[99]

Além da complicação relacionada à manutenção material, outro problema rondava a permanência do jornal *O Jaguaribe*. Em 1933, alguns dos dirigentes do periódico se dirigiram a Delegacia de Polícia, por um chamado do delegado João Gurgel Barbosa, para alguns esclarecimentos. Leiamos:

> Aprouve ao elevado critério policial do Snr. Delegado de Polícia, chamar-nos a sua régia presença. Se de tão alto partia a intimação, a nós obscuros escrevinhadores de obscura gazeta matuta, cumpria só e somente prestar-lhe a vassalagem da nossa obediência. E a tarefa obrigatória coube aos nossos companheiros Júlio Caminha Freire e Jaire Freire de Andrade, aos quais scientificou o Snr. Delegado que o

[95] O número reduzido de leitores do jornal O Jaguaribe levanta a seguinte questão: se à população pobre não era capaz de concretizar a leitura do periódico, significa também que não possuíam condições para adquiri-lo. Assim sendo, percebe-se claramente que o destino do jornal O Jaguaribe se restringia a elite da época, aptos a lerem e com condições financeiras para assinar um jornal por longo tempo.
O JAGUARIBE, 12.07.1950, ANO X, Nº 1.037, p.8.
[96] *O JAGUARIBE*, 12.07.1946, ANO XVI, Nº 829, p.1.
[97] Não há como sabermos até quando João Porto Caminha e os demais colaboradores contribuíram financeiramente. No decorrer de suas edições, há constantes reclamações por conta do pouco apoio recebido pelos dirigentes do jornal *O Jaguaribe*. Todavia, é bastante provável que o apoio que provinha de João Porto Caminha tenha sido constante, especialmente após sua chegada a Prefeitura Municipal de Aracati.
[98] O acesso ao jornal *O Jaguaribe* se dava mediante assinaturas, com preços específicos e determinados. Existiam três tipos de assinaturas: anuais, que custavam 15$000; semestrais, custando 8$000; e avulso, $200. Existia ainda um espaço chamado "A Pedidos", que deveriam ser pagos com antecedência. Já em 1931, há um aumento na assinatura do tipo avulso: passa-se de $200 para $300. Os atrasos não eram incomuns, sendo um dos principais problemas enfrentados pela gerência do periódico, o que significa que o dinheiro provindo das assinaturas não era suficiente para sua manutenção material (*O JAGUARIBE*, 03.05.1931, ANNO I, Nº 43, p.3).
[99] *O JAGUARIBE*, 25.12.1932, ANNO II, Nº 105, p.3.

> nosso jornal havia delinquido, fazendo referências á administração do Snr. Prefeito, a quem, aliás, o Snr. Delegado presta incondicionalidade de seus serviços carnaubeiristas... Todavia, ahi está a nossa edição incriminada e das referencias á administração prefeitural, nenhuma intelligencia descobrirá offensas á dignidade de qualquer administrador, a não ser o Prefeito de Aracaty que, parece, se presume intangível e isento de pecados, dublé mulher de César.[100]

Ao que parece, alguns grupos políticos em Aracati estavam pressionando os gerentes do jornal *O Jaguaribe* a não publicarem certas matérias contendo críticas à administração municipal, que julgavam serem crimes contra o Prefeito, ocasionando à ida de alguns dos dirigentes do periódico a delegacia para apresentar alguma explicação. Não era incomum a existência de censura aos jornais no interior, decorrentes de atritos políticos entre os diversos sujeitos que faziam parte das tramas do poder político (NOBRE, 1974).

No final das contas, mesmo após os esclarecimentos prestados pelos dirigentes do jornal *O Jaguaribe*, o delegado impediu a publicação das matérias consideradas impróprias para uma manchete pública.[101] Segundo a matéria publicada no próprio periódico, o delegado João Gurgel Barbosa favoreceu o então prefeito da época, Edson Correia. A partir desse fato, percebe-se claramente a existência de conflitos políticos a nível local, o que significa um conjunto de mecanismos ligados ao trabalho da imprensa.

Além dos obstáculos econômicos, sociais e ideológicos da censura, em 27 de novembro de 1937, João Freire de Andrade acabou falecendo, provocando grande comoção na família Freire e em Aracati.[102] Esse episódio suscitou uma grande preocupação em relação à continuidade dos trabalhos de produção do jornal *O Jaguaribe*. De fato, sua ausência foi de grande impacto para a continuidade dos trabalhos do jornal *O Jaguaribe*, sentidos no decorrer do tempo.[103] Contudo, "não perdeu sua existência graças aos esforções de José e Júlio Freire",[104] além de Jorge

[100] *O JAGUARIBE*, 29.01.1933, ANNO III, Nº 133, p.1.
[101] Talvez por conta do estorvo da delegacia de polícia à publicação que seria feita por meio do jornal O Jaguaribe, não há como sabermos ao certo que críticas foram feitas ao prefeito municipal de Aracati.
[102] Não sabemos ao certo a causa da morte de João Freire de Andrade. Tendo em vista sua frágil saúde, é provável que o mesmo tenha falecido por conta de alguma doença
[103] *O JAGUARIBE*, 12.07.1956, ANO XXVI, Nº 1.346, p.1.
[104] *O JAGUARIBE*, 28.08.1949, ANO XX, Nº 992, p.1.

Freire, membros da família Freire e Caminha[105], que permaneceram no trabalho de produção do jornal *O Jaguaribe*.[106]

Em suma, o jornal *O Jaguaribe* continuou circulando em Aracati até 1960, produto de seu tempo, consequência do trabalho de vários sujeitos que estiveram envolvidos profundamente com a realidade da época. Seu papel exercido na imprensa local foi expressivo, em grande parte para a elite política, tendo em vista que seus criadores e mantenedores eram participes de grupos de elevado *status* social.

[105] José Freire de Andrade assumiu a diretoria comercial, Jorge Freire de Andrade tornou-se redator chefe e Júlio Caminha Freire, o gerente (LIMA, 1979).

[106] Júlio Freire acabou falecendo em abril de 1950, aos 43 anos. Colaborou intensamente para a continuidade dos trabalhos do jornal *O Jaguaribe*. Era Chefe do Escritório da Agência Lloyd Brasileiro. Sujeito estimado nos círculos sociais, políticos e esportivos de Aracati, Júlio Freire era conhecida por ser solidário, inteligente, tranquilo e amigável em suas relações no trabalho e na rua. Por outro lado, se envolvia bastante em porfias políticas e discussões esportivas. Manteve uma relação pessoal profunda com seu primo João Porto Caminha. Era casado com Georgiana Gurgel Freire, deixando seis filhos menores. Posteriormente, Leonardo Freire o substituiu na gerência do jornal *O Jaguaribe.*

CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO DO GUIA DIDÁTICO PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA LOCAL A PARTIR DO JORNAL *O JAGUARIBE*

A partir das discussões que apresentei ao longo deste trabalho, laborei na preparação de um produto didático que considerasse o jornal como fonte histórica em seus variados aspectos materiais e ideológicos, objetivando possibilitar uma abordagem crítica e investigativa do jornal *O Jaguaribe* no cotidiano escolar pelos docentes e discentes interessados em utilizá-lo para a formulação do conhecimento histórico e aprendizagem. Trata-se, portanto, de um caminho interessante e instigante para o ensino, percebendo os educandos como seres capazes de pensar a si e seu mundo.

A temática dos usos da fonte histórica no ensino de história local norteou a dimensão do produto aqui construído. Ciente das potencialidades do jornal *O Jaguaribe* para o entendimento de processos históricos a nível micro, penso que o presente Guia Didático possa contribuir para educadores e estudantes refletirem a respeito de assuntos atrelados ao cotidiano, fortalecimento das identidades e à inteligibilidade da própria estrutura social na qual estão inseridos.

A partir da análise do caráter local do jornal *O Jaguaribe*, os alunos serão capazes de dialogar com a história, participando da construção de narrativas que esclareçam sua própria historicidade. Como assinalado por Jörn Rüsen:

> A consciência histórica vem à tona ao contar narrativas, isto é, histórias, que são uma forma coerente de comunicação, pois se referem à identidade histórica de ambos: comunicador e receptor. As narrativas, ou seja, histórias contadas aqui são produtos da mente humana; com sua ajuda as pessoas envolvidas localizam-se no tempo de um modo aceitável para si mesmas (2007, p.80).

Assim sendo, tornar a história local significativa perpassa a habilidade de construir determinadas e específicas narrativas, de maneira a orientar o processo de consciência histórica como parte da reflexão humana. Atribuir sentido ao complexo contexto de ações humanas no tempo e espaço é parte do processo de experiência diária. Desta forma, a compreensão do que seja o local, muda significativamente, sendo construção social, ao invés de elemento imutável, homogêneo. Assim, os alunos poderão concluir que suas experiências são históricas, partes de todo um processo histórico entendido em suas dimensões estruturais. Nesse sentido, “a pedagogia e o

currículo deveriam ser capazes de oferecer oportunidades para que as crianças e as/os jovens desenvolvessem capacidades de crítica e questionamento dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença" (SILVA, 2000, p.92).

O Ensino de História pode ser um agente potencializador para o entendimento das experiências cotidianas locais, conectando os sujeitos ao movimento da vida real, deixando claro que viver está vinculado ao próprio tempo histórico. Desenvolver um produto que não perca de vista elementos de caráter teórico e prático é um desafio, pois, é imprescindível que ensinar história seja uma prática que provoque e direcione os educandos a um profundo interesse pela ciência histórica e sua utilidade para a vida. Essa responsabilidade deve ser assumida por docentes que busquem construir um mundo melhor, mais justo e democrático, como aponta Hannah Arendt:

> A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las os seus próprios recursos e, tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (1992, p.247).

Nesse sentido, a formação histórica torna-se um ponto importante a ser alcançado por intermédio de experiências didáticas significativas no domínio das aulas de história, de modo a produzir reflexões maduras e sólidas sobre a sociedade e suas dinâmicas, atentando às mudanças e permanências características do tempo histórico. Desse modo, explorar o jornal *O Jaguaribe* consiste em descobrir novas possibilidades de aprender a relacionar-se com o tempo e o espaço de uma perspectiva histórica local. Habilitar os estudantes a analisar o mundo e sua estrutura é fundamental.

> Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional e nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica (BRASIL, 2017, p.570).

Com isso, é necessário entender que o jornal *O Jaguaribe* não deve ser trabalhado como uma fonte cujo conteúdo contém o fato histórico total, absoluto e imutável, mas perceber que o próprio fato histórico decorre de uma construção social e cultural, devendo ser lido criticamente. Nessa direção, Carneiro (2017, p.89) afirma:

> [...] é necessário, para um ensino de História verdadeiramente emancipador e significativo, atingir um meio-termo, ao mesmo tempo trabalhando para desarticular armadilhas do senso comum, que o aluno possa trazer em razão de sua própria formação pessoal, fora da escola ou de ambientes educacionais mais sujeitos a preconceitos e visões superficiais. É preciso ter o cuidado para não introduzir a história como um conjunto impositivo de fatos instantâneos. Fatos são estruturas importantes, mas devem ser lidos no todo.

Confrontar a fonte jornalística compreende lidar com sua historicidade, inquirindo sobre suas configurações. Por conseguinte, utilizar o conjunto de ferramentas que a ciência histórica disponibiliza é fundamental para uma investigação bem estruturada.

O diálogo com o jornal *O Jaguaribe* pode mobilizar a imaginação dos estudantes, permitindo um entendimento mais claro a respeito do processo de delineamento da história enquanto disciplina científica. Conduzir discussões sólidas e maduras em sala de aula requer reflexões que tratem o conhecimento histórico como basilar para proporcionar sentido e significância ao cotidiano dos educandos (RÜSEN, 2010). A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017, p.401) aponta que:

> [...] uma forma de indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor interpretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Enfim, trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive.

Desse modo, penso ser uma alternativa interessante inserir o jornal *O Jaguaribe* nas aulas de história, tratando tal empreendimento como uma tentativa de superar certa estrutura didática estabelecida historicamente nos currículos das escolas brasileiras. Assim, promover a participação ativa dos alunos na análise série e metodologicamente orientada das fontes históricas é um trabalho que deve ser parte efetiva dos currículos escolares no âmbito da aprendizagem histórica.

O desenvolvimento do presente produto ponderou sobre a necessidade de incorporar novas práticas de pesquisa histórica nas escolas, direcionando professores e estudantes no entendimento de que a história é relevante para a compreensão do mundo. No prefácio de sua importante obra, intitulada *Boemia Literária e a Revolução*: *o submundo das letras no Antigo Regime*, Robert Darnton afirmou que:

> [...] reconstruir mundos é uma das tarefas principais do historiador, e ele não a empreende pelo estranho impulso de escarafunchar arquivos e farejar papel embolorado – mas para conversar com os mortos. Fazendo perguntas aos documentos e prestando atenção às respostas, pode-se ter o privilégio de auscultar almas mortas e avaliar as sociedades por ela habitadas. Se rompermos todo o contato com mundos perdidos, estaremos condenados a um presente bidimensional e limitado pelo tempo; achataremos nosso próprio mundo (1987, p.7).

A experiência de reconstruir mundos é possível através de processo investigativo com base em fontes históricas. Ampliar o leque de possibilidades para a elaboração de hipóteses, a verificação e debate a respeito de variadas intepretações é parte da estrutura epistemológica e do instrumental da História. Dessa maneira, visualizar a História como um meio de permitir a orientação existencial é fundamental. O esforço para sensibilizar os educandos no entendimento de que os processos educacionais envolvendo a História são cruciais.

Não tencionei explorar todas as possibilidades de emprego do jornal *O Jaguaribe*, mas gerenciar algumas atividades específicas, de maneira a inserir os estudantes e professores na operacionalização do conhecimento histórico em seu processo de construção teórica e metodológica, enfatizando a história local como elemento importante para o ensino, visando formar discentes aptos a ler o mundo de uma perspectiva crítica e significativa.

Estruturado em três capítulos, o presente produto Guia Didático é direcionado aos professores e estudantes do Ensino Médio.[107] Cada capítulo consiste em uma aula, cujo objetivo principal consiste em possibilitar a imersão dos discentes e docentes na historicidade do local como elemento importante para a compreensão do mundo.[108]

Cada aula está organizada em oito partes, a saber: para refletir, entendendo a fonte, fonte histórica, contextualização, glossário, material para consulta, atividades e sequência didática. Explicarei brevemente a respeito de cada um desses elementos.

A seção *Para Refletir* busca inicialmente lançar alguns questionamentos a respeito do que será tratado no restante do material. Intenciona auxiliar os professores a trabalhar com os conhecimentos prévios dos estudantes, o que é importante, pois

[107] Apesar de seu direcionamento para o Ensino Médio, é possível utilizar o presente Guia Didático para o Ensino Fundamental, com as devidas adaptações.
[108] O Guia Didático proposto foi inspirado na estrutura do *Guia Didático de História do Rio Grande do Norte*, organizado pelos professores Carmen Alveal, Lívia Barbosa e o professor Bruno Balbino Aires da Costa.

perceber o estudante como sujeito ativo e pensante é basilar para um ensino que vise formar cidadãos.

Entendendo a fonte parte da ideia de que conhecer a fonte histórica trabalhada é fundamental. De nada adianta introduzir uma série de documentos na sala de aula sem conhecer do que se trata. É a partir dessa seção que o aluno entenderá a importância de problematizar a fonte histórica, a fim de apreender seu caráter histórico, seu lugar de produção.

A seção *Fonte Histórica* traz trechos ou partes completas de documentos a ser empregados. O estudante terá acesso aos vestígios, restos produzidos por sociedades no passado, obtendo contato com a matéria prima do historiador. Logo em seguida, tem-se o momento da *Contextualização*, fundamental para a inteligibilidade do tema a ser tratado em aula. A fonte histórica não comunica a história absoluta, homogênea e única. É necessário interpretar, dialogar.

O *Glossário* é outra parte interessante. As fontes históricas devem ser pensadas em seu contexto de produção. Dessa forma, muitos termos ou palavras escritas no século XX, por exemplo, são diferentes da grafia atual. Com isso, o professor pode pensar em conjunto com os alunos a respeito de certos aspectos que abarcam rupturas e permanências no tempo histórico, abordando a maneira como os sujeitos da época vivenciavam e entendiam o mundo.

Com o *Material para Consulta*, será disponibilizado uma série de referências para pesquisa do tema estudado, como livros e artigos, possibilitando aos estudantes e professores base para a construção de trabalhos e contextualização. Por fim, as *Atividades* e *Sequência Didática*, consistindo em partes mais práticas, cujos estudantes deverão aplicar os conhecimentos construídos no decorrer dos estudos.

Contendo três aulas, o que não significa ser exaustivo, o Guia Didático pode servir para possibilitar construir outras aulas com base em seu modelo. Assim, a primeira aula, intitulada *Em defesa dos praianos e matenses: o jornal O Jaguaribe e a emancipação de Icapuí* propõem a investigação e reflexão a respeito do processo inicial de emancipação da cidade icapuiense, enfatizando a questão local.

Escoadouro da miséria: a seca em Aracati na perspectiva local do jornal O Jaguaribe traz a lume a temática da seca na cidade aracatiense. Contudo, a questão regional é debatida, pois mais que um problema local, a seca é tratada no jornal *O Jaguaribe* como uma situação que abrangeu todo o Nordeste.

Em *O Brasil renovado: a Revolução de 1930 nas páginas do jornal O Jaguaribe* visa-se discutir em sala a interpretação do jornal aracatiense a respeito da chegada de Vargas ao poder em 1930, o que significa lidar com uma temática a nível nacional. A necessidade de tratar o local em diálogo com o regional e o nacional é fundamental para a compreensão do processo histórico em suas diversas dimensões, fazendo que os alunos entendam que sua história é importante, mas não pode ser entendida isoladamente.

Em suma, ao pensar no Ensino Médio e demais séries da educação básica como espaço para a concretização das aulas aqui estruturadas, julgo que será de grande relevância para a aprendizagem histórica, propiciando instrumentos para indagar sobre o passado, construir e discernir a dinâmica que permeia a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **História:** a arte de inventar o passado. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar:** as fronteiras da discórdia. 3.ed. São Paulo: Edições MMM, 2012.

ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANSELMO, Otacílio. **A Revolução de 30 no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1970.

BARBOSA, Marialva Carlos. Escola dos anais. In: CITELLI, Adilson; BERGER, Christa; BACCEGA, Maria Aparecida; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). **Dicionário de comunicação**: escolas, teorias e autores. São Paulo: Contexto, 2014, p. 192-200.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**, Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2007.

BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto; LIMA, Jorge Luiz Ferreira. História, imprensa e redes de comunicação. **História & Perspectivas**, Uberlândia. Vol. 39. p.37-57. Jul/dez, 2008.

BARCA, Isabel. **Marcos de consciência histórica de jovens portugueses**. Currículo sem fronteiras, v. 7, n. 1, p. 115-126, jan./jun. 2007.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BARROS, José D'Assunção. **História, região e espacialidade**. Revista de História Regional 10(1): 95-129, Verão, 2005.

BARROS, José D'Assunção. **Sobre o uso dos jornais como fontes históricas** – uma síntese metodológica. Revista Portuguesa de História.

BEZERRA, H. G. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, L. (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar** (1810-1910). - Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BLOCH, March. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a base**. Brasília, MEC, 2017.

CABRINI, Conceição et al. **Ensino de História**: revisão urgente. São Paulo: EDUC, 2000.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Fontes históricas na sala de aula**: uma possibilidade de produção do conhecimento histórico escolar?

CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? In: OLIVEIRA, Maria Margarida. **História**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO; C.H; ARAÚJO; J.C; NETO, W.G. Discutindo a história da educação; a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). In: **Novos temas em história da educação brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. / José Carlos Araújo e Décio Gatti Júnior (orgs.) - Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

CELINSKI, Giovana Montes; SKURA, Ivania. Mídia impressa, comunicação e história: breves considerações e aproximações. In: NAVARRO, Luciane Pereira da Silva (org.). **História da mídia e imprensa**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

CERRI, Luiz Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

CHESNEAUX. Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** São Paulo: Ática: 1995. Contexto, 2008.

CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

CRUZ, Gustavo Augusto da Silva. **A queda da Bastilha**: a Revolução de 1930 no jornal *O Jaguaribe* (Monografia). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mossoró, 2018.

CUNHA, André Victor C. Seal. **Movimento do ensino de história no pós-1980:** uma análise à luz da teoria da transposição didática. Departamento de História da UERN, 2011.

DAVIS, Nicholas. As camadas populares nos livros de história do Brasil. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1992. p. 93-104.

ESPIG, M.J. **O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico**: o caso do Contestado. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. XXIV, n.2, p.269-289, dez.1998.

FAGUNDES, José Evangelista. **A história local e seu lugar na história**: histórias ensinadas em Ceará-Mirim. Julho de 2006. Natal- RN. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

FALCÃO, Marcílio Lima. **Páginas Redentoras**: o jornal O Mossoroense e as devoções religiosas do cangaceiro Jararaca nos anos 1970. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática do ensino de história**: Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

FONTOURA, Antonio. **Teoria da história**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 1ª ed. São Paulo: Global, 2012.

GABRIEL, Carmem Teresa. **O processo de Produção dos Saberes Escolares no âmbito da Disciplina de História: Tensões e Perspectivas**. In: XIII Encontro

Nacional de Didática e Prática de Ensino - ENDIPE, 2006, Recife. XIII ENDIPE, 2006. v. 1.

GERRTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força** – história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução histórica cearense**. Fortaleza: BNB. ETENE, 1985.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. 4ª ed. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984.

GONÇALVES, Adelaide. Demolindo a Sociedade Burguesa: Intelectuais e Imprensa Libertária no Ceará. **Trajetos.** Revista de História UFC. Fortaleza, vol. 2, nº 4, 2003.

GONTIJO, Rebeca. Cultura histórica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (orgs.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

GUIMARÃES, Selva. O estudo da historiografia local e construção de identidades. In: **Didática e Prática de Ensino de História.** 13 ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOFLING, Maria Arlete Zülzke. **As páginas de História**. Cadernos CEDES, Campinas, vol. 23, nº 60/2003. Disponível em: <http:// https://www.scielo.br/j/ccedes/a/49q8zKMWYqdRFXVWyFzNC9M/?lang=pt#ModalDownloads>. Acesso em: 01/03/2022.

JULIA, Domique. **A cultura escolar como objeto histórico**. In: Revista Brasileira de História da Educação. nº1 Jan./Jun. 2001.

KNAUSS, P. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, S. M. L. **Repensando o ensino de história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto & Ed. PUC-Rio, 2006.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **A imprensa como fonte**: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. Revista de História Bilros. Fortaleza, v.4, n.6, p.11-29, jan-jun. 2016.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História:** novos problemas. Rio de Janeiro: F. Alves, 1974.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o munícipio e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 7.ed., 2012.

LIMA, Abelardo Costa. **Terra Aracatiense**. Biblioteca de História do Ceará, 1979.

LIMA, Cláudio Ferreira. **A Construção do Ceará**: temas de história econômica. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008.

LIMA, Rafaela Gomes. **Os tipos em Fortaleza**: uma pequena história da impressão cearense no século XIX. Oficina do historiador. EPHIS/PUCRS. Porto Alegre. Vol. 27, p.1620-1633, 29.05.2014.

LINS, L.F.T.S. **To sell a product or to sell an idea**: A propaganda oficial do Brasil nos Estados Unidos da América 1930-1945. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. 318 p.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUSTOSA, Isabel. **O Nascimento da Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia** – Jornalismo como produção social de segunda natureza. São Paulo: Ática, 1989.

MARIANI, Bethânea Sampaio Correa. Sobre o percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristian Leandro (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Rio de Janeiro: Sagra Luzzatto, 1999.

MARTINS, A. L. & DE LUCA, T. R. (Org.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil.** 2 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2013.

MARTINS, Cristiane Pereira; OLIVEIRA, Marcia Ramos de; MOREIRA, Igor Lemos; MUCELIN, Patrícia Carla (Org.). **História e tecnologia**: diálogos em pesquisa e ensino. Florianópolis, SC: Editora UDESC, 2017.

MATTELART, Armand. **A globalização da comunicação**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa. **História local**: contribuições para pensar, fazer e ensinar. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

MONTENEGRO, Abelardo. **Júlio de Mattos Ibiapina**: um pioneiro da sociologia regional no Ceará. Fortaleza: Casa de José de Alencar (UFC), 2002.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Padre Mororó**: a revolução impressa. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

MOREL, Marco. Primórdios da imprensa no Brasil. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal**: da forma ao sentido. 2. ed. Brasília: UnB, 2002.

NETO, Cicinato Ferreira. **Estudos de história Jaguaribana**: documentos, notas e ensaios diversos para a história do baixo e médio Jaguaribe. Fortaleza: Premius, 2003.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Pequenos mundos em colchas de retalho. In: LEAL, Maria das Graças de Andrade; FARIAS, Sara Oliveira (orgs.). **História regional e local III**: reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e do ensino. Salvador: EDUNEB, 2015.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: SOUZA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 2ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

NEVES, Joana. **História local e construção da identidade social**. In: Saeculum: Revista de História. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. nº. 3, Jan/Dez 1997. p. 13-27.

NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B.C (orgs.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 9-15.

NOBRE, G.S. **Introdução à História do Jornalismo Cearense**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974.

NUNES, C.; CARVALHO, M.M.C. **Historiografia da educação e fontes**. Cadernos ANPED, Porto Alegre, n. 5, 1993. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/caderno-anped-no.5-set.1993.pdf. Acesso em: 26.fev.2022.

OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de. **A imprensa no Ceará**. Revista do Instituto do Ceará. T. 2, 1907.

OLIVEIRA, Margarida Dias de. **História**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. Coleção Explorando o Ensino, v.21.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **A relação entre a história e a imprensa:** breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). Revista História. v.2, n.3 – Dossiê História e Imprensa, 2011, p.125-142.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. São Paulo: Pontes, 2005.

PAIM, Elison Antonio; PICOLLI, Vanessa. Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios. In: **História e Ensino**, v. 13. Londrina: set. 2017, p. 107 – 126.

PANDOLFI, Dulce. Os anos de 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo do nacional estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PAVANI, Cecília. **Jornal:** (in)formação e ação. Papirus, 2002.

PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. **A imprensa dos trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920**. Florianópolis, 2001. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. 559 p.

PINHEIRO, Lidiane Santos Lima. **A construção do acontecimento histórico**: o discurso do Estado de São Paulo sobre a Guerra de Canudos. Salvador: EDUFBA, 2015.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma História Prazerosa e Consequente. In. **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. (Org) Leandro Karnal – 6. Ed., 1ª Reimpressão – São Paulo: Contexto, 2010.

PRADO, Maria Ligia. Defesa do ensino de História nas escolas. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos combates pela história**: desafios e ensino. São Paulo: Contexto, 2021.

QUEIROZ, Rachel. Demócrito Rocha (Prefácio). In: CAMPOS, Moreira; MONTENEGRO, João Alfre, do de Sousa. **Demócrito Rocha, o poeta e o jornalista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1989.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge. DELAGDO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente**: da proclamação da República à Revolução de 1930. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

Ensino de História e suas práticas de pesquisa. 2. ed. [e-book]. São Leopoldo: Oikos, 2021.

RIOS, Kênia Sousa. A cidade cercada: festa e isolamento na seca de 1932. In: NEVES, Frederico de Castro. SOUZA, Simone (Org.). **Seca.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou da educação**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2003.

RÜSEN, Jörn. História viva. **Teoria da História III**: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história.** Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Braga. O TRABALHO HISTÓRICO NA SALA DE AULA. GARCIA. **HISTÓRIA & ENSINO**, Londrina, v. 9, p. 219-238, out. 2003.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Verbete “Indústria cultural”. In:

_____

SILVA, Marcos; GUIMARÃES, Selva. **Ensinar história no século XXI**: em busca do tempo entendido. 4ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

SIPRIANO, Benedita. **O jornalismo cearense nas décadas de 1920 e 1930**: as relações entre “informativo” e “opinativo”. Bilros, Fortaleza, v.4, n.7, p.138-154, jul.-dez.2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Simone de. Da “Revolução de 30” ao Estado Novo. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no Regime Militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

STUDART, Guilherme. **Datas e fatos para a história do Ceará**. Fortaleza: Tipografia Studart, 1924.

STUDART, Guilherme. **Notas para a história do Ceará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Universidade de São Paulo, 2011.

TREVISANI, Maria de Lourdes Longhini; MOREIRA, Ana Lúcia Olivo Rosas; GALUCH, Maria Terezinha Bellanda; SFORNI, Marta Sueli de Faria. Jornal na escola: da informação à opinião esclarecida. **Comunicação & Educação**, São Paulo, (12): 17 a 23, maio. /ago. 1988.

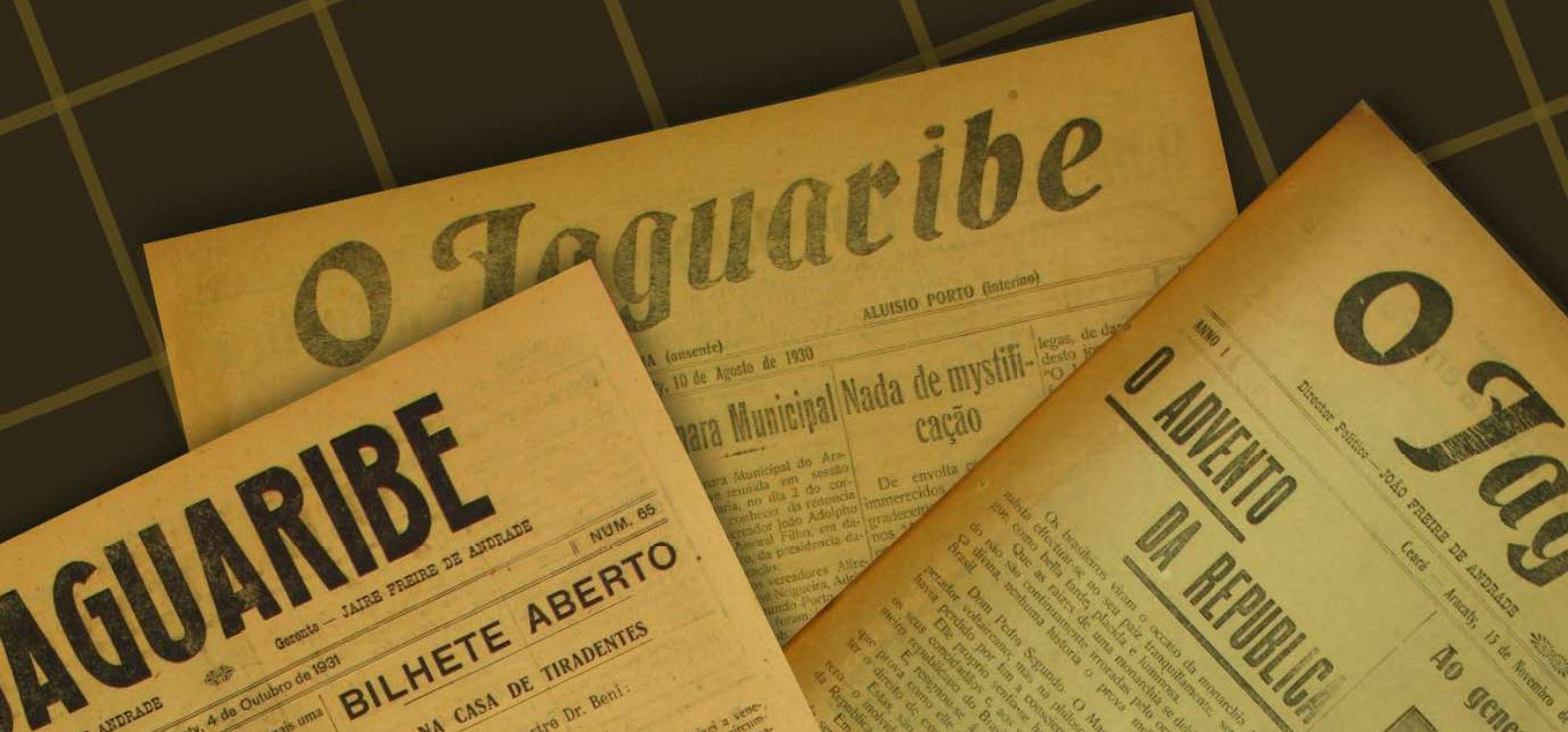
PROFHISTÓRIA

UERN
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

GUIA DIDÁTICO DE ENSINO

História Local nas páginas DO JORNAL O Jaguaribe

MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA-PROFHISTÓRIA
Mestrando: Gustavo Augusto da Silva Cruz
Orientador: Dr. Bruno Balbino Aires da Costa



HISTÓRIA LOCAL NAS PÁGINAS DO JORNAL *O JAGUARIBE*

APRESENTAÇÃO

Olá, caro professor (a) e educando (a), você tem em mãos um Guia Didático construído especificamente para o estudo da história local. Este material foi produzido a partir de minhas reflexões na pesquisa do Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PROFHISTÓRIA-UERN), cujo objetivo principal consistiu em investigar os usos didáticos do jornal O Jaguaribe para o estudo da história local em sala de aula.

O Jaguaribe

Director — JOÃO PORTO CAMINHA

ANNO I — Ceará—Aracaty, 12 de Julho de 1930 — N. 1

AS NOSSAS CREDENCIAES

DOUTOR MATOS PEIXOTO

O Trabalho e a Dôr

Jornal *"O Jaguaribe"*, 12 de julho de 1930.

Pensando nas dificuldades que muitos professores enfrentam para a abordagem da temática local, decidi tratar a fonte histórica jornalística como importante material para seu estudo. No presente produto, me limitei ao jornal O Jaguaribe, hebdomadário aracatiense produzido no século XX, atentando para seu caráter local, materialidade, tempo de circulação e fácil acesso.

Assim, acredito que o emprego desse Guia Didático permitirá a prática de um Ensino de História dinâmico, significativo, crítico, interdisciplinar e investigativo, capaz de engendrar a aprendizagem histórica de maneira prazerosa.

Espero que seja um material útil e interessante a todos! Grande abraço e bons estudos!

INDICE

- **Capítulo 1. Em defesa dos praianos e matenses: o jornal *O Jaguaribe* e a emancipação de Icapuí..... 115**
  - **Para refletir..... 115**
  - **Entendendo a fonte..... 116**
  - **Fonte histórica..... 117**
  - **Contextualização..... 121**
  - **Glossário..... 123**
  - **Material para consulta..... 124**
  - **Atividade..... 125**
  - **Sequência didática..... 126**
- **Capítulo 2. Escoadouro da miséria: a seca em Aracati na perspectiva local do jornal *O Jaguaribe*..... 128**
  - **Para refletir..... 128**
  - **Entendendo a fonte..... 129**
  - **Fonte histórica..... 129**
  - **Contextualização..... 133**
  - **Glossário..... 135**
  - **Material para consulta..... 136**
  - **Atividade..... 138**
  - **Sequência didática..... 139**
- **Capítulo 3. O Brasil renovado: a Revolução de 1930 nas páginas do jornal *O Jaguaribe*..... 141**
  - **Para refletir..... 141**
  - **Entendendo a fonte..... 142**
  - **Fonte histórica..... 143**
  - **Contextualização..... 145**
  - **Material para consulta..... 147**
  - **Atividade..... 148**
  - **Sequência didática..... 149**

Capítulo 1. Em defesa dos praianos e matenses: o jornal *O Jaguaribe* e a emancipação de Icapuí

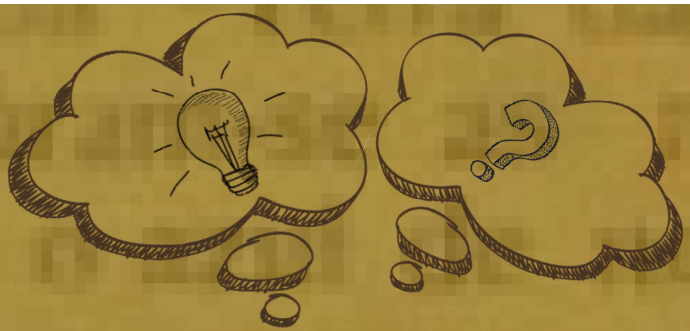
Para refletir:

Pessoas na orla da praia de Redonda.

Praia de Redonda, Centro Comunitário.

A emancipação política efetiva de Icapuí deu-se em janeiro de 1985. No entanto, não foi um acontecimento instantâneo, mas decorrente de profundas tensões políticas e sociais a nível local, envolvendo diversos sujeitos nas tramas do poder desde a década de 1930. A imprensa local aracatiense através do jornal *O Jaguaribe*, especificamente, veiculou algumas reportagens em referência ao engajamento de alguns indivíduos, tais como, o Deputado Estadual Ernesto Gurgel Valente na busca por construir um projeto político a fim de emancipar Icapuí. Ademais, a população icapuiense, aparentemente à margem de todo o processo político participou ativamente.

Dessa maneira, cabe perguntar: como o jornal *O Jaguaribe* interpretou o anseio das comunidades icapuienses por autonomia política? Qual o papel exercido pelo Deputado Ernesto Gurgel Valente no processo de emancipação? Como as narrativas do jornal *O Jaguaribe* expressa o contexto das agitações políticas e sociais existentes na época a respeito do processo emancipatório? Como a participação da população pobre de Icapuí é apresentada nas matérias do jornal *O Jaguaribe*? Qual a importância do jornal *O Jaguaribe* para o entendimento da história icapuiense?



Entendendo a fonte:

O jornal *O Jaguaribe* e as questões sociais e políticas na região do Baixo Jaguaribe

Em meados de 1930, período de grande efervescência política no Brasil, surge em Aracati o jornal *O Jaguaribe*, hebdomadário que afirmava entrar em cena objetivando defender os interesses políticos, sociais, econômicos e religiosos do Baixo Jaguaribe, especialmente a cidade de Aracati. A imprensa local jaguaribana caracterizou-se por sua dinâmica produtiva, espaço em que diversos jornais e revistas chegaram a circular diariamente. Entretanto, o tempo em curso de muitos desses impressos foi bastante breve, provavelmente devido às acirradas disputas políticas entre articuladores e as baixas condições econômicas de alguns grupos para sua manutenção material.

Idealizado por João Porto Caminha e João Freire de Andrade, ao longo de aproximadamente trinta anos o jornal *O Jaguaribe* exerceu um papel considerável no cenário da imprensa local jaguaribana, participando ativamente da vida cotidiana de seus leitores e ouvintes. Sua atuação sucedeu de maneira claramente política, atento aos acontecimentos no Brasil e no mundo. Assim, deve ser interpretado como uma ferramenta ideológica na busca por formar opiniões e influenciar comportamentos, selecionando os fatos a fim de apoiar certos interesses entrelaçados em sua construção e comunicação.

Fazendo uso de uma linguagem forte e, engajado cotidianamente no mundo da política local, os seus fabricadores estiveram inseridos no calor dos acontecimentos que o direcionaram a produzir específicas e determinadas reportagens. É interessante que apesar de anunciarem não endossar nenhum partido político, fica claro que seu desempenho jornalístico favoreceu grupos que auxiliaram a sustentação do jornal *O Jaguaribe*, tais como, os Caminha e a Igreja Católica. Esse fato é indicativo do jogo de interesses e de poder tão presentes na estruturação da imprensa.

Em se tratando de Icapuí, é somente a partir da década 1950 que é possível encontrar claramente notícias a seu respeito, cujas narrativas revelam tensões que marcavam um novo momento para a população icapuiense, a saber, o desejo e possibilidade de autonomia política. Pode parecer estranho um jornal produzido em Aracati se opor a elite política da cidade. Contudo, é característico do jornal *O*

Jaguaribe o engajamento político no que tange às questões de âmbito da população mais à margem da sociedade.

Nesse sentido, a fonte jornalística constitui importante material para o estudo da história. É sabido que nos últimos anos tem sido frequente a incorporação dos impressos nos diversos ambientes científicos, permitindo a elaboração de relevantes trabalhos para as ciências humanas e sociais.

A narrativa jornalística utiliza recursos característicos de sua materialidade para apresentar ideias, crenças e posicionamentos específicos de seus produtores, possibilitando ao estudioso a imersão histórica na época de sua construção. Funcionando como instrumento de representação sobre a sociedade, o jornal impresso permite compreendermos o universo social e cultural em que os leitores estão inseridos. Assim, de uma perspectiva do ensino de história, são muitas as possibilidades para a estruturação de atividades na esfera da sala de aula através do jornal. Nesse contexto reflexivo, o jornal *O Jaguaribe* pode ser refletido como uma fonte relevante para a aprendizagem histórica.

Fonte histórica

Fonte 01: MANCHETE

"MISTÉRIO – O deputado Ernesto Gurgel Valente anda um tanto apreensivo com um fato recentemente ocorrido na Assembleia Legislativa. Realmente, há alguns meses passados, foi apresentado, de acordo com os preceitos legais, o pedido de elevação a município do distrito de Icapuí, pertencente a Aracati. A documentação estava absolutamente em ordem e de acordo com o que nos informou o parlamentar da zona jaguaribana, este seria um dos poucos municípios novos legalmente constituídos, por que a verdade é que atende a todos os requisitos para conseguir a sua autonomia.

Pois bem. O processado teve tramitação normal, razão porque o deputado Ernesto Gurgel Valente esperava que nestes próximos dias o assunto fosse resolvido satisfatoriamente.

Mas, ocorreu o inesperado, se querem, aconteceu mistério. E tanto isso é verdade que por mais que procurasse noticia do processado, o deputado não conseguiu localiza-lo...

Já estava desanimado, reconhecendo, inclusive, a necessidade de instruir novo processo, quando recebeu a notícia desconcertante: pedido de autonomia de Icapuí se

encontrava, não nas gavetas das comissões técnicas, mas no cofre particular do Prefeito Abelardo Costa Lima...

Como aquela papelada foi parar em Aracati, é coisa que ninguém sabe. Mesmo porque ainda de acordo com o deputado Ernesto Gurgel Valente, o problema está envolto no mais profundo mistério... PRAIANOS, diante do exposto, podeis verificar em toda sua plenitude a ação maligna do Senhor Prefeito Municipal, que em hipótese alguma, deseja ver Icapuí elevada à condição de Cidade.

Ele agindo desta forma está, acima de tudo, obstando o progresso de Icapuí, consequentemente o dos seus habitantes, pois a autonomia desta zona lhe seria prejudicial politicamente falando. Como sempre o Senhor Prefeito coloca os seus interesses acima dos da coletividade."

Referência: **POLÍTICA EM PRETO E BRANCO**, *O Jaguaribe*, Ano XVIII, n. 1.431, p.1,4 Aracati, 9 de fev. de 1958.

Fonte 02: <u>NOTÍCIA</u>

A propósito do desaparecimento do projeto que cria o município de Icapuí, fato que foi, aliás, contestado pelo diretor de Secretaria da Assembleia Legislativa o Deputado Gurgel Valente prestou hoje novas declarações à nossa reportagem política. Disse-nos, inicialmente:

"O processo continua inexplicavelmente desaparecido". O secretário da Assembleia alega que o mesmo se encontra com o deputado relator. Mas na verdade tal declaração não passa de cortina para encobrir o crime praticado, isto é, o desaparecimento de um processo dessa natureza que envolve a liberdade de 10.000 cearenses residentes naquela região relegados a uma vida de fome e abandono e de miséria. E prosseguiu:

"Aliás, a Secretaria da Assembleia teria feito muito melhor se tivesse ficado calada". Na verdade não tendo nenhuma culpa nem nada a ver com o desaparecimento do processo, que se encontra no cofre particular do Prefeito de Aracati. Lanço, portanto, um repto de honra à mesa da Assembleia, à sua secretaria e ao relator "fantasma" do projeto para exibir o mesmo a bancada da imprensa e rádio credenciada junto à Assembleia Legislativa...

Referência: **Gurgel Valente acusa: "O projeto de Icapuí está no Cofre Particular do Prefeito de Aracati!"**. *O Jaguaribe*, Ano XXVIII, n. 1.435, p.1, Aracati 09 de março de 1958.

Fonte 03: NOTÍCIA

Todos sabem que o dinâmico parlamentar aracatiense, Deputado Ernesto Gurgel Valente apresentou à Assembleia Legislativa Estadual, um projeto pedindo a transformação de Icapuí a Cidade com o nome de Joaquim Marques, em homenagem àquele grande filho de Praias. Segundo notícias divulgadas nesta Cidade, o projeto do deputado Valente desapareceu misteriosamente da Assembleia. Por quê?

É até vergonhoso para o Ceará, que se orgulha de ser a Terra da Luz, por ter sido o primeiro Estado brasileiro a libertar os escravos, semelhante baixeza: extravia-se um projeto para evitar a sua aprovação, com o único fim de continuar escravizando os filhos nobres das Praias. Porque então, os que combatem o projeto não esperaram o seu desfecho nos debates e votações da Assembleia? Será que não esperaram por tal, por saberem de antemão que o mesmo seria aprovado e consequentemente livre aqueles pobres espoliados, aqueles filhos espúrios de nossa Edilidade, que até hoje nada lhes têm concedido? Certamente, os que combatem tão humano quão digno projeto, não esperaram o desenrolar dos debates por saberem que o mesmo é por demais Constitucionais, e forçosamente seria aprovado. Vejamos o que diz a Lei:

Art. 8º da Lei de Organização Municipal: São condições necessárias para a criação de munícipio:

I – População mínima de dez mil habitantes;

II – Renda mínima anual de cinquenta mil cruzeiros (Cr$... 50.000,00;);

III – Existência na sede de pelo menos, cem moradias, edifícios para a instalação do Governo Municipal e prédios para matadouro, mercado e cemitério.

Portanto, para que um distrito passasse a município, basta que satisfaça as condições estabelecidas nos itens acima enumerados, e ninguém em sã consciência poderá negar que Icapuí não os satisfaz. Apenas existe mais uma formalidade: Consulta plesbicitaria ao da porção territorial que tiver de ser desmembrada. Art. 10º da Lei acima citada.

Já que nada fizemos até hoje pela zona Praiana, nada mais justo, mais nobre do que concedermos a sua maioridade, reconhecendo-lhe o direito que lhe é concedido por Lei: O direito de tornar-se Cidade, e com o nome de Joaquim Marques, prosperar e tornar-se grande.

Aracati, 12 de março de 1958.

Referência: NUNES, Luiz de Gonzaga Brigido Nunes. **DIREIRO DE ICAPUÍ PASSAR A CIDADE.** *O Jaguaribe*, Ano XXVIII, n. 1436, p. 1,4, Aracati 12 de março de 1958.

Fonte 04: <u>ARTIGO</u>

Em dias da primeira quinzena deste mês, tomei parte em uma reunião de aracatienses e praianos realizada na casa do Deputado Ernesto Valente. Ali, o assunto tratado, foi à criação do Município de "Joaquim Marques", na zona praieira de Aracati. A reunião esteve movimentada [...] e não obedeceu a cor política. Várias deliberações foram tomadas, entre essas, a organização de uma "Junta Executiva", ou Comissão de Controle e Direção, para melhor consecução de tão importante empreendimento.

Os debates correram amistosos. Todos os presentes, em crescido número, se manifestaram favoráveis e pela necessidade e urgência dessa criação. Efetivamente, a zona praieira de Aracati, compreendida por Ibicuitaba, Icapuí, Mata Fresca etc., sempre foi descurada pela Sede, cujos homens de administração só lembravam-se daquelas populações às vésperas de eleições, populações que, por esse criminoso abandono, sempre viveu mais ligadas, social e economicamente, ao vizinho Estado do Rio Grande do Norte.

A Zona é fértil. Tem base de produção para a sua autonomia, dando anualmente, aos cofres públicos uma alentada renda de cerca de um milhão de cruzeiros. Mesmo assim, tudo falta àquela boa e laboriosa gente, que de aracatiense só tem mesmo o nome e o direito de votar nos mandões da Cidade, para fazê-los grandes e poderosos politicamente, quanto displicentes e arrogantes. Isso, durante mais de uma geração.

A ideia do Deputado Ernesto Gurgel Valente, de promover a autonomia econômica e política daqueles nossos dignos conterrâneos é, assim, por demais justa e patriótica. É a reconquista de um valioso patrimônio cearense, já quase absorvido por outras jurisdições administrativas. Mas, o que é de lamentar em tudo isso é a sabotagem que interesses inconfessáveis vêm entravando tão importante movimento.

Na memorável reunião ficou esclarecido que o primeiro projeto apresentado à Meritíssima Assembleia Estadual, desapareceu misteriosa e criminosamente da Comissão apreciadora. O que, agora, se pretende, é a recomposição de um novo Processo Legal.

Que tempos! Que costumes! Quando será possível levar a vida pública a sério!

O nome escolhido para patrono do novo munícipio – JOAQUIM MARQUES – é daqueles que honram um povo até uma nação. O Ministro Joaquim Marques foi um

cidadão que soube viver dignamente, elevando sempre a sua terra, a quem deu o melhor de sua vida e de cujos interesses nunca se afastaram. Morreu exercendo uma nobre profissão, qual seja a de zelar pelos bons usos e costumes administrativos. Tombou na defesa do direito e da justiça, o melhor e mais rico patrimônio de um povo. Por tudo isso, Aracati deve receber com agrado e, mesmo, com entusiasmo, a patriótica realização desse novo Munícipio.

Os nossos irmãos praianos amanhã, os MARQUESES, saberão confraternizar, agradecidos com os que não lhe negaram a autonomia administrativa de que precisam para se organizarem política e economicamente. Assim, é como entendo, porque assim é que é justo. Fora disso, tudo é demagogia politiqueira, ou interesses subalternos. Nenhum aracatiense de boa fé poderá negar aos praianos o que eles pedem nessa hora cívica de sua vida coletiva.

Daí o meu decidido apoio.

Referência: MENEZES, E.S. **MAIS UM MUNICIPIO NO CEARÁ**. O Jaguaribe, Ano XXVIII, n. 1438, p. 1, 2, Aracati, 30 de março de 1958.

Contextualização:

São poucos os trabalhos que tratam da história icapuiense. Resumidos a um ou dois livros acadêmicos, artigos (grande maioria na área de Geografia) e pequenos textos em blogs, o acesso a escritos mais didáticos e inteligíveis para um público mais amplo ainda é escasso, o que significa ser necessário buscar outras fontes para o conhecimento da história de Icapuí. Nesse sentido, o jornal *O Jaguaribe* pode auxiliar no processo de investigação histórica a respeito da cidade icapuiense.

Comparada a outros munícipios da zona jaguaribana, Icapuí possui uma história recente. Antes chamada Caiçara (que significa cerca de galhos), passou a ser denominado Icapuí em dezembro de 1943. Em certo sentido, essas mudanças de nomes revelam a mutabilidade de cenários que marcaram Icapuí no tempo e espaço histórico. A organização administrativa de Icapuí deve ser historicizada, de modo a compreendermos toda a trama envolvendo as atividades de grupos de poder específicos: de um lado, os que ansiavam o desligamento político e geográfico de Aracati; de outro, as elites políticas aracatienses que buscavam barrar toda e qualquer tentativa de emancipação. O desafio não era dos mais fáceis.

Prevalece no senso comum local a ideia de que alguns personagens foram os heróis da tão festejada libertação política de Icapuí, tais como, José Airton Cirilo e

Orlando Rebouças. Porém, outros indivíduos também participaram ativamente para a concretização do feito emancipatório. Pelo menos é isso que o jornal *O Jaguaribe* mostra. Infelizmente a produção do jornal *O Jaguaribe* findou em 1960, não sendo possível narrar o momento pleno da emancipação. Não obstante, é possível reconstruirmos parte da conjuntura histórica da época.

A década de 1950 marcou o avanço nas tentativas por emancipar Icapuí. O jornal *O Jaguaribe* registra alguns episódios que mostram um quadro de profundo anseio presente na população icapuiense por um possível desligamento de Aracati. Os embates relatados expõem um cenário de conflitos de interesses. Fica evidente que as negociações envolviam uma intensificação de discursos que promoviam uma imagem positiva a respeito de Icapuí.

A figura do Deputado Estadual Ernesto Gurgel Valente é destacada de uma perspectiva positiva pelo jornal *O Jaguaribe*. Pelo visto, sua atuação política esteve atrelada a pautas de caráter social na Assembleia Legislativa, pois o mesmo mantem-se empenhado em levar o projeto de emancipação icapuiense para o debate público. Acreditava-se que Icapuí possuía todas as condições geográficas, econômicas, políticas e sociais para existir autonomamente.

Contudo, é fundamental indagar a respeito das razões políticas que levaram os produtores do jornal *O Jaguaribe* a apoiar Ernesto Gurgel Valente? Pensemos, por exemplo, que nos anos 1960, Ernesto Gurgel filiou-se à Aliança Renovada Nacional, partido que objetivou sustentar o regime militar instaurado no Brasil em 1964. Nesse sentido, é importante não monumentalizarmos sujeitos históricos, tendo em vista o conjunto de experiências e relações que envolveram o processo histórico.

Cabe salientar a existência de forças oligárquicas locais que se opunham ferozmente às pretensões políticas e sociais do deputado estadual Ernesto Gurgel Valente na Assembleia Legislativa do Ceará, além, é claro, de decepcionar o povo icapuiense. Apesar da construção de um projeto para emancipação de Icapuí, o mesmo foi barrado pelo Prefeito de Aracati.

Embora Icapuí continuasse parte de Aracati até meados dos anos 1980, o desejo por emancipação não cessou. O que podemos entender a partir de relatos do jornal *O Jaguaribe*, é de que a população de Icapuí, em conjunto com alguns sujeitos da elite política esteve comprometido em concretizar o feito emancipatório.

Glossário:

Praianos: no jornal *O Jaguaribe* refere-se às comunidades que residiam na parte litorânea de Icapuí, ou seja, próximas à praia.

Matenses: habitantes de uma área mais distante do mar, conhecida também como Mata Fresca ou Serra.

Repto: Ato ou efeito de reptar, ação de desafiar, de provocar.

Espoliados: Vítimas de espoliação. No contexto do jornal *O Jaguaribe*, refere-se à situação de privação da liberdade política dos icapuienses ocasionada pela oposição das elites aracatienses.

Espúrios: Não genuíno, ilegítimo, hipotético.

Edilidade: Exercícios das funções da edilidade. O conjunto dos edis ou vereadores; assembleia legislativa municipal.

Descurada: Desprezada, abandonada, negligenciada.

Subalternos: Que ou aquele que está sob as ordens de outro, que é subordinado ou inferior a outro em graduação ou autoridade.

Demagogia: Hegemonia política das facções políticas.

Material para consulta:

ALMEIDA, Marco Antônio de. **Estudos de Gestão**: Icapuí e Janduís. São Paulo: PÓLIS, 1993.

CAMPOS, Edson. "Longe das Capitais". **Teoria e Debate**, São Paulo (18): 7/15, maio/jun./jul.1992.

CARBOGIM, Maria Leinad Vasconcelos. **Memória viva de Icapuí**. 1ed. Fortaleza: Editora Fundação Brasil Cidadão, 2013.

CIRILO, José Airton. **Companheiro praiano**: 30 anos de vida pública de José Airton Cirilo. 1ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2014.

FREITAS FILHO, Manuel de. **Aldeia do areal**: história e memória de Ibicuitaba – Icapuí-Ce. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

OLIVEIRA, Almir Leal et. al. **Praia de Ponta Grossa**: vestígios arqueológicos da ocupação humana. Fortaleza: Gráfica LCR, 2012.

SILVESTRE, Mari C. **A guerra dos redondeiros contra os compressores**. Fortaleza: Art & Cores Gráfica e Editora, 2007.

Atividade

Atividade:

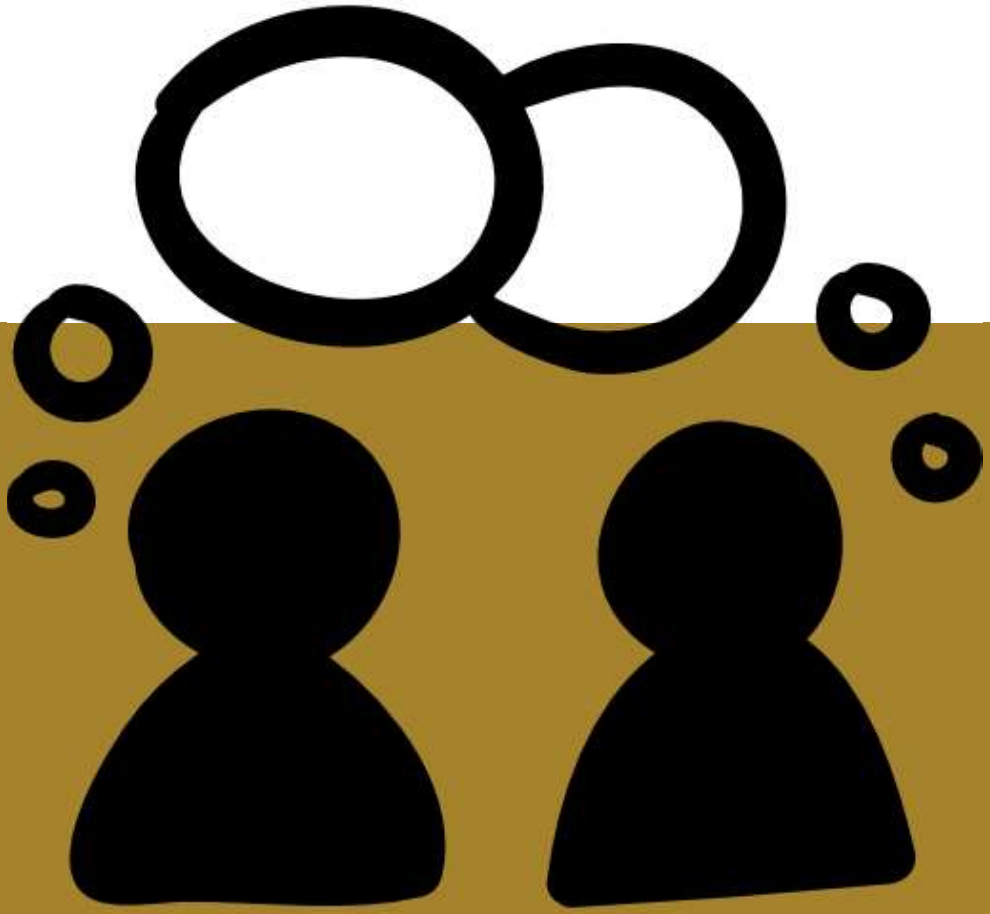
1. Com base nas fontes históricas sobre a emancipação de Icapuí, responda às seguintes questões:

a) Como o jornal *O Jaguaribe* apresenta os conflitos de poder envolvendo a emancipação de Icapuí?

b) A fonte quatro apresenta alguns elementos que segundo o jornal *O Jaguaribe*, possibilitava Icapuí torna-se município. Cite-as.

c) Como a população icapuiense é apresentada nas narrativas jornalísticas do jornal *O Jaguaribe*?

2. Os historiadores lidam com as matérias jornalísticas de maneira específica. Em sua opinião, qual a importância do jornal *O Jaguaribe* enquanto fonte histórica para o estudo da história local de Icapuí?



Sequência didática:

Tema: Icapuí no caminho da emancipação

Objetivo: compreender, pela análise das matérias jornalísticas, os conflitos políticos e sociais iniciais característicos do processo de emancipação de Icapuí.

Tempo de execução: 2 à 4h/a

Materiais necessários: cópias das matérias jornalísticas e do Guia Didático, computador com acesso à internet.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos aos processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Aplicação da sequência didática

Primeiro dia:

Introdução: iniciar a aula instigando os estudantes por meio de questionamentos a respeito do processo de emancipação de Icapuí e da fonte histórica utilizada: quais sujeitos participaram das lutas políticas atinentes à autonomia política icapuiense? Qual o espaço ocupado pela população icapuiense no cenário político, social e econômico na década de 1950? Em que sentido o jornal *O Jaguaribe* é relevante para o estudo da história local?

Desenvolvimento: discutir a condição histórica, política e social dos diversos grupos que participaram do movimento emancipatório de Icapuí. Realizar a leitura e análise da fonte apresentada em sala de aula. Apresentar aos estudantes o Portal da História do Ceará, espaço virtual em que o jornal *O Jaguaribe* está disponibilizado. Dessa maneira, os educandos poderão participar mais ativamente do processo de investigação. Nesse momento os alunos deverão responder às questões.

Conclusão: destacar o papel da população icapuiense o do deputado Ernesto Gurgel Valente no processo de liberdade política. Encaminhar a resolução das atividades.

Segundo dia:

Introdução: iniciar a aula com a canção de Azarias chamada “Pra Alcançar”. Distribuir cópias da música e das fontes. Escutar em conjunto com os estudantes.

Desenvolvimento: após escutar a canção de Azarias, fazer a leitura das fontes jornalísticas e dialogar sobre a construção de memórias a respeito da emancipação de Icapuí.

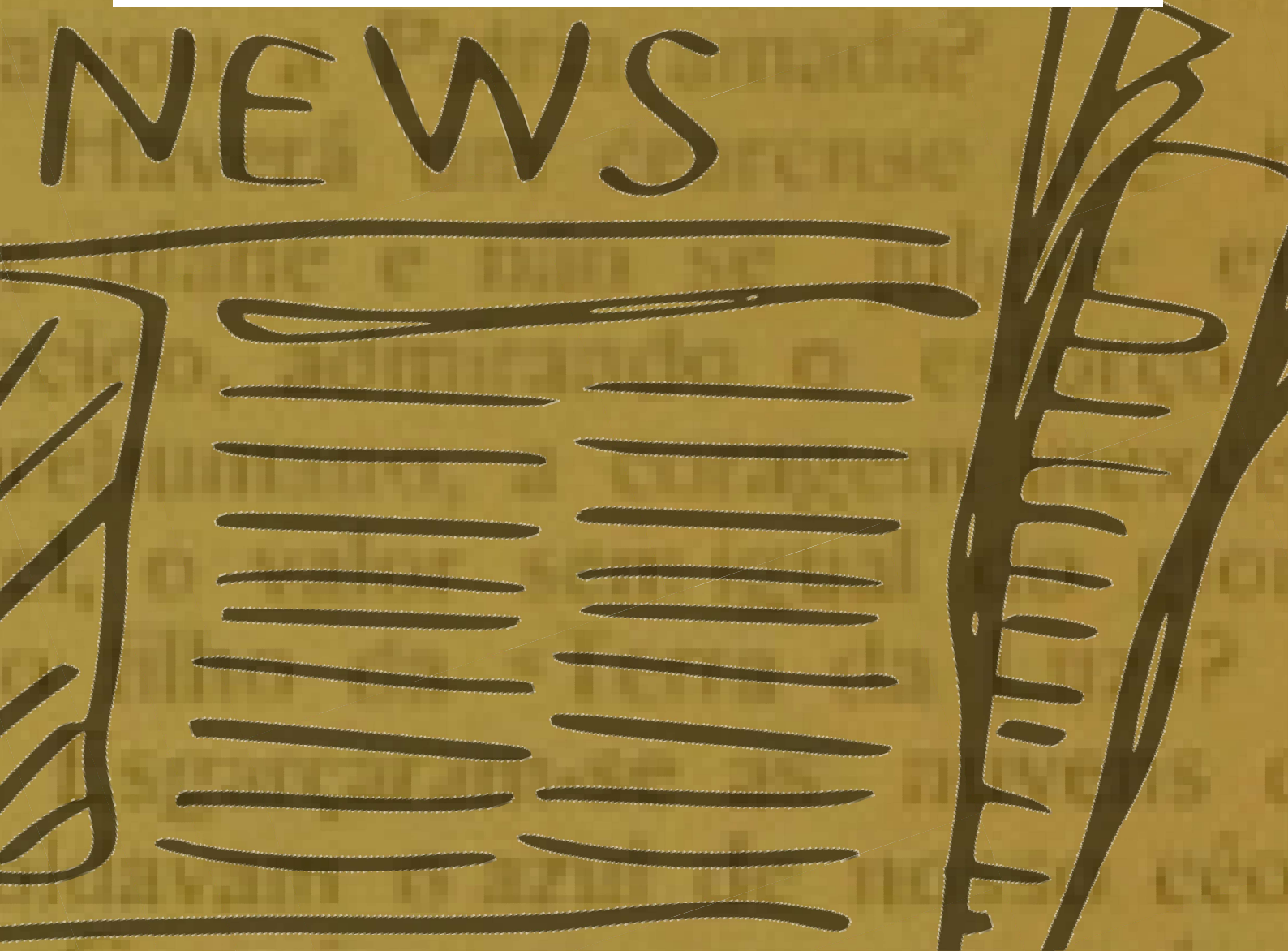
Conclusão: solicitar a realização de pesquisa a respeito de sujeitos que participaram dos movimentos sociais por emancipação.

Terceiro dia:

Introdução: socializar as impressões e experiências dos alunos sobre a atividade de entrevista.

Desenvolvimento: formar roda de conversa a fim de ouvir e dialogar a respeito dos relatos das entrevistas, problematizando as memórias a respeito da emancipação.

Conclusão: concretizar a correção das atividades propostas no material.



Capítulo 2. Escoadouro da miséria: a seca em Aracati na perspectiva local do jornal *O Jaguaribe*

Para refletir:

Multidão de pessoas.

O Jaguaribe

Director — JOÃO PORTO CAMINHA (ausente) — ALUISIO PORTO (interino)

ANNO I — Ceará — Aracaty, 10 de Agosto de 1930 — N. 3

Situação que se aggrava

Camara Municipal

Nada de mystificação

Jornal *"O Jaguaribe"*, 10 de agosto de 1930.

Em julho de 1930, ano de seu primeiro número, o jornal *O Jaguaribe* passa a comunicar uma série de reportagens a respeito da seca no Nordeste, com destaque para o Ceará. No decorrer de suas matérias semanais, é possível constatar uma ênfase social e política atrelada ao processo de informação da séria situação que castigava a população nordestina, passando a ressaltar a crise advinda com os períodos de estiagem, principalmente a partir de 1932. Aracati tornou-se o palco de grupos migrantes à procura de uma saída diante dos males que a seca trouxera, tornando mais que urgente à necessidade de transmitir matérias acerca da indigência porque passava a população sertaneja no Ceará.

Assim, como o jornal *O Jaguaribe* interpretou a seca em termos locais? Quais narrativas foram construídas a respeito da seca como um problema a ser tratado com rapidez pelo governo? Como as autoridades governamentais enfrentaram os problemas causados pela estiagem? Para o jornal *O Jaguaribe*, a seca consistia apenas em um problema natural, ou, uma questão política e social a ser erradicada pela ação do estado?

Entendendo a fonte:

O jornal *O Jaguaribe* e a seca no Ceará

Historicamente, a seca constituiu um problema de âmbito geográfico, econômico, político e social do Nordeste brasileiro, sendo parte de sua estrutura social. Profundamente marcado pelo clima semiárido, foram muitas as dificuldades enfrentadas pela população nordestina. No Ceará, especificamente, a situação não foi diferente: fome, miséria e morte tornaram-se intempéries comuns no cotidiano dos sertanejos, exigindo ações para minimizar as sérias dificuldades que marcaram o Nordeste.

O jornal *O Jaguaribe* não ignorou o crítico cenário referente à seca na década de 1930, tratando-a menos como um problema natural do que de ordem política e social. Isso implica em historicizar o percurso da seca na história cearense, atentando para sua existência histórica e geográfica, de maneira a enxergar toda uma estrutura de relações, discursos e sentimentos que gestaram um profundo engajamento centrado na resolução do problema a nível regional que gestaram um profundo engajamento centrado na resolução do problema a nível regional e local.

A partir do olhar jornalístico viabilizado pela leitura do jornal *O Jaguaribe*, é possível reconstruir o cenário das experiências históricas em relação à seca, lendo e interpretando os vestígios. Os discursos construídos pelo jornal *O Jaguaribe* no que concerne à seca não podem ser entendidos como produtos do acaso, mas como parte de um jogo de interesses. Dessa maneira, o jornal *O Jaguaribe* passou a destacar o papel do governo federal, estadual e municipal no tratamento da seca.

Fonte histórica

Fonte 01: MANCHETE

Desde o primeiro número deste jornal, voltamos nossas vistas para os mais instantes problemas que dizem respeito à coletividade, ora aviltando medidas salvadoras, ora apoiando incondicionalmente as ideias medradas nos cérebros sadios quantos ainda se preocupam com o infortúnio dos nossos desgraçados conterrâneos.

Dia a dia cresce e recresce nas artérias da cidade a onda dolorosa de mendigos, cujos bandos se engrossam em assombrosa progressão, nas ruas, nas encruzilhadas dos caminhos, nas estradas, exortando a caridade pública, em nome do amor de Deus.

Desalentadora é a tela que nos defrontamos. Mendigos de toda casta [...] desafortunados de todo molde, assediam o transeunte, o passante do momento para lhe pedir esmola com que mate a fome e mitigue a sede.

De todos os quadrantes da zona, as levas de famintos vão chegando ao Aracati, como se a nossa urbe fosse o escoadouro da miséria, ou aqui, loiras searas desafiassem as suas mãos vazias.

A hecatombe não tem lindes. A desgraça não tem fronteiras. O infortúnio é geral. A fome não cria exceções. O Governo não deve e não pode ficar indiferente a sorte do seu povo, quando este sofre a mais torturante humilhação. Urgem medidas enérgicas e eficientes que se destinem a amparar as populações do Baixo Jaguaribe – a zona mais flagelada do Estado. É para este quadro angustioso que chamamos a atenção do Governo do Estado [...], aferindo a gravidade desse momento, lance para nós um olhar de piedade, atenuando os maiores e mais cruciantes vexames que ainda nos esperam.

Referência: **Situação que se agrava**. *O Jaguaribe*, Ano I, n.5, p.1, Aracati, 10 de agosto de 1930.

Fonte 02: <u>ARTIGO</u>

. "Novo ano é esperança florescente, vivendo mesmo de minguados recursos no coração dos homens. E Deus a deu por mimo de seu divino amor. E ela se desabotoa ainda na clareira que há na alma dos filhos do Nordeste, transformando-a [...] pelo imperativo de um verdadeiro milagre. Parece que a combinação rítmica das nossas palavras, exalçando e louvando o advento dos 1931 anos da graça, é porque não tenhamos ainda compreendido a ansiedade que jamais viveu o Ceará nesta hora indecisa, que desponta sobre o caos assolador da seca, quando não se extinguiu ainda, mesmo em parte, o receio que seja ele continuador da longa sexta-feira de nossa paixão."

Referência: **A tortura da esperança**. *O Jaguaribe*, Ano I, n.26, p.1, Aracati, 4 de janeiro de 1931.

Fonte 03: <u>ARTIGO</u>

"O nordeste, mais uma vez decepcionado, num transe agudo de calamidade pública, já não pode guardar a menor esperança de ver, no atual regime, que se lhe resolva parte de seus problemas". A confiança que lhe despertaram os homens da revolução, não mais existe. Os seus filhos com a inexistência de sempre, arrastam a desdita de um clima inclemente. As comportas da linfa preciosa permanecem fechadas.

A angústia desesperadora dos que não tem água, dia a dia aumenta. E a criminosa indiferença dos poderes públicos de hoje é tal qual aquela seguida pelos homens de ontem.

Podemos dizer que o senhor José Américo, cumpliciado com o indiferentismo sulista do senhor Getúlio Vargas, o nordeste só há recebido medidas antipáticas ou promessas que já não conseguem iludir o mais otimista de nossos sertanejos.

"Salvo pequenas e inócuas obras de emergência, para que a totalidade de nossas populações sertanejas não morresse a fome e a sede, não nos deu a revolução senão as promessas que davam os homens da pátria velha."

Referência: MELLO, Camillo. **Nordeste abandonado**. *O Jaguaribe*, Ano II, n. 87, p.2, Aracati, 13 de março de 1932.

Fonte 04: NOTÍCIA

Toca ao meio o mês de março e a desesperança e desânimo se apoderara de todos os espíritos. Já ninguém confia em inverno este ano, e, mesmo que apareçam alguma chuva, o ano será de misérias e destroços para os jaguaribanos, Raro, aliás, ninguém se animará a novas plantações, perdidas que foram as duas primeiras, feitas com os maiores e sabe Deus com que sacrifícios.

Referência: **O ECO DO DESESPERO**. *O Jaguaribe*, Ano II, n.87, p.1, Aracati, 13 de março de 1932.

Fonte 05: NOTÍCIA

"Levas de retirantes, nus e famintos, cruzam todas as direções à procura de trabalho que o governo numa inércia criminosa que nos recusa sistematicamente. Há dois anos que as chuvas preciosas não regam os nossos campos, trazendo a abundância a todos os lares. O governo, produto legítimo da politicalha sórdida, a nada entende e tudo nos nega, por mais que peçamos. Estamos no fim de março e [...] ninguém se ilude com a sorte que nos aguarda – desolação e miséria. Do governo só podemos esperar exorbitâncias tributárias e vexames de executivos fiscais. Piedade, Senhor!"

Referência: **Piedade Senhor!** *O Jaguaribe*, Ano II, n.89, p.1, Aracati, 27 de março de 1932.

Fonte 06: ARTIGO

As comportas dos céus mais de uma vez, neste ano, se abriram sobre os campos secos do Ceará. A terra, no entanto, não se transforma abruptamente. E os nossos

irmãos ainda padecem fome. Dezenas e dezenas de nordestinos, esfomeados, de carne à mostra, verdadeiras ossificações humanas, ainda perambulam pelas nossas ruas. Ainda tingem de negro as nossas estradas sem fim, atrás de mãos caridosas que lhes minorem a desgraça. Ainda estamos necessitando das providências governamentais. Ainda tingem de negro as nossas estradas sem fim, atrás de mãos caridosas que lhes minorem a desgraça. Ainda estamos necessitando das providências governamentais. Que elas não nos faltem. Que os nossos poderes públicos continuem com os olhos voltados para estes nossos brasileiros irmãos, tão infelizes, sem nenhuma culpa de terem nascido nas terras ingratas e desprezadas do Nordeste. E que todos compreendem, vejam, pensem, que nesta horrorosa estiagem de três longuíssimos anos, foram os jaguaribanos, os mais infelizes, os mais atingidos pelos horrores da seca, aqueles que [...] menos receberam, menos direito tiveram das providências governamentais.

Referência: **Realidade**. *O Jaguaribe*, Ano III, n.142, p.1, Aracati, 2 de abril de 1933.

Fonte 07: <u>NOTÍCIA</u>

Em sua jornada oficial pelas terras secas do nordeste, o senhor Getúlio Vargas, com seus ministros que tão bem conhecem os nossos costumes, as nossas misérias e as nossas necessidades [...] deve ter olhos de ver e coração se sentir as agruras que passamos nestes últimos anos de seca e as que continuaremos a passar todas as vezes que os céus nos negarem a limpa preciosa de que não podemos prescindir. Estamos certos [...] que todos aqueles [...] a quem forem outorgados os deveres da hospitalidade, envidarão os seus esforços [...]. Aos chefes graduados da Inspetoria das Secas já temos levado para Guaramiranga, no ponto onde a seca não leva seu cortejo de miséria, roubando-os dos lugares secos que eles deviam e tinham a obrigação de visitar, a fim de melhor aquilatar da situação de nosso Estado. E é por assim fazermos que engenheiros já vieram as nossas plagas, em épocas de seca, mas, por que visitaram somente certos e determinados pontos do Estado, ao chegarem ao Rio decretaram inverno o Ceará. Para que tais coisas não mais apareçam, seria de nosso dever, isto é, dever de nossos governantes e pessoas de outras que no momento aguardam a visita do senhor Ditador, chama-lo a ver os lugares que melhor atestam a situação de nossa gente. Os senhores Juarez Távora e José Américo, ambos nordestinos, ambos conhecedores de nossas necessidades e situações vexatórias quando amargamos as desditas dos anos secos, como patriotas que são e amantes que sempre mostraram seus rincões, paradoxalmente secos, devem chamar, por sua vez, a atenção discricionária do senhor Getúlio Vargas,

no sentido de não deixarem que nada de bom nos venha depois da caravana governamental pelas nossas plagas.

Referência: **Nossos respeitos, Excelência**! *O Jaguaribe*, Ano IV, n.164, p.1, Aracati, 10 de setembro de 1942.

.

Contextualização:

Em 27 de julho de 1930, o jornal *O Jaguaribe* lançou uma matéria intitulada "FOME!", afirmando que "o cearense vive de esperança, não de melhores dias, porém de torturas mais cruas". Passando a envolver-se profundamente na produção de discursos a respeito da seca no Ceará, é possível perceber uma série de reportagens aludindo ao contexto crítico porque passava a população cearense em meados da década de 1930 em decorrência do início de mais um período árido. Tornara-se visível no cotidiano do povo cearense um período de escassez quase total, urgindo ações do governo na tentativa de minimizar os efeitos da ausência de chuvas, problema tão recorrente me território cearense.

Tem início o ano de 1930: mais uma vez a seca parece mostrar sua terrível face. Terra sofrida, cujos habitantes foram deflagrados por um drástico período de sofrimento, sendo necessário sair de suas próprias casas à procura da sobrevivência. Vê-se claramente que a seca produz poderes e saberes que estão intricados em todo o processo de gestão pública da situação.

Nesse contexto, Aracati tornou-se um refúgio para os chamados retirantes. Não sabemos ao certo quais os locais específicos em que esses sujeitos deixaram para trás. É possível que por ser um espaço litorâneo, Aracati facilitasse a possibilidade de construção de uma nova vida para os grupos. Talvez pensemos que esses fluxos migratórios ocorriam pacificamente. Contudo, sabe-se que a violência era parte constante.

Buscando sensibilizar seus leitores acerca dos padecimentos do povo cearense, o discurso jornalístico revela a consciência de crise presente no período, não abrindo mão de lançar nas primeiras páginas o que os cearenses estavam enfrentando.

O governo Vargas entra em cena nas páginas do jornal *O Jaguaribe* a partir de outubro de 1930, momento em que chega ao poder, passando a ser considerado o principal responsável pelo trato da situação calamitosa gerada pela seca. No Ceará, o

Governo de Getúlio Vargas enfrentou duas grandes secas: 1932 e 1942. Em ambos os períodos, o Nordeste esteve imerso em grandes dificuldades econômicas.

É importante pensar o Nordeste a partir de certo recorte temporal. É anacrônico discutir a região Nordeste como existente desde o período colonial, por exemplo. Atentar para os conceitos geográficos e históricos atinentes ao discurso da seca é de suma importância para a inteligibilidade do processo histórico.

A gênese do Nordeste como lugar específico e determinado no território brasileiro é parte de engendramento histórico e social no âmbito social e político, pensado em parte por sujeitos que estiveram ligados a uma série de acontecimentos, possibilitando uma formação discursiva no contexto do imaginário, revelando, assim, seu caráter mutável dos conceitos. A seca exerceu um papel crucial na produção de saberes e percepções a respeito da identidade nordestina.

Portanto, a identidade de um lugar ou de um grupo social dependerá de agentes humanos que a produzem por meio e, com base em suas experiências históricas. Inserido em todo esse processo estão às relações de poder político, social, cultural, econômico e religioso, conferindo sentindo as múltiplas narrativas.

Fazendo jus aos objetivos ideológicos expostos em sua primeira edição, o jornal *O Jaguaribe* enfatizou a seca como parte do cenário nacional a ser pensado por autoridades políticas, principalmente na criação de programas sociais, objetivando minimizar ou até mesmo extirpar tal elemento do cenário nordestino.

Glossário:

Desdita: infortúnio, desgraça;

Inclemente: tragédia, bárbaro, cruel;

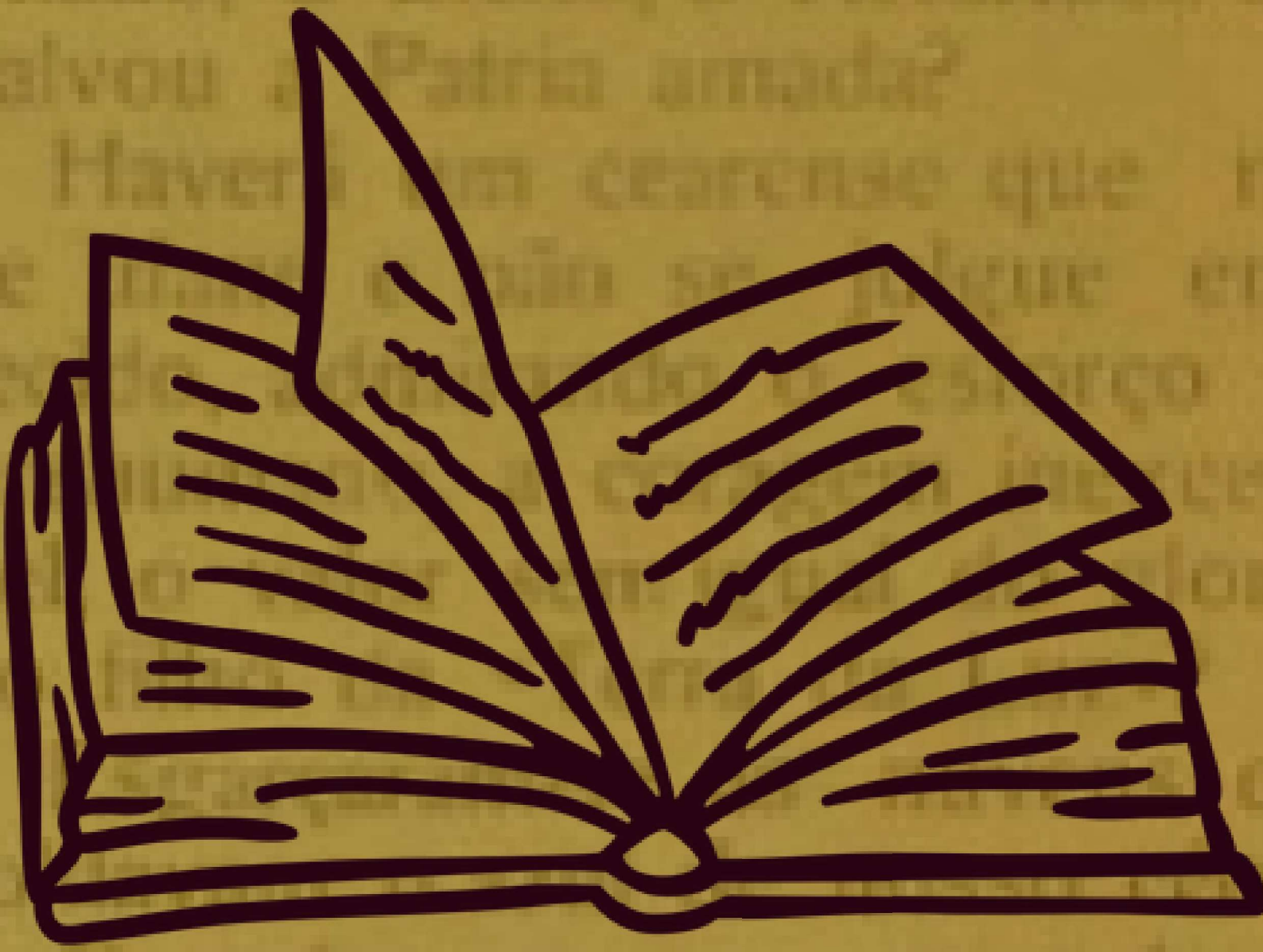
Inócua: inofensivo, que não causa dano;

Hecatombe: mortandade, massacre de um grande número de pessoas;

Agrura: acidez, azedume;

Aquilatar: apreciar, julgar o valor;

Plagas: território, terreno, regiões;



Material para consulta:

ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Falas de astúcia e de angústia**: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução. Dissertação (Mestrado) UNICAMP: Campinas, 1988.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro – pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CASTRO, Josué de. **Sete Palmos de Terra e um Caixão**: ensaio sobre o Nordeste-uma área explosiva. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

COELHO. Tiago da Silva. **Migração Nordestina no Brasil Varguista**: diferentes olhares sobre a trajetória dos retirantes. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre (RS), 2012.

CRUZ, Gustavo Augusto da Silva. **A queda da Bastilha**: a Revolução de 1930 no jornal *O Jaguaribe*. Monografia (Graduação em História). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró, 2018.

LANDIM, Teoberto. **Seca:** a estação do inferno. Fortaleza, UFC/Casa José de Alencar, 1992.

LIMA, Cláudio Ferreira. **120 anos da viagem de Antônio Bezerra ao norte do Ceará.** Conviver Nordeste Semiárido, Fortaleza: DNOCS-BNB, n.2, 2004.

LIMA, Cláudio Ferreira. **A construção do Ceará**: temas de história econômica. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008.

NEVES, Frederico de Castro Neves. **Getúlio e a seca**: políticas emergenciais na era Vargas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.21, nº40, 2001.

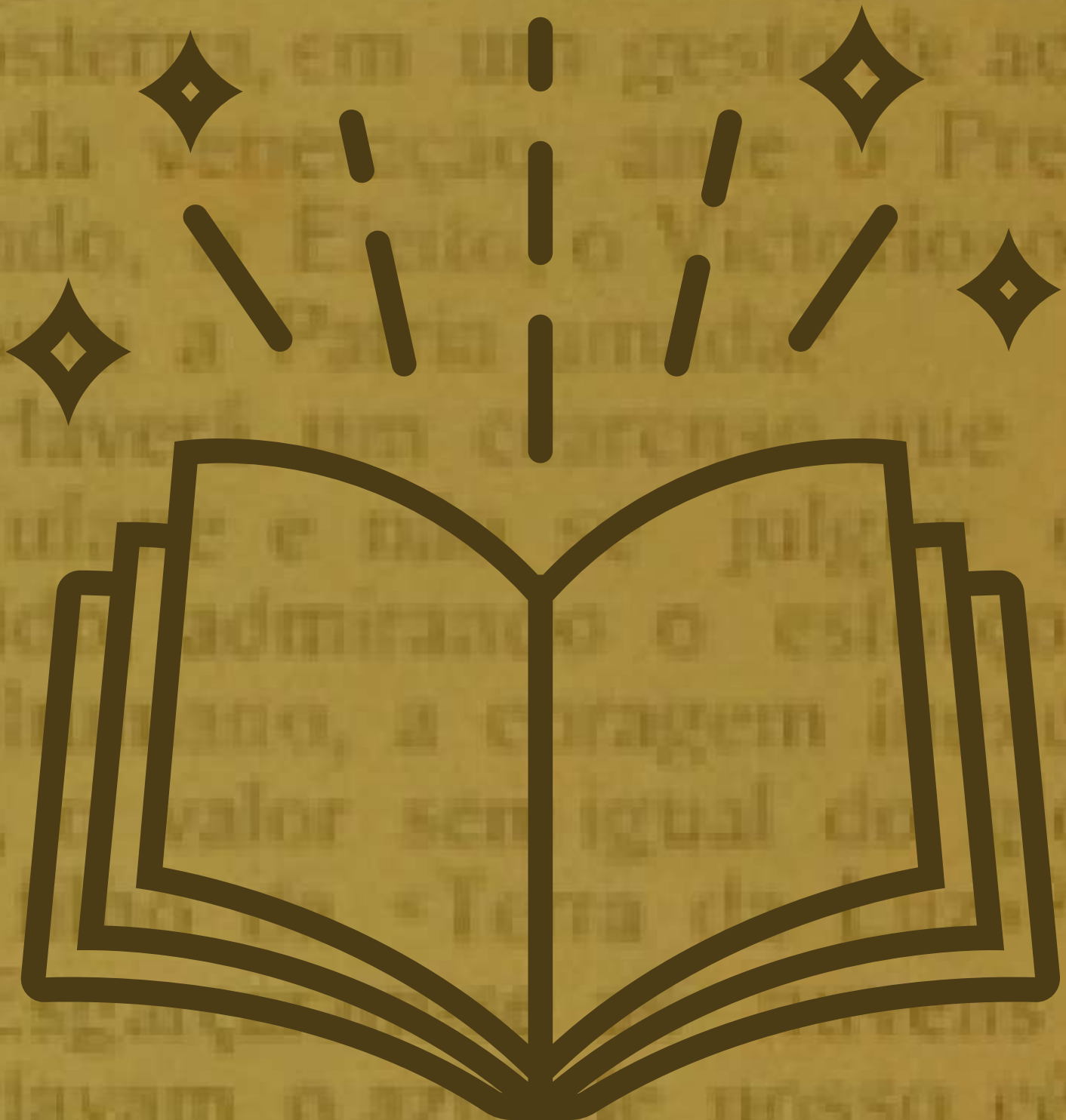
NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: SOUZA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 2ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

RIOS, Kênia Sousa. **A cidade cercada**: festa e isolamento na seca de 1932. In: NEVES, Frederico de Castro. SOUZA, Simone (Org.). Seca. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SOBRINHO Thomaz Pompeu. **História das secas** (Século XX). Acervo virtual Oswaldo Lamartine de Faria. p. 44. Disponível em: <http://www.colecaomossoroense.org.br/ acervo/historia_das_secas_xx.pdf> Acesso em: 04 de maio 2011.



Atividade:

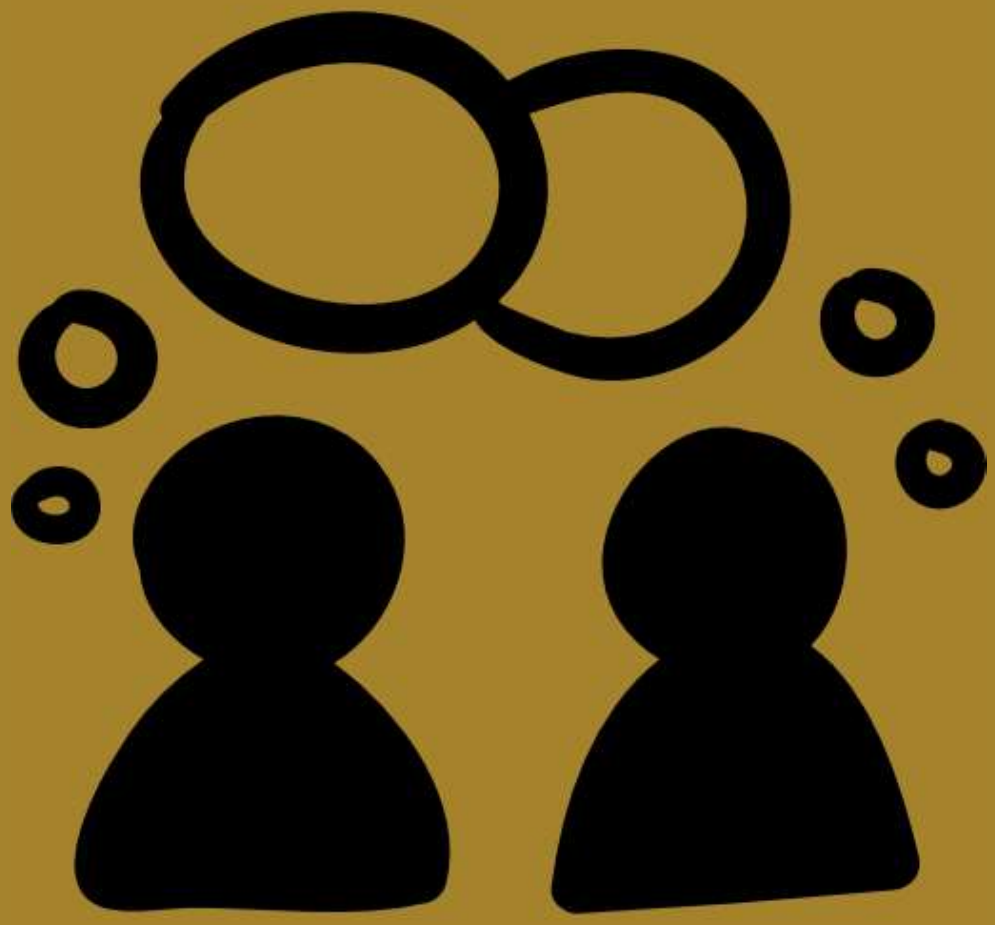
1. Com base nas matérias jornalísticas apresentadas e, nos diálogos em sala de aula, faça o que se pede:

a) Como os migrantes que chegavam aos montes em Aracati são apresentados pelo jornal *O Jaguaribe*?

b) Como o jornal *O Jaguaribe* entende a relação entre o governo e a seca? Quais ações deveriam ser tomadas?

2. Quais os principais argumentos do jornal *O Jaguaribe* para o tratamento político governamental da seca?

3. Relacione a seca nos anos 1930 no Ceará com a situação do sertão no tempo presente.



Sequência didática:

Tema: Seca, política e sociedade no jornal *O Jaguaribe*

Objetivo da sequência didática: investigar, a partir das notícias do jornal O Jaguaribe, como esse periódico aracatiense interpretou a seca em termos locais, atentando para o conjunto de relações de poder existentes na época entre os diversos grupos políticos.

Tempo de execução: 2 a 4 h/a

Materiais necessários: lousa, piloto, apagador, cópias das fontes jornalísticas e do Guia Didático.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativos/desenvolvimento etc.) avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as as narrativas que contemplem outros agentes e discurso.

(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

(EM12CHS305) Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.

Aplicação da Sequência Didática:

Primeiro dia:

Introdução: apresentar o conteúdo da sequência didática, dialogando com os educandos a respeito da seca como problema geográfico e social ainda presente no Nordeste, objetivando promover a reflexão de como a seca constitui ainda um sério problema na atualidade.

Desenvolvimento: realizar uma aula expositiva acerca da seca como problema histórico no Nordeste, refletindo sobre suas consequências para a vida social, econômica e

política da população sertaneja. Dialogar sobre os impactos locais da seca a partir das matérias jornalísticas apresentadas.

Conclusão: elaboração de um mapa mental sobre o conteúdo trabalhado em sala.

Segundo dia:

Introdução: apresentar o tema da sequência didática. Distribuir cópias das fontes históricas. Lançar perguntas como: como o jornal *O Jaguaribe* pode auxiliar na compreensão da seca em termos locais? O que mudou em Aracati com a seca nos anos 1930? Quais razões levaram uma leva de sujeitos a Aracati para fugirem do sertão?

Desenvolvimento: ler junto com os estudantes as narrativas jornalísticas. Destacar a visão do jornal *O Jaguaribe* a respeito dos impactos da seca em Aracati e às ações do governo Vargas a respeito.

Conclusão: promover o debate acerca dos problemas sociais e a importância do estado no trato às problemáticas, propiciando espaço para os alunos opinarem a respeito. Nesse momento, as atividades deverão ser corrigidas.

Capítulo 3. O Brasil renovado: a Revolução de 1930 nas páginas do jornal *O Jaguaribe*

Para refletir:

O Jaguaribe

Director Politico — JOÃO FREIRE DE ANDRADE — Gerente — JAYME FREIRE DE ANDRADE

ANNO I — Ceará — Aracaty, 15 de Novembro de 1930 — N. 19

O ADVENTO DA REPUBLICA

Ao general da victoria

O Grande Heróe

Homenagem do "O Jaguaribe"

Jornal *"O Jaguaribe"*, 15 de novembro de 1930.

O JAGUARIBE

Director Politico — JOÃO FREIRE DE ANDRADE — Gerente — JAIME FREIRE DE ANDRADE

ANNO II — Ceará — Aracaty, 4 de Outubro de 1931 — NUM. 65

Dr. Getulio Vargas

O eminente e conspicuo chefe supremo da revolução de 3 de outubro de 1930 e Presidente do Governo Provisorio da Republica.

Arrancada de Epopéa

BILHETE ABERTO

NA CASA DE TIRADENTES

Meu preclaro mestre Dr. Beni:

O meu cordial saudar.

Jornal *"O Jaguaribe"*, 04 de outubro de 1930.

A Revolução de 1930 foi um marco na história política brasileira. A tomada de poder por Getúlio Vargas gerou profundas transformações sociais, políticas e econômicas no Brasil. De fato, a década de 1930 no Brasil fora marcada por rupturas e permanências em sua estrutura social. A imprensa não permaneceu alheia às tensões políticas características desse período, passando a fabricar reportagens relativas aos desdobramentos iniciais da então chamada Era Vargas (1930-1945).

Quais os impactos regionais e locais decorrentes desse acontecimento na perspectiva do jornal *O Jaguaribe*? Como o jornal *O Jaguaribe* interpretou a chegada de Vargas ao poder? Como Getúlio Vargas foi representado pelo jornal *O Jaguaribe*? O discurso do periódico aracatiense permaneceu o mesmo durante os primeiros dois anos de governo Vargas? De que maneira a Revolução de 30 refletiu em disputas locais?

Entendendo a fonte:

O jornal *O Jaguaribe* entre a política nacional e local

A preocupação com a política nacional e local esteve sempre presente na estrutura do jornal *O Jaguaribe*. Sua pretensão de funcionar desvinculado de algum grupo político partidário específico é típica da imprensa. Contudo, é evidente que sua estruturação material e ideológica esteve profundamente vinculada a determinados setores políticos locais e regionais, sem os quais sua existência não seria possível. Permanecer ativo por três décadas no interior não é tarefa fácil para nenhum periódico, dado às condições econômicas necessárias para sua fabricação.

Engajado no processo de construção de propagandas políticas, o jornal *O Jaguaribe* buscou conquistar a simpatia da população, afirmando opor-se a toda corrupção que grassava o cenário nacional e local. Obedecendo a uma linha editorial própria de seus produtores, o jornal *O Jaguaribe* tratou de representar inicialmente os interesses do povo, entendido como as massas que ensejaram a existência do periódico.

Nesse sentido, seus fundadores promoveram a fabricação de notícias que fossem significativas para os seus leitores e ouvintes. Um exemplo dessa estrutura propagandística refere-se aos variados assuntos tratados nas primeiras páginas, por sinal sempre as mais importantes, desde política local até política internacional, deixando claro suas estratégias e pretensões de abarcar um amplo leque de movimentos.

Isso pode indicar a existência de um anseio por conhecer o que de mais importante estava ocorrendo em diversos cenários da época, permitindo uma aproximação do leitor ou ouvinte, conclamando a população a participar das causas que os produtores do jornal *O Jaguaribe* defendiam.

Nessa direção, abordar a história local em sala de aula por meio do jornal *O Jaguaribe* é desafiador, pois, envolvem os vários elementos característicos do jornal na condição de documento histórico, problemáticas atinentes à construção do conhecimento histórico a partir de uma perspectiva micro.

Fonte histórica

Fonte 01: ARTIGO

"E, assim, em 3 de Outubro de 1930, o povo e o exército, irmanados, estreitados no mesmo circulam de ideias, arrancavam nas coxilhas e na fronteira setentrional, animados pela bravura das nossas celsas tradições, impelidos pelo calor de sua vera fé cívica, condicionados a todos os perigos, iniciando dum extremo a outro, a jornada que cumularia com a vitória final do dia 24.

Como era de se esperar e prever, tateantes e incertos foi os primeiros passos da República nascente. Mas, retomando o prumo, dentro de curto espaço, logo se desvendaram aos nossos olhos, as extensões dos seus largos horizontes. O Ceará, desde cedo, sentiu o influxo benéfico da epopeia."

Referência: **Arrancada de epopeia**, *O Jaguaribe*, Ano II, n.65, p.1, Aracati, 4 out. 1931.

Fonte 02: MANCHETE

"Até que enfim, a espada invencível de Juarez Távora, brilhando e rebrilhando com um sol ante os muros carcomidos da Bastilha Brasileira, fê-la ruir, confundindo o fragor de sua queda com as notas altissonantes desta Marselhesa despedida de todos os corações oprimidos pela escravidão a que jungiam os vendilhões do Templo Republicano.

A alma brasileira recalcou e represaram durante um lapso de quase meio século, que tanto deflui da manhã gloriosa de 89 até esta parte, os resíduos da prostituição política, da tirania, das prevaricações, das concussões, dos peculatos, do nepotismo sem entranhas para, finalmente, explodir brutal e santificada por uma cólera divina, eletrizando, bramindo, lampejando, atroando, fulminando, cruzando em raios o espaço, rasgando o ar sobre descargas, fazendo reboar sobre a cabeça dos culpados o grito da Liberdade que lhes anuncia à hora das responsabilidades, a hora da conta, a hora do castigo."

Referência: **A QUEDA DA BASTILHA**, *O Jaguaribe*, Ano I, n.14, p.1, Aracati, 12 de outubro de 1930.

Fonte 03: NOTÍCIA

"O índice irrecusável da grandeza moral que norteia o movimento revolucionário brasileiro está patente nas espontâneas simpatias com que vem sendo abraçado em todas as unidades da federação.

O norte inteiro até Bahia, inclusivamente, e todo o Sul da República, excetuando-se São Paulo e Rio, estão em poder do povo revoltado, estão nas mãos daquele que até ontem sofria a mais grosseira humilhação, a mais estúpida espoliação nos seus líquidos direitos.

O povo, cansado de tolerar a escravidão, encolerizado pelos acenos ameaçadores da acha de sílex que os feitores de então empunhavam para justificar os que tinham a ousadia de gritar contra os seus epiléticos desmandos, despojou-se num ímpeto incoercível de civismo, das grilhetas chumbadas aos seus pés pelos Calígulas caricatos do regime, numa conjuração de todos os opróbrios. E a Revolução triunfa. As ideias espiritualizaram os sentimentos, e precederam a ação generosa do primeiro ataque ao reduto apodrecido dos senhores feudal."

Referência: **O AMANHECER DA VITÓRIA**, *O Jaguaribe*, Ano I, n.16, p.1, Aracati, 26 de outubro de 1930.

Fonte 04: ARTIGO

"O Brasil [...] comemora hoje a morte de João Pessoa, o grande Presidente paraibano sacrificado à sanha dos que àquele tempo jungiam em suas mãos os destinos da Nação. Notável pela sua cultura, pela sua honestidade e pelo seu civismo, João Pessoa, que encarnava na combalida República que um pugilo de bravos, setenta dias após o seu trucidamento libertou, foi naqueles tempos sombrios dos últimos estertores do quatriênio governamental do Sr. Washington Luís, o farol mais intenso, o guia mais seguro dos nossos destinos, paradigma do herói que se tornou mártir, tombando em holocausto no altar sagrado da Pátria!

Mas havia de ser assim! Aquele momento de asfixia, de supressão de todas as garantias para um pequeno Estado da Federação Brasileira que o colosso dirigia, só podia ter um paradeiro com o baque desse colosso que enchia de pasmo a Nação e fremia os nervos lassos dos coveiros na República!"

Referência: **JOÃO PESSOA**, *O Jaguaribe*, Ano II, n.55, p.1, Aracati, 26 de julho de 1931.

Fonte 05: ARTIGO

"A mocidade ardorosa do nosso exército, principalmente aquela caldeada pelo sol inclemente de nosso setentrião, bem ou mal avisada, coliga-se soba a bandeira de um partido radical e ensaia outra feição à atualidade revolucionária do país.

Entra, assim, o novo regime, em uma segunda fase, talvez mais consentânea com o movimento armado que o percebeu. Não há ainda, verdadeiras diretrizes para a nova etapa da revolução, animada pelo chamado Partido dos Tenentes, seu principal coordenador.

Preza aos céus que a mocidade valorosa de nosso país não se deixe resvalar pela implantação em nossa futura segunda república, de sistemas políticos e governamentais infensos à ideologia e a índole de nosso povo!"

Referência: MELLO, Camillo. **A nova etapa da revolução**, *O Jaguaribe*, Ano III, n.64, p.5, Aracati, 29 de setembro de 1931.

Fonte 06: ARTIGO

[...] o movimento outubrino trouxe em seu bojo um completo e complexo programa de reformas a serem cumpridas. Muito bem. Isso tem sido dito à sociedade e todo mundo sabe. Acontece, no entanto, que essas reformas não se positivam e não são solucionadas. E a nação deve ficar de brações cruzados aguardando as oportunidades?

Referência: MELLO, Camillo. **CONSTITUINTE**. *O Jaguaribe*, Ano II, p.1, Aracati, 17 de janeiro de 1932.

Contextualização:

Há notícias a respeito da Revolução de 30 em grande parte do jornal *O Jaguaribe*. Pelo menos os dez primeiros anos apresentam um cenário de constante mudança estrutural no país. Em relação ao Ceará, o jornal registra diversos momentos de tensão política, intensificadas no decorrer do tempo.

A interpretação da Revolução de 1930 presentes no jornal *O Jaguaribe* não foi homogêneo. Às mudanças no discurso do hebdomadário aracatiense esteve atrelada ao comportamento político do Governo Vargas em relação ao Nordeste e, mais especificamente ao Ceará.

Às vésperas da chegada de Getúlio Vargas ao poder, o otimismo era evidente na face do povo cearense. Isso não se deu sem razão. Comparado a outros estados brasileiros, a condição histórica e social do Nordeste se caracterizou por uma profunda

marginalidade no que tange ao poder político e econômico, consequência do sistema oligárquico tão enraizado na sociedade brasileira.

Além do mais, a crise que a seca gerou para o Nordeste ocasionou um momento de desesperança. Assim, o movimento que acarretou a tomada de poder por Vargas e seu grupo político provocou um sentimento de esperança nos nordestinos. Pensava-se em um novo momento não somente para o Brasil, mas para o Ceará.

A figura de Juarez Távora ganhou destaque no jornal *O Jaguaribe*. Não poderia ser diferente. Sua liderança frente ao movimento tenentista marcou profundamente o imaginário da população cearense. Sua trajetória política esteve atrelada aos embates de poder que assinalaram o efervescente processo político na época. Não é difícil imaginar a razão de o jornal *O Jaguaribe* apresentar Juarez Távora como um dos heróis da pátria.

Contudo, no decorrer de aproximadamente dois anos, o jornal *O Jaguaribe* passou a ver o movimento "revolucionário" diferente dos primeiros dias. A expectativa inicial de mudanças rápidas e, profundas no cenário cearense esvaíram. Em contexto de seca, problemas econômicos, divisões partidárias e marginalidade social que figuravam para o povo nordestino, os sujeitos que prometeram mudar o país parecem caminhar com outros interesses.

Material para consulta:

ANDRADE, Manuel Correa. **1930:** a atualidade da Revolução de 1930. São Paulo: Moderna, 1980.

ANSELMO, Otacílio. **A Revolução de 1930 no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade do Ceará, 1970.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: História e Historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CRUZ, Gustavo Augusto da Silva. **A queda da bastilha**: a revolução de 1930 no jornal O Jaguaribe (1930-1934)

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930**: o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MOURA, Gerson. A Revolução de 1930 e a política externa brasileira: ruptura ou continuidade? In: **A Revolução de 30**: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília: D.F. Ed. Universidade de Brasília, 1982.

NEVES, Frederico de Castro Neves. **Getúlio e a seca**: políticas emergenciais na era Vargas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.21, nº40, 2001.

PANDOLFI, Dulce. **Os anos de 1930**: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge. DELAGDO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente**: da proclamação da República à Revolução de 1930. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SKIDMORE, Thomas. De Getúlio a Castelo. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

TRONCA, Ítalo. **A Revolução de 1930**: a dominação oculta. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Atividade:

1. Leia com atenção as fontes que fazem referência a Getúlio Vargas e responda às seguintes perguntas:

a) Como o jornal *O Jaguaribe* apresenta a figura de Getúlio Vargas na chegada ao poder?

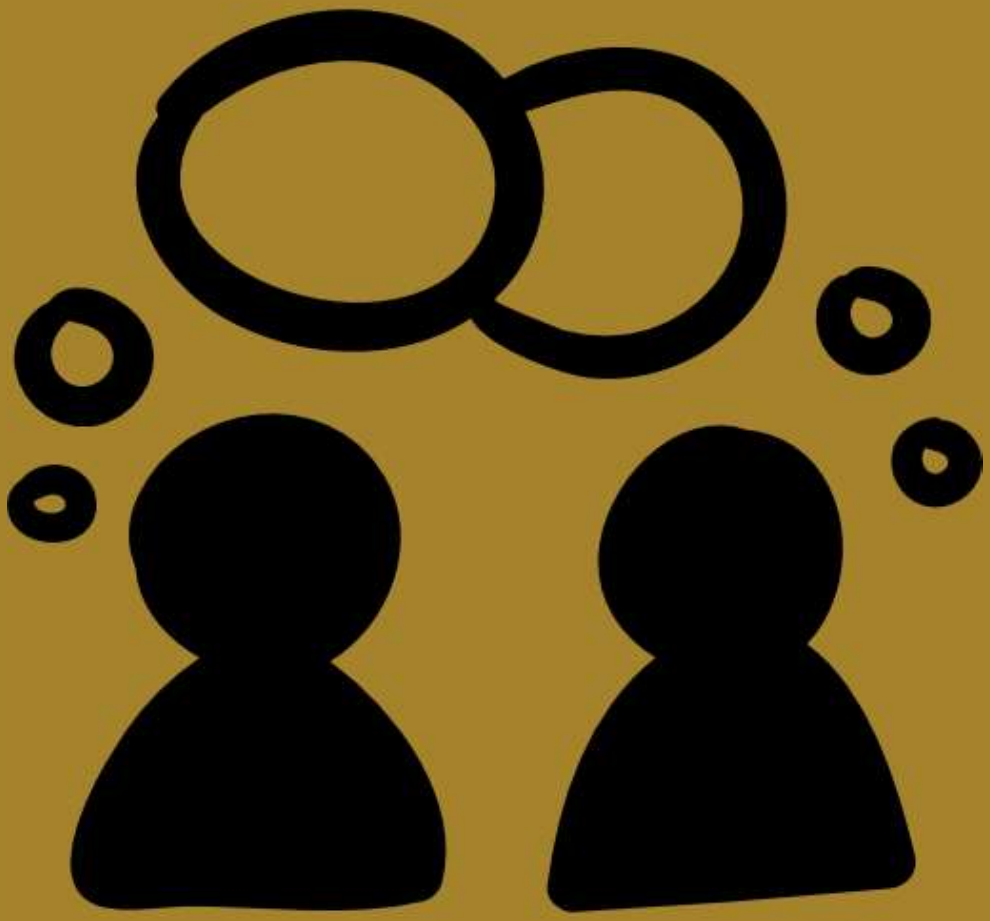
b) A construção de narrativas jornalísticas envolve um conjunto de interesses. Podemos perceber uma inclinação inicial positiva do jornal *O Jaguaribe* em relação a Getúlio Vargas? Explique.

2. A partir das fontes acima e do diálogo em sala de aula, responda:

a) Como o jornal *O Jaguaribe* interpretou os primeiros momentos da Revolução de 1930?

b) Leia atentamente a Fonte 06. Concretize uma pesquisa sobre as principais reformas prometidas pelo Governo Vargas.

c) A Fonte 05 faz referência ao movimento tenentista. O Ceará contou com Juarez Távora, importante sujeito no cenário da Revolução de 30. A partir dessa fonte, escreva sobre a relação entre o movimento tenentista e a Aliança Liberal.



Sequência Didática:

Tema: A Revolução de 1930 na perspectiva local do jornal *O Jaguaribe*

Objetivo da sequência didática: compreender como o jornal O Jaguaribe interpretou a Revolução de 1930, investigando as disputas entre grupos políticos regionais e locais, atentando para os impactos desse acontecimento no Ceará e em Aracati

Tempo de execução: 2 a 4h/a

Materiais necessários: cópias das fontes e Guia Didático, computador com acesso à internet e projetor (opcionais), quadro.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

Aplicação da Sequência Didática:

Primeiro dia:

Introdução: iniciar a aula apresentando a temática a partir de perguntas norteadoras aos educandos: quais as razões que geraram tanto otimismo com a chegada de Vargas ao poder no Ceará? Em que sentido a Revolução de 1930 foi um acontecimento tão presente nas páginas do jornal *O Jaguaribe*?

Desenvolvimento: discutir o processo político que resultou na Revolução de 1930, refletindo a respeito dos sujeitos políticos e contexto histórico da época. Problematizar as fontes apresentadas no Guia Didático, atentando para a apresentação que o jornal O Jaguaribe faz de sujeitos como Getúlio Vargas e Juarez Távora.

Conclusão: encaminhar a leitura das fontes e pedir que os estudantes identifiquem mudanças nos discursos a respeito da Revolução de 30.

Segundo dia:

Introdução: dividir a turma em grupos. Distribuir cópias do Guia Didático contendo as fontes jornalísticas. Orientar no processo de leitura e diálogo. Projetar as fontes históricas no quadro. Realizar a leitura coletiva na busca por conceitos como tenentismo, revolução, sociedade.

Desenvolvimento: promover a leitura crítica desses conceitos, atentando para o contexto histórico em que são utilizados. Encaminhar a resolução das atividades propostas no Guia Didático.

Conclusão: compreender a Revolução como um conceito construído socialmente. Concretizar a correção das atividades e discussão final.